

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

O DISCURSO FONOAUDIOLÓGICO:

UMA REFLEXÃO SOBRE SUJEITO, SENTIDO E SILÊNCIO

LUIZA MILANO SURREAUX

Dra. Freda Indursky
Orientadora

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Porto Alegre, setembro de 2000.

AGRADECIMENTOS

Ao *Jorge* por ser o interlocutor descomprometido que mais compromisso tem com
minha produção;

Ao *Manuel* que sofreu o silêncio de minhas ausências no decorrer deste trabalho;

Aos meus *pais*, pelo incentivo sempre dado aos meus estudos;

Aos meus *irmãos e cunhados*, pelo respaldo dado;

Ao *Mario*, pela cumplicidade de saber que este trabalho é uma consequência dos
silêncios e silenciamentos brotados (e escutados) no decorrer de uma trajetória;

À *Lisiane* e à *Fabiana*, por dividirem os questionamentos, dúvidas e inovações como
colegas e amigas;

Ao *Francisco*, à *Mariluci* e à *Maria Francisca*, pela frutífera interlocução no decorrer
deste trabalho;

À *Freda*, por aceitar o desafio da interlocução com o novo nesta trajetória de
orientação;

Ao CNPq, pela bolsa concedida, que possibilitou a realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	04
RÉSUMÉ	05
INTRODUÇÃO	06
Capítulo I : O DISCURSO DA FONOAUDIOLOGIA	09
1. Por uma história da Fonoaudiologia: as muitas designações	09
2. Ouvindo vozes	15
3. Uma constituição heterogênea	26
4. O objeto da Fonoaudiologia	31
Capítulo II : A ILUSÓRIA TRANSPARÊNCIA DA LINGUAGEM	37
1. Reflexões sobre o sujeito	37
1.1 A história do sujeito na linguagem	37
1.2 O sujeito na Análise do Discurso	43
1.3 Existiria um sujeito da Fonoaudiologia?	49
2. Reflexões em torno da questão do sentido	55
2.1 O sentido na Análise do Discurso	55
2.2 O real da língua	64
3. Implicações das reflexões sobre o sujeito e o sentido para a Fonoaudiologia	67
3.1 A questão do signo e seus deslizamentos	67
3.2 A tendência à estratificação	75
3.3 A linguagem é mesmo transparente?	79
3.4 Por uma noção de linguagem não-transparente na Fonoaudiologia.....	94
Capítulo III : A QUESTÃO DO SILÊNCIO	103
1. Introduzindo o silêncio	103
2. Silêncio e contemporaneidade	107
3. Silêncio fundante	111
4. Não-dito e silêncio	113
5. Silêncio como real	114
6. Silêncio e silenciamento	116
7. Silêncio e Fonoaudiologia	121
7.1 Analisando o silêncio	134
8. Os sentidos do silêncio	141
CONCLUSÃO	149
BIBLIOGRAFIA	152

RESUMO

Esta dissertação dedica-se ao estudo do silêncio no âmbito da fonoaudiologia, buscando no próprio discurso fonoaudiológico – através de materiais específicos da fonoaudiologia, tais como artigos, livros, dissertações, publicações de jornais, panfletos de divulgação de cursos, convites de formatura – material para investigação. A característica comum a todos esses textos é a de ter a autoria de fonoaudiólogo(s).

O primeiro capítulo dedica-se a situar o discurso fonoaudiológico histórica e discursivamente. Realizamos um percurso que lança um olhar sobre a constituição heterogênea desse discurso e investigamos a natureza de seu objeto.

O segundo capítulo é destinado a discutir a ilusão de transparência da linguagem, através de um percurso que busca refletir sobre as noções de sujeito e de sentido no campo dos estudos da linguagem. Abordamos ainda as implicações destas noções para a fonoaudiologia, bem como os efeitos da não-transparência do sujeito e da linguagem no trabalho clínico fonoaudiológico.

O terceiro capítulo aborda a instância do silêncio. Iniciamos situando a temática em diferentes perspectivas, fundamentamos seus aspectos teóricos, analisamos a forma com que a fonoaudiologia lida com o silêncio e propomos uma reflexão teórica e clínica sobre o silêncio na fonoaudiologia, com ênfase nas implicações do silêncio para o fonoaudiólogo.

A conclusão sintetiza nossas reflexões sobre o silêncio na fonoaudiologia, tema ainda tão polêmico no campo dos estudos fonoaudiológicos.

RÉSUMÉ

Ce mémoire porte sur l'étude du silence dans le domaine de l'orthophonie, en cherchant dans le discours orthophonique lui-même – à travers des documents concernant spécifiquement l'orthophonie, tels que des articles, des livres, des mémoires, des publications dans des journaux, des brochures de divulgation de cours, des invitations de remises de diplôme – le matériel d'investigation. Tous ces textes ont été produits par des orthophonistes.

Le premier chapitre situe le discours orthophonique historiquement et discursivement, suivant un parcours qui jette un regard sur la constitution hétérogène de ce discours. La nature de son objet est également recherchée.

Le deuxième chapitre discute l'illusion de transparence du langage, à travers un parcours qui essaye de réfléchir sur les notions de sujet et de sens dans le domaine des études du langage. Ce chapitre analyse non seulement les implications de ces notions pour l'orthophonie, mais aussi les effets de la non-transparence du sujet et du langage dans le travail clinique orthophonique.

Le troisième chapitre porte sur l'instance du silence. Nous situons d'abord le sujet dans de différentes perspectives, établissons ses aspects théoriques et analysons la façon dont l'orthophonie travaille avec le silence. Ensuite, nous suggérons une réflexion théorique et clinique sur le silence dans l'orthophonie, en mettant l'accent sur les implications du silence pour l'orthophoniste.

La conclusion synthétise les réflexions faites sur le silence dans l'orthophonie, sujet encore si polémique dans le domaine des études orthophoniques.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho formulou-se em torno de uma questão que há muito tempo permeia minha formação teórica e minha prática clínica enquanto fonoaudióloga: O silêncio significa ? O tempo e as reflexões levaram-me a responder afirmativamente a esta questão, porém, como soe acontecer na trajetória daqueles que costumam questionar, ao responder tal indagação, abriram-se outras tantas questões ainda mais complexas. Portanto, meus estudos hoje relacionam-se às **diferentes** possibilidades de significação do silêncio. Assim, a intenção deste trabalho é analisar a dificuldade do profissional da área da fonoaudiologia - um especialista em desenvolvimento e patologia de linguagem - em lidar com o silêncio e suas vicissitudes. Com esta reflexão, um dos objetivos é detectar como, no discurso fonoaudiológico, se constitui a dificuldade em lidar com o silêncio como elemento **constitutivo** da linguagem.

Sempre chamou minha atenção o fato de que os trabalhos publicados no campo da fonoaudiologia, para “comprovar um rigor teórico”, tinham embasamento teórico rígido, duro e conservador, tanto no campo da medicina, como no da educação ou da lingüística. Procuro examinar porque, numa área que lida justamente com o idiossincrático no seu dia-a-dia, é tão difícil abordar a linguagem como algo em movimento - o movimento dos sentidos. Junto a esta questão, o trabalho também visa a abordar o deslocamento dos sentidos no âmbito do silêncio, tema que causa certo estranhamento entre os fonoaudiólogos.

A importância deste trabalho está vinculada, por um lado, às minhas preocupações, enquanto fonoaudióloga clínica, em repensar o fato de que cada silêncio emergente no ato clínico possa vir a ter diferentes significações. No campo clínico, podemos diferenciar o sujeito que não fala a partir de duas possibilidades. Pode-se pensar no silêncio “funcional”, aquele que limita a expressão do sujeito por patologias orgânicas ou funcionais (lesão cerebral, deficiência mental, etc), ou o silêncio “provocado” , que representaria muito mais um efeito de silenciamento sobre um sujeito. Por outro lado, a experiência docente e em supervisão de estágio fez-me

levantar uma série de preocupações acerca da posição do fonoaudiólogo frente ao sujeito com dificuldades na ordem da linguagem. A este respeito, considero muito importante investigar o contexto sócio-histórico que situa o fonoaudiólogo como um “provedor” de formas (significantes) e de sentidos (significados) a seu paciente. Nesse sentido, são ilustrativas as palavras de Orlandi (1995a: 37): “Para nosso contexto histórico-social, um homem em silêncio é um homem sem sentido. Então, o homem abre mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenche: fala. Atulha o espaço de sons e cria a idéia de silêncio como vazio, como falta”. Ao transportarmos estas reflexões para o campo da fonoaudiologia tradicional, elas tomam um efeito ainda maior, porque se trata do preenchimento dos ditos vazios do paciente por um outro sujeito – o fonoaudiólogo – pretendo “doador” de formas e sentidos.

A questão que proponho como eixo em torno do qual se desenvolve esta dissertação está relacionada com *o discurso do fonoaudiólogo frente ao silêncio*: por que é *tão difícil* para esse profissional lidar com o silêncio, *como ele reage* em situações em que o silêncio se evidencia e *que discurso ele produz* a partir e sobre o silêncio do paciente.

O que se pode perceber de uma forma geral na literatura fonoaudiológica, na fala destes profissionais e na angústia de acadêmicos de fonoaudiologia é que o tema do silêncio repercute como um problema.

O caminho que me leva a situar este trabalho na área da Análise do Discurso é fruto de uma interlocução que se iniciou pelo interesse de buscar no campo dos estudos da linguagem uma fundamentação teórica consistente para alicerçar meu trabalho clínico. Foi, portanto, a área de inscrição deste trabalho - Análise do Discurso - que possibilitou subsidiar-me de elementos fundamentais para buscar respostas às minhas inquietações. Incitou-me a refletir a partir da fundamentação de uma teoria que lida com o discurso do sujeito, buscando suas pistas no próprio discurso, sem esquecer, porém, que a análise nos remete sempre para o enlace do discurso com a sua exterioridade. Poder utilizar o próprio discurso do fonoaudiólogo para investigar o que sustenta seu discurso “aniquilador” do silêncio do paciente é um dos pontos norteadores de minha investigação. Pesquisar porque, numa área que lida justamente com o idiossincrático no seu dia-a-dia, é tão difícil abordar a linguagem como algo em

movimento.

Junto a esta questão, o trabalho também visa a abordar o deslocamento dos sentidos no âmbito do silêncio, o que me leva a formular o pressuposto do silêncio como constitutivo do processo de significação, tema que causa certo estranhamento entre os fonoaudiólogos. Para desbravar essas questões, destaco a fundamental importância de abordar os temas do sujeito e do sentido na perspectiva da Análise do Discurso e da fonoaudiologia.

Em relação à estrutura desse trabalho, decidimos não escrever uma seção teórica específica. No entanto, toda vez que esta se fizer necessária, será mobilizada em notas de rodapé ou tratada no interior do próprio capítulo em questão.

Nossos referenciais teóricos partem dos fundamentos da Análise do Discurso, desenvolvida por Pêcheux e seus colaboradores, tais como P. Henry, C. Haroche e Authier-Revuz. Estão presentes também em nosso trabalho os marcantes estudos de E. Orlandi. Gostaríamos de destacar que atravessamos esta jornada também sob os efeitos da leitura de referenciais marcantes tais como o de Milner que, em interlocução com a obra de J. Lacan, produz efeitos sobre o trabalho de Pêcheux no início da década de 80. É como fruto dessa reflexão que Pêcheux propõe algo que serviu de inspiração no decorrer desse trabalho: “interpretar, para o analista do discurso, não é atribuir sentidos, mas expor-se à opacidade”(1984: 15).

Como fonoaudióloga, coloco-me em interlocução com a Análise do Discurso para expor a disciplina da fonoaudiologia à opacidade, desejando refletir acerca dos efeitos de sentido não-transparentes que na clínica circulam como se transparentes fossem.

Capítulo I : O DISCURSO DA FONOAUDIOLOGIA

1. POR UMA HISTÓRIA DA FONOAUDIOLOGIA: AS MUITAS DESIGNAÇÕES

O caminho que este trabalho vem a trilhar nos convida a irmos em busca de elementos que nos falem da construção do discurso fonoaudiológico. Para tal, acreditamos ser necessário resgatar elementos da história da fonoaudiologia e, através de rastros deixados no decorrer dessa história, colher pistas que nos levem à análise da constituição do discurso fonoaudiológico.

A história institucionalizada da fonoaudiologia no Brasil é um tanto recente¹. Ao menos com esta denominação. E é justamente em torno desta questão fundante - a escolha de um nome - que podemos perceber uma série de sutilezas que falam da construção deste campo do conhecimento.

A formação da fonoaudiologia no Brasil teve grande influência da Espanha, França, Estados Unidos e, particularmente, no Rio Grande do Sul, da vizinha Argentina. Neste último país, a nomeação de fonoaudiologia se deu na década de 60, através do Dr Segre, que unificou as distintas designações que circulavam no meio e denominou o campo de Fonoaudiologia². Teve grande influência na história da fonoaudiologia na Argentina e posteriormente no Brasil o Dr Julio Quirós. Ele criou, na Universidad Del Museo Social Argentino, simultaneamente um curso de foniatria (para formação de médicos) e um de logopedia (para formar os profissionais que fossem trabalhar com avaliação e terapia). O Dr Quirós realizava constantes vindas ao Brasil, trazendo seus ensinamentos (e influências) para São Paulo e o Rio Grande do Sul.

Os primeiros cursos de fonoaudiologia no Brasil, assim como na Argentina, foram criados na década de 60: 1961 (USP) e 1962 (PUC-SP). Estes eram cursos de formação de técnicos, com duração de dois anos, apoiados em modelo médico. Em

¹ Concordamos com Berberian (1995) ao questionar a dimensão histórica da fonoaudiologia, que geralmente fica reduzida à instalação dos cursos na academia.

² O ato fundante de denominação "fonoaudiologia" será explorado mais adiante, ainda dentro deste capítulo.

1968, foram transformados em curso superior de curta duração (de 5 a 7 semestres), tendo como marca que chama a atenção o objetivo de formar tecnólogos. Aqui cabe refletirmos acerca das designações técnico/tecnólogo³. O termo *técnica*, de origem grega, quer dizer arte manual, ofício, habilidade manual. A expressão *técnico* se refere ao indivíduo que aplica a técnica. Já a designação *tecnólogo* nomeia aquele que fala, pensa, produz discurso sobre a técnica. Pode-se dizer que, nessa mudança sutil de designação de “técnico” para “tecnólogo”, houve uma mudança na posição-sujeito⁴ ocupada pelo profissional em questão. Foi nesse “pequeno detalhe” que o fonoaudiólogo encontrou espaço para poder refletir sobre a técnica que aplicava.

O primeiro documento oficial que fala, no Brasil, sobre quem é o profissional fonoaudiólogo e qual seu papel data de julho de 1974. Trata-se do parecer do Conselho Federal de Educação, autorizando o plano de curso em fonoaudiologia, então já reconhecido como curso superior, ministrado nas universidades.

Foi em 1976 que o Conselho Federal de Educação, através do parecer n. 54/76 do conselheiro gaúcho, o médico Dr. José Carlos Fonseca Milano, realizou um ato fundante⁵: o termo *Logopedia* foi substituído por *Fonoaudiologia*. Foi também através desse parecer que foram incluídas no currículo do curso de fonoaudiologia as disciplinas de lingüística, psicologia e didática. Pode-se pensar que a história da fonoaudiologia no Brasil teve forte influência das ligações com a trajetória recente da área na Argentina, já que a circulação dos conhecimentos de foniatría e de logopedia em ambos os países se deu pela mesma via (tanto na Argentina, como no Brasil, os primeiros cursos de fonoaudiologia foram criados com forte ligação ao curso de

³ Observação já destacada por Cappelletti (1985), no livro “A Fonoaudiologia no Brasil”.

⁴ Justifica-se aqui introduzirmos algumas noções fundamentais em *Análise do Discurso*, como os conceitos de *posição-sujeito* e *formação discursiva*. Pêcheux & Fuchs (1975: 169) definem *formação discursiva* como aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Courtine (1982) redefine *formação discursiva*, apontando as características de contradição, divisão e heterogeneidade como constitutivas deste conceito.

Já o conceito de *posição-sujeito* está relacionado ao modo como nos relacionamos com a *forma-sujeito* (com a ideologia), trata-se do sujeito histórico que organiza a FD. Por isto, dentro de uma *formação discursiva* pode-se encontrar mais de uma *posição-sujeito*. Então, a mudança de *posição-sujeito* pode gerar mudança de *formação discursiva* (ou não). É essa a instância onde pode-se reconhecer duas ou mais possibilidades ideológicas.

⁵ Tomamos aqui “ato fundante” referido à noção de *discurso fundador*, ou seja, um efeito imaginário que se constitui como referência de uma memória discursiva (segundo Orlandi, 1993: 07). O discurso fundador constitui-se como ilusão referencial de fundação do(s) sentido(s).

foniatria – especialização médica). Tanto a herança argentina, como a tradição médica⁶ foram marcas importantes na história da fonoaudiologia no Brasil.

A profissão foi reconhecida em 1981. Antes dessa tramitação legal que envolvia a “escolha” de um nome, os profissionais que atuavam na área denominavam-se *reeducadores, logopedistas, ortofonistas, terapeutas da linguagem, da palavra ou da fala, audiologistas* ou *foniatras*.

O que já se pode perceber, em uma primeira mirada, é a variedade de denominações para esse profissional, denominações essas que já apontam para uma constituição fortemente heterogênea. Percebemos que o termo REEDUCADOR DA FALA, DA LINGUAGEM OU DE VOZ fala de um lugar pedagógico, talvez respondendo a uma necessidade desse profissional ENSINAR algo em termos de voz, fala, linguagem ou audição a alguém. Entra em jogo também, nessa perspectiva, pensar qual a concepção de fala e de linguagem que embasam o trabalho do reeducador. Fala e linguagem, tomadas como objetos a serem “ensinados”, demonstram uma perspectiva que aponta para um caráter instrumental. Tal perspectiva define linguagem como instrumento do pensamento, como forma de viabilizar um escoamento para o fluxo do pensamento. Também neste viés a concepção de fala fica reduzida à noção de instalação e adaptação de fonemas ausentes ou desviantes, não tendo a abrangência de pensar a aquisição e o desvio de fala como processos complexos, interligados e dependentes de outros tantos processos lingüísticos.

Já o termo LOGOPEDISTA, de marcada influência espanhola – já que é o nome adotado até hoje em território espanhol, assume um caráter algo limitador. Logopedia, que etimologicamente significa o estudo da linguagem da criança, fala de um campo teórico ligado à linguagem na infância. O que chama a atenção é a questão do objeto que está em cena, justamente porque fica de fora a questão da especificidade relativa à patologia de linguagem e restrita ao âmbito do infantil. Sabe-se que o fonoaudiólogo também atua no atendimento a pacientes com alterações orofaciais não necessariamente com comprometimento de linguagem. É sabido também que este profissional não trabalha apenas no campo da infância.

⁶ O primeiro curso de fonoaudiologia no Rio Grande do Sul foi criado em Santa Maria, e seu idealizador e primeiro coordenador foi o médico otorrinolaringologista Dr Pedro Cózser.

ORTOFONISTA (designação de origem francesa) é um termo nitidamente marcado por uma concepção de ideal de transparência da linguagem, pois sua entrada já se dá pela via do “dizer corretamente” (ou do “bem dizer”). Portanto, cabe a alguém que se inscreve como ortofonista a prática do *modelo* de um ideal de língua, ao qual todos devem convergir. A noção de sujeito como falante de uma determinada língua também fica reduzida à correta articulação por parte de um indivíduo, tomado como mero “mecanismo de fala”. A prática do ortofonista se dedica, dessa forma, a corrigir as alterações em falas desviantes. As concepções de fala e linguagem nessa perspectiva são fortemente inatistas, já que baseiam seus fundamentos tendo como pano de fundo o “falante ideal”.

TERAPEUTA DA LINGUAGEM é um termo de marcadas influências argentinas. É este o termo que foi utilizado naquele país por muito tempo para definir o profissional que trabalhava com indivíduos com alterações de linguagem. Hoje, coexistem as denominações de fonoaudiólogo e terapeuta da linguagem naquele país. TERAPEUTA DA PALAVRA OU DA FALA são designações tomadas por tradução literal do inglês (“speech therapist”), sendo esta a denominação corrente nos Estados Unidos⁷.

AUDIOLOGISTA é o termo que fala do profissional que se dedica ao campo da audição. É este o profissional que realiza os exames de audição, a seleção e adaptação de aparelhos de amplificação sonora individual. Há uma questão polêmica relativa a este campo, pois em muitos países (como na França e nos Estados Unidos) a audiologia é um campo separado da terapêutica. No Brasil, tanto o campo da audiologia como o que se dedica ao trabalho em terapia, foram reunidos nas habilitações de atribuição do fonoaudiólogo.

Quanto ao termo FONIATRA, um esclarecimento deve ser feito. Esta expressão define o profissional com formação em medicina e com posterior especialização em foniatria – especialidade médica que trata de perturbações da fonação (produção fisiológica da voz), resultantes de anomalias fisiológicas do aparelho fonador. Porém uma consequência e um risco foi tomar a fonoaudiologia, segundo Casanova (1992),

⁷ Atualmente, nos Estados Unidos, as designações “speech therapist” e “speech pathologist” são igualmente utilizadas.

como uma *foniatria aplicada e reeducativa*, ou limitada a uma *paramedicalização foniátrica* ou uma *psicolingüística aplicada*.

A questão da escolha de um nome, na década de setenta, girava em torno da unificação dos profissionais que trabalhavam na área, porém com distintas designações. O que chama a atenção nesse processo de unificação-reconhecimento é que foram reunidos, sob um mesmo significante – fonoaudiologia – uma série de fazeres que tinham origens distintas, práticas peculiares e objetos diferentes. O fato de batizar com um mesmo nome uma gama tão heterogênea de perspectivas de um fazer teve como resultado efeitos de sentido também muito heterogêneos. Portanto, a composição daquilo que hoje toma-se como “o discurso fonoaudiológico” tem origens um tanto distintas.

A própria questão etimológica do nome Fonoaudiologia chama a atenção: fono = som, fonação; audio = audição; logia = estudo. O que se pretende enunciar acerca desta profissão com um nome que reduz nosso fazer ao estudo da fonação e da audição? Se foi polêmica a diversidade de designações utilizadas para referir profissionais que aparentemente lidavam com o mesmo objeto, tão ou mais complicado ainda tornou-se essa pretensa unificação que nos define e nomeia hoje. Aquilo que poderia parecer da ordem de um acontecimento discursivo – a unificação de uma série de profissionais com formação e trajetórias distintas, pelo viés da escolha de uma designação única – demonstra na verdade ser algo que retorna, via interdiscurso⁸. Percebemos aqui que o que retorna são conhecimentos e práticas bastante heterogêneas, oriundos de diferentes realidades empíricas direcionadas a indivíduos com dificuldades de comunicação. A pretensa unificação na realidade se mostra como uma montagem “forçada” de fazeres distintos.

O que resulta da oficialização da profissão é a seguinte formalização:

⁸ *Interdiscurso*: Pêcheux (1975, 1ª edição brasileira 1988) chama de interdiscurso ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação que, caracteriza o complexo das formações ideológicas”. O funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos se realiza através do complexo das formações ideológicas e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo. Pode-se dizer que o interdiscurso é o lugar do “já-dito” antes, em outro lugar e independentemente. Ele é a relação de um discurso com outros discursos. Segundo Orlandi (1995a: 89), o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido”.

“fonoaudiólogo é o profissional que atua na área de Comunicação Oral e Escrita, Voz e Audição, bem como no aprimoramento dos padrões de Fala e Voz realizando Prevenção, Avaliação, Terapia e Aprimoramento Fonoaudiológico”. E aqui perguntamos: seria a fonoaudiologia uma síntese de propostas de técnicas de avaliação e caracterização de quadros clínicos e técnicas de reabilitação para portadores de distúrbios da comunicação? A fonoaudiologia se limita à avaliação e reabilitação dos sistemas de comunicação do ser humano que se traduzem em audição, voz, fala, linguagem? Só? Além disso, quando se propõe *voz, fala, audição e linguagem* abrem-se inúmeras possibilidades de interpretação.

Podemos pensar as origens da fonoaudiologia ligadas à influência do discurso médico e pedagógico. As origens de uma tentativa de “reeducação” com Vitor, o menino-lobo que foi resgatado das florestas de Aveyron, pelo Dr Itard, no século XVIII, já falam desta trajetória. Jerusalinsky (1998) ressalta que é importante recordar que tal acontecimento surge no âmbito do nascimento da pedagogia moderna, que já contava, na época, com um século de desenvolvimento. Foi justamente naquele momento que foram instaladas as bases daquilo que se chama “critério de normalidade”. A tentativa de Itard com o menino-lobo vem justamente no sentido de buscar fazer funcionar – reeducar aquilo que não estava funcionando. Considera-se essa uma das origens da *clínica das aprendizagens*.

Outro momento também tomado como de significativa importância para o desenvolvimento da fonoaudiologia é o período pós Segunda Guerra Mundial. Dado que vários países tiveram que se deparar com o retorno de muitos de seus jovens com severas restrições/limitações, o campo da reabilitação teve que se desenvolver bastante para dar conta dos sobreviventes de guerra. Assim ocorreu não só com a fonoaudiologia, como também com a fisioterapia, a terapia ocupacional e a psicologia.

Arantes (1994), quando faz uma retomada histórica do trabalho fonoaudiológico em casos de retardo de linguagem, sinaliza que o fonoaudiólogo inicialmente fazia uma tomada orgânica do caso. O profissional realizava uma entrevista com os pais para que dados sobre o desenvolvimento orgânico da criança pudessem justificar seu estado

patológico. Depois, passava-se para uma perspectiva lingüística que, de acordo com cada terapeuta, poderia ter marcadas influências inatistas, piagetianas, interacionistas ou provenientes da pragmática. Ou, o que não é raro encontrar, ocorria a mescla de mais de uma concepção. O que chama a atenção dessa autora é que linguagem e comunicação muitas vezes são tomadas como equivalentes, e a comunicação entendida como pré-requisito para a linguagem. O que Arantes quer destacar é que de uma abordagem inicialmente orgânica – e aqui podemos pensar na presença do discurso médico – passa-se para uma abordagem lingüística (a análise dos dados “colhidos”) e desta para, no momento da terapia, uma abordagem pedagógica. Palladino (1992) afirma que esta montagem conduz a um *bloco de colagens* sem conteúdo próprio.

Finalizando, gostaríamos de destacar que todas essas designações em torno da fonoaudiologia permanecem no interdiscurso, porque seguem ressoando na memória discursiva⁹. Não se trata de um simples apagamento, o que há aí são “esquecimentos” que, na forma de lacunas, se justapõem à designação atual, produzindo um domínio específico de memória e uma atualização dessa memória, conforme aponta Courtine (1981: 56). Acreditamos que essas designações seguem ecoando tanto no discurso do fonoaudiólogo, assim como em seu fazer, conforme destacaremos na próxima seção.

2. OUVINDO VOZES

A fonoaudiologia tem, através de sua história, enunciado sobre si mesma um dizer que aponta para ideais que falam de um campo de saber que pretende “fornecer” ao outro – o paciente - uma comunicação perfeita, plena e clara. E este tipo de dizer provém de um campo discursivo ilusoriamente muito restrito - o da própria fonoaudiologia - porém, ao investigar-se meticulosamente o discurso fonoaudiológico, pode-se escutar por trás deste discurso da fonoaudiologia, discursos outros. Na trajetória desta disciplina, que se propõe a estudar o campo das patologias de “voz, fala, audição e linguagem”, encontram-se amarrados saberes provenientes de outros campos discursivos e que - através do interdiscurso - inserem-se no discurso fonoaudiológico.

⁹ *Memória discursiva*, segundo Courtine (1981: 53), decorre da existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas, reguladas por aparelhos ideológicos. Assim, é a partir da repetição ou apagamento dos elementos de saber dos enunciados que se remete à memória discursiva.

Inscritas no discurso pedagógico (Pd) encontramos as seguintes seqüências discursivas:

Pd1: “A partir do momento em que o trabalho desse profissional é aceito e que se tem como objetivo prevenir, reeducar ou reabilitar, está-se falando em mudanças, ...”. (Limongi, 1990: 161)

Pd2: “... desenvolvendo atividade de caráter preventivo e educacional no campo da comunicação humana”. (Revista Opções, 1997: 32)

Analisando as seqüências acima, observamos a presença de elementos provenientes do discurso pedagógico sendo “absorvidos”, via interdiscurso, pelo discurso fonoaudiológico. Podemos entrever que quem fala aí nesta posição-sujeito é a figura do *reeducador*, profissional dedicado a ensinar a alguém elementos de voz, fala e/ou linguagem. Percebemos que o discurso fonoaudiológico e o discurso sobre o fonoaudiólogo têm marcas fortemente atravessadas pelo discurso pedagógico. A prática de *reeducar* expressa a posição-sujeito daquele que ensina, “educa” ou ainda, “educa mais de uma vez”, insiste em ensinar (reeducar). Também podemos perceber efeitos desta posição-sujeito nas designações dirigidas a esse profissional no âmbito clínico. É freqüente pacientes e/ou seus parentes se dirigirem ao fonoaudiólogo, designando-o de “professor”, ou à sessão como “aula”. Ao enunciarmos desde esta posição-sujeito, “reeducador da fala, da linguagem ou da voz” soa como *professor que ensina a falar* e o espaço clínico em que o processo de tratamento se dá toma forma de classe, ou ainda de “aula particular”.

O efeito de sentido de inserções como aquelas presentes em Pd1 e Pd2 muitas vezes denuncia a presença de um fonoaudiólogo-pedagogo, levando inclusive, em certos momentos, a uma predominância desta posição-sujeito no discurso fonoaudiológico.

Arantes (1994) e Freire (1994) concordam com o fato de que uma revisão da literatura tradicional em fonoaudiologia remete a pelo menos três vertentes: a médica, a lingüística e a psicológica. O que se pode observar é que, conforme a perspectiva através da qual o objeto é tomado, a *leitura* que se faz é diferente.

Na leitura influenciada pela concepção médica, as falhas de compreensão e expressão são atribuídas a alguma perturbação de origem neurológica, lesional ou genética. Freire afirma que tal abordagem acaba restrita ao momento da investigação etiológica e do diagnóstico. Segundo a autora: “Se a fonoaudiologia puder entender que a linguagem enquanto funcionamento harmônico de áreas cerebrais e órgãos fonoarticulatórios é objeto de diagnóstico da medicina, mas que a linguagem tem outras dimensões, cujo acesso só pode ser compreendido através de uma teoria voltada para a linguagem, compreenderá também que a contribuição relevante da medicina à fonoaudiologia está em como chegar a um diagnóstico” (op. cit: 18).

Nas próximas seqüências, podemos escutar os ecos do discurso médico (Mc) engatados no discurso da fonoaudiologia:

Mc1: “...é fundamental e premente a assistência fonoaudiológica primária e secundária, ...”. (Lins & Andrade, 1990: 74)

Mc2: “Os dados relativos ao Programa Ambulatório da Área de Atenção Primária do curso de Fonoaudiologia ...”. (Lins & Andrade, 1990: 74)

Mc3: “As doenças de maior ocorrência na idade pré-escolar são as alterações articulatórias, as alterações em leitura e escrita, a defasagem na aquisição e desenvolvimento da linguagem, a deglutição atípica, a disfluência, as alterações de voz, e as otites médias”. (Lins & Andrade, 1990: 74)

Mc4: “Aceitamos o nome que nos foi dado, mas tivemos que lutar para definir quem éramos, a que viemos. Combatemos o defeito congênito”. (Jornal do fonoaudiólogo, 1988: 01)

Nas seqüências provenientes do discurso médico, observamos a forma com que o jargão médico é incorporado ao discurso fonoaudiológico. Nesta posição-sujeito, o fonoaudiólogo, de fato, parece “encarnar” – via interdiscurso – o protótipo (e o discurso) do foniatra ou do otorrinolaringologista. Em Mc1 e Mc2 percebemos que tanto o local de trabalho – o ambulatório – como a atividade exercida – assistência primária, secundária ou terciária – são atividades e espaço de circulação explicitamente da ordem médica.

Outra questão que “salta” aos olhos nas seqüências destacadas é o fato de designar como “doença” as alterações que justificam o encaminhamento para um fonoaudiólogo. Em Mc3, pode-se observar que alterações na deglutição, na articulação, na leitura, na escrita, na voz, no ritmo da fala, assim como defasagem de aquisição e desenvolvimento da linguagem, são exemplos de DOENÇAS com as quais o fonoaudiólogo trabalha. E o que consideramos ainda mais pulsante, é a forma aleatória com que é realizada a união (ou “mistura”) destas alterações com a otite média. Esta última é – de fato – uma patologia orgânica localizada no ouvido, sendo, portanto, tratada clinicamente pelo *médico otorrinolaringologista*.

A formulação de Mc4 é também de particular significância. Em seu primeiro enunciado, nota-se uma certa passividade (“aceitamos”, “nos foi dado”), o que aponta para a colagem ao discurso médico. Já o segundo enunciado soa como uma reação ao primeiro: introduzido pelo operador argumentativo *mas*, ele se propõe aparentemente como oposto ao primeiro enunciado (“lutar”, “definir quem éramos”). A própria oposição “passividade vs reação” produz este efeito. No entanto, acreditamos que isto toma a *aparência* de reação, ao mesmo tempo em que tenta dissimular certa passividade. Essa articulação de enunciados que parecem vir de diferentes lugares enunciativos poderia nos levar à suposição de que se trata de um *enunciado dividido*¹⁰. No entanto, assim que o enunciado parece falar de um lugar próprio, como é o caso do terceiro enunciado, percebemos o retorno ao primeiro lugar enunciativo, ao articular, via discurso transversal¹¹, um significante estreitamente ligado ao campo do saber médico (“defeito congênito”). Temos então em Mc4 a articulação de três enunciados diversos que remetem para duas posições-sujeito diversas, tal como podemos verificar a seguir:

Posição-Sujeito 1: “Aceitamos o nome que nos foi dado”

¹⁰ Courtine (1981) denomina *enunciado dividido* à representação que indica limites entre o formulável e o não-formulável, estabelecendo-se aí uma divisão entre dois sujeitos de saber antagônicos. No nosso caso, trata-se de duas posições-sujeito divergentes, dentro de uma mesma formação discursiva.

¹¹ O *discurso transversal*, segundo Courtine (1982), é um funcionamento do interdiscurso, o qual, através do pré-construído, fornece os objetos (elementos discursivos), que amparam a enunciação discursiva ao mesmo tempo em que atravessa e conecta esses objetos entre si. É através do discurso transversal que se realiza a articulação com a qual o sujeito enunciativo dá coerência ao fio de seu discurso. Para Pêcheux (1975), o discurso transversal remete à relação do sujeito com a ideologia, através das formulações “é claro que...” e o “todo mundo sabe que...”.

Posição-Sujeito 2: “Tivemos que lutar para definir quem éramos, a que viemos”

Posição-Sujeito 1: “Combatemos o defeito congênito”

Onde percebemos:

a) PoS 1 \neq PoS 2

b) PoS 1 do primeiro enunciado sendo retomada no terceiro enunciado

Ao nos depararmos com as diferentes posições-sujeito dos enunciados 1 e 2, chegamos a vislumbrar a perspectiva de que seria essa uma reflexão fonoaudiológica acerca de suas heranças constitutivas, a respeito da qual a fonoaudiologia teria um posicionamento crítico a estabelecer (diferença radical entre PoS 1 e PoS 2, evidenciada em “a”). No entanto, não parece ser isso que acontece. Em meio a uma tentativa de reação contra a passividade, verificamos a confirmação de uma submissão ao discurso médico, com o uso “explícito” de um jargão tipicamente médico (conforme destacamos em “b”). Por isso falamos em *aparência* de reação ao nos referirmos à PoS 2.

Os destaques feitos a partir destes recortes apontam para a evidência de saberes oriundos do campo discursivo médico, provocando um efeito de sentido no discurso fonoaudiológico que passa a ocasionar também um deslocamento do objeto de estudo fonoaudiológico (do saber fonoaudiológico). O discurso fonoaudiológico, tomado por estes efeitos, passa a ocupar um outro espaço - e pode-se dizer outro *status* - dentro do campo dito das ciências da saúde. Será que isto muda o objeto da fonoaudiologia? Se não muda, ao menos causa um considerável movimento. O objeto da fonoaudiologia é a “*patologia*” tomada como “*doença*” (numa concepção que remete ao biológico) de voz, de fala, de audição e de linguagem? Ou será que se trata de um campo de saber que estuda estas funções, porém em um contexto em que poderia tomar seu objeto como possíveis idiossincrasias e/ou alterações? O fato de considerar o sujeito em questão, com suas dificuldades fonoaudiológicas, como um doente, limitado a uma patologia é um dos efeitos cotidianos do discurso médico na clínica fonoaudiológica. Pensarmos acerca dos efeitos desta diferença (de tomar a linguagem do paciente como alterada ou idiossincrática, e não como *patológica*) no discurso da fonoaudiologia, provavelmente provocaria uma sensível diferença no modo de abordar o objeto da fonoaudiologia.

Já a leitura influenciada pela abordagem lingüística leva o fonoaudiólogo à divisão da linguagem em subsistemas – fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Tal tomada da lingüística se dá tanto de forma estratificada, como hierarquizada. Segundo Coudry (1996: 35), a lingüística foi introduzida nos estudos sobre a linguagem patológica como “lingüística das formas”. Com base nisto, Arantes (1994: 27) destaca ainda que, nessa perspectiva, é a língua como objeto formal e homogêneo que está em questão.

Dentro das influências de ordem lingüística encontramos vários enfoques. No entanto, o mais evidente é o da perspectiva inatista, representada pelos estudos de Chomsky. Sua concepção propõe ver a linguagem como inerente à natureza humana, inata, e seu desenvolvimento como consequência natural do crescimento. Um dos efeitos desta corrente na fonoaudiologia é a tomada de um falante ideal como parâmetro. Freire (1994: 20) lembra que o objeto das reflexões lingüísticas não leva em conta a linguagem dita patológica. Os efeitos dessa perspectiva na fonoaudiologia passam por descrever o desenvolvimento da linguagem patológica como semelhante à normal (embora com atraso) ou diferente dela, o que, segundo a autora, acaba por acentuar o normal como parâmetro para a identificação dos desvios de linguagem, entendidos sempre como patológicos.

Outra influência mais recente (década de 80) é a da perspectiva interacionista, tendo como representante de destaque Claudia de Lemos. Numa concepção interacionista de natureza social, a linguagem é fundante. Sua construção se dá na interação, entendida como *matriz de significações*. E podemos encontrar, em textos ainda mais recentes (década de 90), efeitos de contribuições da Análise do Discurso através de textos de Eni Orlandi, Michel Pêcheux e Paul Henry, entre outros¹², que começam a circular no âmbito fonoaudiológico. Os efeitos dessas concepções na fonoaudiologia começam a aparecer sob forma de deslocamentos na própria escuta do terapeuta e nas concepções de linguagem e de sujeito, de heterogeneidade e

¹² Dentre a produção teórica fonoaudiológica recente (desde 1994), encontramos citações relativas aos seguintes escritos, provenientes da Análise do Discurso: de M. Pêcheux, *Semântica e discurso* (1995), *O discurso: estrutura ou acontecimento?* (1997); de E. Orlandi, *A linguagem e seu funcionamento* (1996a), *Discurso e leitura* (1988), *O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise do discurso* (1993), *Autoria e interpretação* (1994); P. Henry, *A ferramenta imperfeita* (1992); D. Maingueneau, *Novas tendências em análise do discurso* (1989); Gadet & Hack, *Por uma análise automática do discurso* (1993).

diversidade. Como consequência, podemos perceber mudanças na concepção de *paciente* (como um sujeito, que mesmo sofrendo em seu sintoma de linguagem, nem sempre é consciente de seu dizer), de *terapeuta* (como abalado em seu saber “totalizante” sobre o paciente e a técnica) e no próprio *objeto de trabalho* da fonoaudiologia (tomado como alteração de linguagem).

No entanto, ao analisarmos atentamente os textos fonoaudiológicos, é notória a predominância das influências da perspectiva inatista, dentro das seqüências oriundas do discurso lingüístico (Lc), conforme o recorte que segue:

Lc1: “A vocalização e a estimulação do balbucio ... serão igualmente estimuladas, acoplando-se estímulos variados para agilizar o processo de competência lingüística”. (Cupello, 1994: 191)

Lc2: “Nessa etapa já será esperada a produção de palavras e, mais tarde, orações; muitos exercícios de conceituação e processos lógicos serão realizados para melhorar a perfomance da criança”. (Cupello, 1994: 192)

A análise desses recortes nos leva a perceber a migração de elementos provenientes do campo de saber da lingüística, com forte tendência inatista. É importante destacar que isso aponta para uma posição ideológica que define uma concepção de linguagem que tem consequências diretas sobre a prática da clínica fonoaudiológica. Os efeitos dessa tomada de posição ideológica e discursiva nos leva a refletir sobre como o fonoaudiólogo toma as produções “desviantes” de seus pacientes e sobre o rumo que poderá tomar o processo terapêutico (que chega inclusive a tornar-se contraditório, conforme veremos a seguir).

No entanto, percebe-se que o uso do item lexical “competência” em Lc1 parece muito pouco à vontade, se pensarmos que, nos referenciais inatistas, o que é da ordem da competência é justamente o que não depende de movimentos externos, que são os conhecimentos internalizados que o falante tem acerca das regras de boa formação da sintaxe. No recorte destacado, o que está em jogo (“a estimulação do balbucio”) indicaria ter uma relação possível, se fosse o caso, com a questão do desempenho lingüístico. O efeito contrastivo (e até contraditório) de Lc1 evidencia uma apropriação distorcida dos referenciais inatistas. Conforme analisa Cunha (1997: 25), tomar da

teoria inatista uma concepção de linguagem como capacidade inata da mente humana é uma tarefa metodologicamente inviável, visto que a referida teoria dirige-se ao estudo da normalidade, da média, enquanto a fonoaudiologia trabalha na esfera dos fenômenos desviantes.

Já em Lc2, percebemos que o item lexical “performance”¹³ aparece referindo-se àquilo que, na teoria chomskiana, seria tratado por desempenho. O que também é interessante destacar é que a forma utilizada - “exercícios de conceituação” - vem no sentido de reforçar a perspectiva de que para um bom desempenho é necessário lidar com a situação de fala (no sentido saussuriano do termo). E sabemos que os próprios teóricos inatistas atestam que a Gramática Gerativa é uma teoria da competência (conhecimento que o falante tem das regras da língua, para produzir e julgar produções sintáticas) e não uma teoria do desempenho (que teria relação com a enunciação). É importante destacarmos aqui que tais apropriações feitas pela fonoaudiologia provocam uma severa distorção da teoria inatista.

A leitura influenciada pela perspectiva da psicologia cognitivista tem também lugar na construção do discurso fonoaudiológico. As influências dos estudos cognitivistas de Piaget tiveram grande repercussão na fonoaudiologia, levando o fonoaudiólogo a aderir a essa teoria, tomando a linguagem como puro reflexo dos processos do pensamento. Nessa perspectiva, o desenvolvimento lingüístico – seja na normalidade ou na patologia – acompanha o desenvolvimento cognitivo.

Efeitos dessa adesão podem ser observados no recorte abaixo, cujas seqüências discursivas são oriundas do discurso da psicologia cognitivista (Pc):

Pc1: “O desenvolvimento das crianças pequenas mostra-nos que a linguagem inicialmente não tem um caráter representativo estabelecido uma vez que também se encontra centrada na ação e presa ao contexto imediato”. (Zorzi, 1993: 25)

Pc2: “É a partir de tal ponto que a linguagem se afirma como conduta representativa”. (Zorzi, 1993: 26)

Pc3: “A linguagem deve ser colocada em um contexto amplo de

¹³ Esta é a designação da teoria inatista, em inglês, da noção de “desempenho”.

desenvolvimento. Ela é, por um lado, um meio de interação, de relação e de construção de conhecimento. É, por outro lado, algo que a criança precisa conhecer e dominar: linguagem como meio e objetivo do conhecimento, ao mesmo tempo". (Zorzi, 1993: 28)

As seqüências discursivas destacadas apontam uma forte presença de enunciados oriundos do discurso da psicologia cognitivista. Elementos como "a linguagem inicialmente não tem um caráter representativo", "a partir de tal ponto se dá a conduta representativa" apontam que a concepção em jogo nesta posição-sujeito é de que a linguagem é algo que de ausente se torna presente na vida do sujeito. O que nos faz perceber a voz da teoria cognitivista é a via com que é apresentada a linguagem na vida do sujeito: "construção do conhecimento", "conhecer e dominar" e "ainda presa na ação". Um dos efeitos desta concepção é a exclusão do sujeito do campo da linguagem quando ele não domina a função representativa. Esta posição-sujeito parece não oferecer muitas saídas para pensar a questão da linguagem para os bebês e para os indivíduos desprovidos cognitivamente (deficientes mentais de diferentes severidades).

De qualquer forma, nas três seqüências discursivas, pode-se perceber que a forma de tomar a relação pensamento-linguagem passa pelo estabelecimento de uma analogia entre a lógica do raciocínio e a lógica da linguagem. Segundo Groisman e Jerusalinsky (1989: 137), Piaget reconhece a raiz do pensamento na ação, o que faz com que a linguagem seja tomada como evolução do pensamento. Encontramos, em produções recentes da fonoaudiologia, propostas para enquadrar os quadros clínicos de retardo de linguagem de forma estritamente determinada pelo nível cognitivo (piagetiano) em que o indivíduo se encontra. Ainda segundo Groisman e Jerusalinsky:

"... houve um período do exercício terapêutico em fonoaudiologia que incluía a psicomotricidade inspirada na idéia piagetiana de que a ação era uma das matrizes da estruturação da linguagem, já que a ação e sua crescente organização, coordenação, em termos de representações /.../ constituíam os elementos fundantes da função semiótica, ..." (op. cit.: 137).

Acreditamos que não se trata de uma simples referência a uma etapa cronológica dentro da história da fonoaudiologia, mas a uma posição-sujeito que está fortemente representada no discurso fonoaudiológico.

Mencionamos antes a questão das designações técnico/tecnólogo como marca do momento de “unificação” da fonoaudiologia como profissão. Observamos também que a necessidade de cientificizar a fonoaudiologia na década de 80 se dá sob a forma de reedição do discurso técnico.

Vejamos inicialmente o recorte em que apontamos a presença do discurso técnico/mecanicista (Tm):

Tm1: “A fonoaudiologia se exerce através de estudos, exercícios e treinamentos”. (Amorim, 1982: 17)

Tm2: “A articulação é treinada diante do espelho possibilitando assim a imitação dos movimentos fonatórios”. (Amorim, 1982: 19)

Tm3: “... uma vez que a fala e a linguagem usada ... é o modelo que a criança tem para aprender a falar”. (Revista Sala de Espera, 1997: 25)

Tm4: “... o tratamento ... objetiva o aprendizado por parte do paciente de métodos de controle. (Revista Sala de Espera, 1997: 25)

Tm5: “As técnicas são mecânicas, todavia elas devem ser agrupadas, anotadas e investigadas em seus princípios fundamentais.” (Princípios e Leis, p. 13)

Tm6: “Não se restringe portanto a Fonoaudiologia às técnicas ou conjunto de exercícios mecânicos, mas vai além numa investigação que lhe permite previsões, embora relativas porque não se trata de uma ciência exata.” (Princípios e leis, p. 16)

Tm7: “A técnica fonoaudiológica pode ser definida como arte de exercitar os órgãos audi-fono-articulatórios segundo normas que possibilitem a correção ou aperfeiçoamento do ato de comunicar”. (Princípios e leis, p. 17)

Tm8: “A ciência fonoaudiológica fundamenta as técnicas, reforçando-as ou modificando-as, conforme a necessidade.” (Princípios e leis, p. 17)

Tm9: “... ejercitar los diferentes músculos del lenguaje.” (Perelló, 1990: 239)

As seqüências desse tipo são realmente numerosas, manifestando a presença do

discurso técnico/mecanicista. A incidência de expressões ligadas ao fazer mecânico, repetitivo e exaustivo é farta, conforme destacamos: “exercícios”, “treinamentos”, “técnicas”, “mecânicas”. A imagem que se pode fazer é de uma “fonoaudiologia aeróbica”, onde a questão do acesso à linguagem fica condicionada à repetição massiva de exercícios que trabalhem os músculos da face. Surge, então, uma curiosa questão: a linguagem é adquirida pelo viés dos músculos da face?

Encontramos outra pista nos recortes Tm3, Tm4 e Tm6. Trata-se da presença de elementos que apontam para uma perspectiva de aquisição e desenvolvimento de linguagem de tendência behaviorista. Expressões como “modelo”, “controle” e “previsões” acabam por constituir no texto um espaço de irrupção do discurso comportamentalista, que sabemos ter alcançado destaque no campo da aquisição da linguagem pela via dos estudos de Eisenson.

Concordamos com Cunha (1997) que, ao analisar os deslizamentos (e deslizes) do campo fonoaudiológico, aponta que houve a necessidade de a fonoaudiologia, ao ser criticada por ser uma atividade essencialmente prática, técnica, “recheiar” a prática com teorias. Segundo a autora, “na tentativa de legitimarmos este fazer, tentou-se “encaixá-lo” em sistemas conceituais interdisciplinares já existentes, construídos, evidentemente, para os objetos que lhes são próprios” (op.cit.: 18).

Uma amostra dos efeitos deste processo podemos observar no recorte que segue, oriundo do discurso científico (Cf):

Cf1: “Toda ciência, para merecer esse nome, precisa indagar, investigar, seu objetivo é demonstrar a verdade ... A fonoaudiologia, como todas as outras ciências, também possui métodos de estudo e investigação da verdade.” (Princípios e Leis, p. 38)

Cf2: “Assim temos uma verdadeira fonoaudiologia”. (Princípios e leis, p. 40)

Cf3: “... em fonoaudiologia usa-se o processo das gravações, seguindo o método indutivo para a aquisição do conhecimento científico. Os fatos observados são distribuídos numa ordem lógica, permitindo assim o estabelecimento de nexos causais.” (Princípios e leis, p. 40)

Cf4: “... o fonoaudiólogo com mentalidade científica, não só pratica as técnicas,

como as fundamenta e faz um julgamento do seu próprio trabalho. As técnicas devem ser executadas com organização e discernimento, enfim, com muita consciência.” (Princípios e Leis, p. 14)

Inicialmente, podemos destacar a incidência da forma “verdade” e seus correlatos. Percebe-se que há a necessidade do fonoaudiólogo alegar que via cientificização a fonoaudiologia recebe garantias em relação ao seu campo e objeto de trabalho. Lacan, em “O Seminário, Livro 1” (1979: 301), comenta que o que fundamenta a concepção hegeliana do saber absoluto é a contradição do discurso, evidenciada pela irrupção do erro manifesto. Segundo o autor, o saber absoluto é o momento em que a totalidade do discurso se fecha sobre si mesma numa não-contradição perfeita. Este parece ser o ideal do discurso científico, que, segundo percebemos, encontrou aconchego na posição-sujeito da fonoaudiologia acima examinada, em nome da obsessão de se tornar ciência com a máxima urgência.

Ainda dentro dessa perspectiva, encontramos em Cf3 e Cf4 a ocorrência de significantes fortemente ligados ao universo científico: “Conhecimento científico”, “mentalidade científica”, “ordem lógica”, “nexos causais” e “organização, discernimento e consciência”. A presença dessas marcas reforça a idéia de que uma ciência, para adquirir o estatuto que dela se espera, tem que cumprir com requisitos rigorosos que apontam para a comprovação da verdade. E, em termos de fonoaudiologia, como o recorte Cf3 muito bem destaca, esta prova pode ser registrada e garantida sob forma de “gravações”. Eis a prova da verdadeira materialidade lingüística!

3. UMA CONSTITUIÇÃO HETEROGÊNEA

O que se pode perceber é que o que ocorreu foi a tentativa de instalação de um discurso uno, tradicional e unificado, que pretendia dar a forma de homogeneização ao discurso fonoaudiológico. Pode-se dizer que esta é uma história formada por momentos de silenciamento. Silenciamento no sentido utilizado por Orlandi (1995a), tomado como *política do silêncio*. A autora coloca que o silenciamento se define pelo fato de que ao dizer algo apaga-se necessariamente outros sentidos possíveis e indesejáveis,

numa situação discursiva dada. Produz-se aí um recorte entre o que se diz e o que não se diz e é silenciado. Diz a autora (p. 76): “É nesse nível que funciona a “forclusão” do sentido, o silêncio constitutivo, ou seja, o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer”. Ou seja, podemos pensar que, na história da fonoaudiologia, o momento de “renomeação” aponta para uma política de silenciamento que fez calar os distintos dizeres e saberes sobre a prática clínica corrente para diversas realidades heterogêneas, na tentativa forçada de unificação do discurso, na busca da aparência de homogeneidade. O que se pode perceber, no entanto, é que a marca da heterogeneidade já estava dada na própria constituição da fonoaudiologia enquanto variados e diversificados processos de designação da área e da profissão.

Courtine, em “O chapéu de Clémentis” (1999), nos fornece uma bela reflexão acerca da noção de apagamento na memória discursiva. O autor afirma que um apagamento deixa sempre um vestígio como marca de seu desaparecimento. Trata este tema como a memória lacunar, que pode ser percebida sob a forma de elipses no discurso.

Partamos, com o autor, de um questionamento importante: o que é enunciar, manter o fio do discurso, mas também repetir, lembrar, esquecer, para um sujeito tomado nas contradições/heterogeneidades do discurso? Courtine nos convida a pensar na forma que é indefinidamente repetível e que pode dar lugar às enunciações mais dispersas. Ele retoma Foucault, em *Arqueologia do Saber*, quando remete a questão do enunciado à noção de repetição que “se destina, de acordo com uma dimensão de alguma forma *vertical*, às condições de existência de diferentes conjuntos significantes” (1995:125).

Courtine propõe pensar a repetição via processo discursivo como uma marca que conjuga a repetição de um fragmento a uma lacuna que aponta para uma “causa” ausente. Chama isso de *repetição de elementos em extensão*, que se refere a um fragmento de discurso determinado por um enunciado e tendo lugar nele uma repetição na ordem de uma memória cheia, saturada. Segundo o autor, ainda em *La Toque de Clémentis*,

“...o que se repete a partir disso, um não-sabido, um não-reconhecido, deslocado e deslocando-se no

enunciado: uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo de desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma *memória lacunar ou com falhas*” (op. cit.: 21).

Podemos evidenciar, no discurso fonoaudiológico, que o efeito dessa memória lacunar está “respingado” por toda parte. Para investigarmos tal assertiva, inicialmente imaginamos seguir aquilo que a teoria da Análise do Discurso propõe: *o discurso é uma dispersão de textos e o texto*¹⁴ *é uma dispersão do sujeito* (conforme Orlandi e Guimarães, 1988: 17). Porém o que encontramos é outra situação. O discurso fonoaudiológico propicia que os textos sejam já tão heterogêneos – o que nos faz pensar na idéia de uma “colcha de retalhos”. Faz-se necessário, portanto, trabalhar a idéia de texto como colagem de discursos dispersos para se chegar à noção de texto em fonoaudiologia. Isto reforça a idéia de pensarmos o discurso fonoaudiológico como estruturado por uma formação discursiva fortemente heterogênea, marcada por diferentes posições-sujeito.

Retomando a reflexão de Orlandi e Guimarães (op. cit.: 17), os autores indicam que o discurso é caracterizado por uma dupla dispersão – a dos textos e a do sujeito. Isso nos leva a observar que o texto é atravessado por diferentes posições-sujeito, já que a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea e que ele ocupa diferentes posições no texto. No entanto, o que os autores diziam na época é que as diferentes posições-sujeito no texto corresponderiam a diferentes formações discursivas. Esse pressuposto teórico, a partir de Courtine (1981), passou a ter outra leitura possível dentro da teoria, ou seja, a de que diferentes posições-sujeito podem corresponder a uma mesma formação discursiva, fortemente heterogênea, conforme destacamos:

“...isto conduz a descrever o conjunto das diferentes posições de sujeito em uma formação discursiva como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber, com os efeitos discursivos específicos que lhe estão ligados.” (op.cit.: 51)

¹⁴ Conforme Orlandi (1996a), as palavras não significam em si, é o *texto* que significa. Segundo a autora, para ser texto é preciso ter textualidade. E, de acordo com Pêcheux, a textualidade é resultado da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade.

Então, pode-se dizer que se passou de uma perspectiva teórica em que o sujeito, ideologicamente heterogêneo, mobiliza saberes de diferentes formações discursivas, para uma perspectiva em que o sujeito traz saberes de uma mesma formação discursiva heterogênea, através de posições de sujeito diferentes nela inscritas¹⁵.

Por isso, destacamos a importância de que, para um texto ter aparência de unidade, é necessário se criar um efeito imaginário, ilusório, decorrente da evidência do sujeito e do sentido. Para tal, tem que haver uma função enunciativa que promova isso. E é via *função autor* que o texto ganha certa “homogeneização” dos enunciados. Será justamente a função autor que dará as noções de aparência da unidade do sujeito e de transparência do sentido. No entanto, é importante lembrar que se trata apenas de um *efeito discursivo*, pois o texto é heterogêneo, embora se apresente com aparência de unidade (lembrando que, para Pêcheux, o discurso deve ser entendido como efeito de sentidos entre interlocutores). É este efeito discursivo que pudemos evidenciar na composição do discurso fonoaudiológico que – mesmo sendo fortemente heterogêneo e muitas vezes contraditório – sofre um efeito de homogeneização, através da função autor exercida por estes diversos clínicos que atuavam na área, principalmente desde a instauração e reconhecimento da fonoaudiologia como uma profissão e um campo de conhecimento.

Guimarães (1995), ao falar do processo de designação, propõe o objeto como uma exterioridade produzida pela linguagem, que se constitui pelo confronto de discursos. Ou seja, o autor afirma que o objeto é constituído por uma relação de discursos. Estas colocações iluminam nossos estudos acerca da própria escolha do significante *fonoaudiologia* como um processo de designação que, ao abarcar uma série de objetos e práticas distintas sob um mesmo “nome”, evidencia uma luta interna, resultante disto que Guimarães chama de *cruzamento de discursos*. Segundo o autor, “...a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposto à diferença” (op. cit.: 74).

¹⁵ De acordo com nossas análises, encontramos três diferentes posições-sujeito inscritas numa mesma formação discursiva (fonoaudiológica), conforme destacaremos mais adiante.

Portanto, propomos aqui pensar a fonoaudiologia sob três perspectivas que apontam para três posições-sujeito distintas. A primeira, corresponde ao primeiro momento histórico da profissão, mas ainda encontra-se espraiada no fazer fonoaudiológico contemporâneo. É uma perspectiva de fonoaudiologia como colagem de discursos oriundos de diferentes campos de saber, de diferentes campos discursivos. Propomos chamá-la de *Colcha de Retalhos*. O que se encontra nela é pura reprodução, colagem de discursos outros, o que chega a fazer com que o fonoaudiólogo seja chamado de professor, reeducador, doutor, etc. A segunda, que tem um compromisso quase obsessivo de tentar cientificizar a fonoaudiologia, propomos chamar de *Interdisciplinar*. Esta perspectiva é decorrente de um movimento recente (década de 80), que, preocupada em tornar o fazer fonoaudiológico científico, provocou aproximações forçadas com outras disciplinas já reconhecidas no meio científico (como a otorrinolaringologia, a neurologia, a lingüística, a psicologia cognitivista, entre outros). O resultado dessas aproximações foi uma fonoaudiologia “de aderência”, com aparência inovadora, original, mas, sobretudo, com um compromisso com o discurso científico. A terceira, reconhecendo como fundamental as trocas com outras disciplinas, preocupa-se em delinear um objeto próprio. Esta perspectiva reconhece, no entanto, a necessidade de levar em consideração o idiossincrático, o heterogêneo e a incompletude da linguagem e do sujeito como constitutivos do seu olhar. Propomos chamar esta posição-sujeito de Disciplina de *Entremeio*. Disciplina de Entremeio, conforme propõe Orlandi (1996b:23) é uma disciplina não positivista, que não acumula meramente conhecimentos, já que discute continuamente seus pressupostos. Pensamos esta terceira posição-sujeito do discurso fonoaudiológico como um espaço onde circula a interlocução com outras disciplinas e que se deixa afetar pelos efeitos dessas interlocuções.

Podemos perceber, então, que o discurso fonoaudiológico é marcado por três posições-sujeito que dão conta das diferentes perspectivas da fonoaudiologia. E essas três posições-sujeito remetem à formação discursiva em que seu objeto se inscreve. Ou seja, dentro da formação discursiva fortemente heterogênea em que se inscreve o discurso fonoaudiológico, há três posições-sujeito, e, conforme a identificação com uma das três, o objeto será diferente, isto é, a concepção de fonoaudiologia será diversa bem como diferente será o seu fazer.

4. O OBJETO DA FONOAUDIOLOGIA

Chegamos, então à questão mais instigante deste capítulo: qual o objeto da fonoaudiologia? Esboçar uma resposta exigirá que tratemos da questão da heterogeneidade.

Para trabalhar a noção de heterogeneidade é necessário que se possa pensar a própria linguagem como heterogênea, o que constitui sua identidade no movimento das alteridades no jogo de seu funcionamento discursivo. Authier (1990) retoma a noção de dialogismo formulada por Bakhtin para destacar que todo o discurso é atravessado pelo discurso do outro (ou por outros discursos). Conforme Bakhtin, somente o Adão mítico estaria isento da questão do já dito na fala de outro. Segundo o autor (1997: 319-20), “nenhuma palavra é “neutra”, mas inevitavelmente “carregada”, “ocupada”, “habitada”, “atravessada” pelos discursos nos quais “viveu sua existência socialmente sustentada”.

Ao trabalhar a questão da heterogeneidade constitutiva e suas formas mais tangíveis via heterogeneidade mostrada, Authier aponta que, justamente na tentativa de dar uma aparência de homogeneidade ao discurso, ocorre o lapso, “emergência bruta, produz “buraco” no discurso, elas dão a imagem de um espaço, de uma sutura sublinhada pela costura que o anula” (op. cit.: 34). Assim, pensamos que a tentativa de costura, de sutura do discurso fonoaudiológico, na tentativa de sustentar seu caráter uno e transparente (a fonoaudiologia é ...), este discurso torna-se esburacado, pois assim o é desde a sua constituição (conforme mostramos nas seções anteriores).

Conforme Authier,

“Ao conjunto de fissuras, junções que funcionam como costuras escondidas sob a unidade aparente de um discurso e que a análise – análise do discurso, descrição dos textos literários e poéticos, psicanálise – pode em parte evidenciar como pistas do interdiscurso ou do jogo do significante, as formas marcadas da heterogeneidade mostrada opõem a retórica da falha mostrada, da “costura aparente” (op. cit.: 34).

Os estudos de Authier nos levam a retomar um ponto fundamental em Análise do Discurso: a ilusão do sujeito como fonte do dizer. A idéia de que a heterogeneidade é

constitutiva de todo discurso nos leva a ter cautela em relação àquilo que é “dado a ver” em um discurso. Authier alerta que aquilo que é mostrado não é só o que interessa. Por isso, ao trabalhar com o conceito de heterogeneidade mostrada, destaca que ela pode se dar sob forma não-marcada¹⁶. Justamente aí poderão estar as relações com outras formações discursivas, ou outras posições-sujeito, no caso deste trabalho.

Percebemos que no discurso fonoaudiológico, frente à necessidade de unificar um discurso para “parecer uma profissão” e para, de fato, ascender à condição de reconhecimento, o que ocorreu, como diz Authier, é *um sintoma e uma defesa*, que vem à tona sob forma de uma costura discursiva fortemente heterogênea. É justamente esta costura presente no discurso fonoaudiológico que tratamos de evidenciar com os aportes deste capítulo.

Ruth Palladino (1996) aborda a necessidade de a fonoaudiologia circunscrever um objeto que tenha uma ordem própria, abrindo assim a possibilidade de constituição de um campo de questões particular – o que conferiria à fonoaudiologia um estatuto de espaço disciplinar. A mesma autora coloca que a tradição em fonoaudiologia é a de a *comunicação* ser tomada como objeto.

Encontramos em Severino (1996) uma explícita adesão à tradição. Segundo este autor:

“Do meu ponto de vista, parece que estamos dentro de um campo epistêmico abrangido pelas ciências humanas, na medida em que a fonoaudiologia está procurando conhecer o homem enquanto sujeito comunicante. Sujeito que fala, ouve e escreve para se comunicar” (op. cit.: 24).

O autor propõe ainda que se trata de abordar o homem como *ser comunicante*, sem, no entanto, assumir outros campos epistêmicos. Podemos perceber que esse tipo

¹⁶ Authier (1990: 32) trabalha com a concepção de um discurso constitutivamente heterogêneo e, no interior desta heterogeneidade faz a seguinte distinção: há uma heterogeneidade constitutiva **do** discurso (que não é passível de análise) e a heterogeneidade mostrada **no** discurso. Segundo a autora, “representam duas ordens de realidades diferentes: a dos processos reais de constituição de um discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição”. Assim, frente ao “isso fala” da heterogeneidade constitutiva, responde-se através dos “como diz o outro” e “se eu posso dizer” da heterogeneidade mostrada. A heterogeneidade mostrada, por sua vez, pode ser marcada ou não.

de inscrição ideológica torna o objeto da fonoaudiologia um mero *instrumento* que o homem, por sua condição, “até” necessita utilizar para dar conta de sua adaptação social. Silva (apud Freire, 1994) concordando com essa abordagem do objeto da fonoaudiologia propõe: “à Fonoaudiologia, por ser clínica, por se realizar na interação entre as pessoas que assim se afetam reciprocamente, parece-me caber melhor o objeto Comunicação, ainda que polimorfo” (op. cit.: 08).

Palladino realiza uma dura crítica a essa abordagem que toma a comunicação como objeto da fonoaudiologia. Ressalta que, nessa perspectiva, a comunicação é um objeto concebido na articulação de múltiplas ordens (social, somática, psíquica). Segundo a autora,

“... essa natureza múltipla do objeto acaba determinando vácuos, problemas, deslizos na reflexão fonoaudiológica: qual objeto deve ser privilegiado? Com qual campo as aderências deverão ser mais extensas? Com o social? Com o somático? Com o psíquico? É possível um discurso assim tão esquartejado ser vigoroso? Rigoroso?” (op.cit.: 47)

Dessa forma, concordamos com a autora quando aponta que com um objeto “por natureza” múltiplo, o que se pode ter é um olhar múltiplo, dando a aparência de completude, visto ser um objeto tomado por vários ângulos, “por inteiro”. A autora propõe ainda que seria interessante e instigante que a fonoaudiologia pudesse lidar com as noções de **singularidade** e **dispersão**¹⁷ (buscadas em Orlandi) em oposição à idéia de inteireza e completude. Palladino refere Orlandi ao dizer que a Análise do Discurso reconhece a dispersão das disciplinas como uma necessidade que se sustenta na própria relação do conhecimento com a linguagem (com o discurso), sendo esta sempre sujeita à interpretação (Orlandi in Palladino, 1996: 48). Conforme já apontamos na seção 3 deste capítulo, “o discurso é uma dispersão de textos...” e o discurso fonoaudiológico, particularmente, é composto por textos muito heterogêneos. Conforme pudemos

¹⁷ Lembramos que a noção de dispersão encontra-se trabalhada em Foucault (1995: 36-7). O autor aponta que enunciados dispersos formam um conjunto (formam uma unidade) quando se referem a um único e mesmo objeto.

analisar na seção anterior, as vozes da pedagogia, da medicina, da lingüística, da psicologia cognitivista, do discurso técnico/mecanicista e do discurso científico marcam forte presença no discurso fonoaudiológico. Lidar com a singularidade de uma configuração discursiva tão heterogênea, ao mesmo tempo em que se puder reconhecer os limites da dispersão, é ainda um desafio para a fonoaudiologia.

Palladino lembra que há muito tempo os fonoaudiólogos lidam com os efeitos da tarefa de desenvolver um projeto baseado nos princípios de *comunicação*. A autora alerta:

“... não há objeto em torno do qual se faça necessária e possível a teorização. E a construção de um discurso é condição para a sobrevivência da área. A Fonoaudiologia não precisa de um título que a legalize; diferentemente, precisa de literalização.”(op.cit.: 45)

Podemos dizer que ainda há pouca produção teórica que subsidie o pensar e o fazer fonoaudiológicos. A necessidade de literalização¹⁸ é destacada em função de, segundo afirma Palladino (op. cit: 50), a tradição oral ser traço forte na área. Outro fator importante de ser considerado é que por se tratar de uma disciplina “prática”, dispensa a fonoaudiologia um compromisso com a teorização. Palladino é incisiva ao dizer que a fonoaudiologia é *iletrada*.

Em Authier-Revuz (1998: 20-28) encontramos a noção de *não-coincidência* do dizer que nos parece muito interessante para pensarmos a questão da heterogeneidade do discurso fonoaudiológico. A autora propõe o desdobramento em quatro campos de “não-coincidência” do dizer:

- a) não-coincidência **interlocutiva** entre dois co-enunciadores;
- b) não-coincidência **do discurso consigo mesmo**, afetado pela presença em si de outros discursos;

¹⁸ Embora o conceito não figure nos dicionários, acreditamos que a autora esteja utilizando a expressão “literalização” no sentido de *teorização* e não de literalidade. Ao menos esse é o sentido (o de produção teórica) por nós pretendido.

- c) não-coincidência **entre as palavras e as coisas**;
- d) não-coincidência **das palavras consigo mesmas**, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia etc.

Authier-Revuz mostra que estas marcas de não-coincidência são espécies de *máscaras*, derivadas de um processo de denegação. Particularmente, neste trabalho, interessa-nos o item “b”, a não-coincidência do discurso consigo mesmo, afetado pela presença em si de outros discursos. A autora parte do princípio, assim como em seu artigo de 1990, de que todo discurso se produz no meio do já-dito dos outros discursos. Encontramos nas palavras de Authier-Revuz respaldo para aquilo que nos deparamos em nossas análises:

“Assinalando entre suas palavras a presença estranha de palavras marcadas como pertencendo a um outro discurso, um discurso esboça em si o traçado – assinalando uma “interdiscursividade representada” – de uma fronteira interior/exterior” (op. cit.: 23).

É nesse espaço de não-coincidências que o sentido se nutre de heterogeneidades, mas é também onde, opondo-se à sua dispersão, se protege sob forma de unidade, promovendo uma certa “fixidez” do signo. No entanto, Authier-Revuz nos mostra que na contradição entre o UM e o NÃO-UM¹⁹ dá-se o furo no tecido do dizer, fazendo com que a não-coincidência apareça sob forma de **costura aparente**. As pistas que encontramos como costura aparente no discurso fonoaudiológico estão, portanto, no movimento entre a falha da não-coincidência e sua sutura enunciativa.

Ao concluirmos este capítulo, gostaríamos de enfatizar que através da reflexão que trouxe à tona dados da memória da fonoaudiologia, pudemos evidenciar diferentes formas que fizeram com que este campo de conhecimento viesse a “ter voz”. Estas diferentes formas apresentaram-se algumas vezes disfarçadas, outras vezes distorcidas, mas o fato é que elas foram e são constitutivas daquilo que se chama o discurso fonoaudiológico. A heterogeneidade que constitui o discurso fonoaudiológico,

¹⁹ De acordo com Authier-Revuz, os termos Um e Não-Um são tomados, respectivamente, como totalidade e não totalidade.

evidenciada no decorrer deste capítulo, nos faz acreditar que não se trata de uma forma de se ver, de se pensar ou de se trabalhar em fonoaudiologia. Acreditamos que, conforme os efeitos de sentido maiores ou menores de determinada posição-sujeito no discurso fonoaudiológico, assim também será delineado o objeto²⁰ em questão no trabalho clínico. Poderíamos dizer ainda que esta não é uma decisão tomada *a priori*, ou seja, conscientemente. Devido a uma posição de alteridade que temos em relação à linguagem, nos resta simplesmente “sofrer” os efeitos que dessa relação emanam. E é justamente desta questão – a relação do sujeito com a linguagem – que trataremos no próximo capítulo.

²⁰ Aqui encontramos-nos em um terreno polêmico e contemporâneo nas discussões acerca do objeto da fonoaudiologia. As discussões mais recentes têm provocado um deslizamento na tomada da comunicação como objeto. No entanto, há ainda muitos questionamentos acerca do objeto da fonoaudiologia: seria a linguagem ou a linguagem numa concepção patológica? Nossa tendência é tomar o objeto da fonoaudiologia como sendo a linguagem com alterações.

Capítulo II : A ILUSÓRIA TRANSPARÊNCIA DA LINGUAGEM

1. REFLEXÕES SOBRE O SUJEITO

1.2 *A história do sujeito na linguagem*

A forma mais justa de apontarmos marcas fundantes nos estudos do sujeito na linguagem nos leva irremediavelmente a evocar o mestre genebrino. Os estudos de Ferdinand de Saussure²¹ transformaram a lingüística, ordenaram os estudos em linguagem e seus efeitos até hoje provocam trabalhos de deslocamento no âmbito da linguagem.

Lutando contra os estudos diacrônicos da época, esse autor situa importantes fundamentos no estudo da linguagem, através daquilo que chamou de perspectiva *sincrônica*, uma via de acesso ao estudo das estruturas da língua.

No entanto, seu passo mais enfático foi a delimitação do objeto da lingüística – e suas repercussões²². Saussure institui a *língua* como

“...um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (1974: 17).

Ao definir a *língua* (um sistema de signos, descrito em termos de relações internas, onde um elemento depende dos demais elementos do conjunto) como o objeto da lingüística, Saussure o faz em oposição à noção de fala.

Para o autor, a *fala*

“...é sempre individual e dela o indivíduo é

²¹ Seu livro “Curso de Lingüística Geral” é uma obra póstuma, publicada em 1916. Foi organizada por dois alunos seus (Charles Bally e Albert Séchehaye) a partir de manuscritos de Saussure e anotações de aulas.

²² Detalharemos outros aportes saussurianos de relevância para a fonoaudiologia mais adiante, ainda neste capítulo.

sempre senhor” (op.cit.: 21).

Fala, para Saussure, sendo algo do âmbito do individual, não cabe em princípios de generalidade.

Essa cisão, que definiu a dicotomia língua/fala, acabou por deixar de fora dos estudos da lingüística não só a fala, como também aquele que através dela se manifesta – o *sujeito*.

Com essa cisão, os estudos da linguagem ficaram divididos entre aqueles que a tomavam somente considerando sua estrutura e funcionamento internos (que ficaram conhecidos como estruturalistas) e, posteriormente, aqueles que, insatisfeitos, acreditavam ser necessário levar em consideração elementos externos à estrutura da língua para que se pudesse compreender seu funcionamento. Era como se houvesse uma distinção entre a “lingüística da língua” e a “lingüística da fala”, conforme havia apontado Saussure.

Faremos aqui uma pequena pausa, pois ao realizarmos um resgate dos teóricos que estudavam os elementos “externos” como fundamentais para a concepção de linguagem, deparamo-nos com o trabalho de Michel Bréal. Acreditamos que os primórdios dos questionamentos sobre a relação entre o sujeito e a linguagem podem também ser encontrados nas contribuições feitas por este autor, sendo o embrião de suas idéias retomado e aprofundado posteriormente por Benveniste²³.

Bréal viveu em uma época em que primavam os estudos naturalistas na área da Lingüística, já que ela era definida como uma ciência natural²⁴. Assim, os parâmetros eram os das ciências exatas. Michel Bréal, opondo-se a essa posição, escreve em 1897 a obra “Ensaio de Semântica”²⁵. Na referida obra, o autor coloca a lingüística como histórica e humana, e não como uma ciência natural, defendendo para a lingüística

²³ No entanto, é importante destacar que a tese defendida por E. Benveniste aponta para a questão da subjetividade na linguagem ser fundada pela via da intersubjetividade, conforme veremos mais adiante.

²⁴ Os chamados “inatistas” da época consideravam a linguagem como um organismo vivo, ou seja, a linguagem tinha processos previsíveis, algo como um “ciclo de vida”, correspondendo analogicamente aos seres vivos.

²⁵ Michel Bréal cunhou o termo “semântica”, sendo assim o precursor dos estudos de semântica não-formalista. Foi mestre de Saussure e Benveniste, entre outros.

paradigmas próprios das ciências humanas: relações de transformação da linguagem, explicadas por fatos históricos e pelas relações do sujeito com a linguagem - é a **inserção do homem na linguagem**. Segundo o autor, no capítulo “A Lingüística é uma Ciência Natural?”:

“...o objeto de que trata [a lingüística] não existe na natureza. A linguagem é um ato do homem: ela não tem realidade fora da atividade humana /.../. Tudo na linguagem vem do homem e se endereça ao homem” (1992: 195)

Nota-se neste texto uma preocupação de Bréal em opor-se à tendência naturalista da lingüística, pelo viés das transformações históricas da linguagem. Articula também um lugar para a subjetividade na análise da linguagem:

“A linguagem tem sua morada e sua sede em nossa inteligência; não seria possível concebê-la em outro lugar. Se ela nos precede, e sobrevive a nós, é que ela existe na inteligência de nossos concidadãos como na nossa, é que ela existiu antes de nós em nossos pais, e de nossa parte nós a transmitimos a nossos filhos” (op. cit.: 197)

Bréal propõe que o sentido das palavras é dado pela história. Destaca que a transformação dos sentidos não depende dos objetos, mas da relação entre o homem e a história. Coloca ainda que o lugar mais idiossincrático na língua é o da significação, pois a relação entre sentido e linguagem não é especular. Quando o homem usa a linguagem, movimenta-se em um mundo de abstrações. A linguagem é uma “tradução” da realidade, uma transposição na qual os objetivos figuram generalizados e classificados pelo trabalho do pensamento. O autor questiona a relação entre verdade e realidade, mostrando que a verdade é um *recorte* da realidade, uma verdade é uma *versão* da realidade. Para Bréal não há como tratar a linguagem sem considerar a significação. Ou seja, ele frisa que a linguagem é feita de signos e seu caráter fundamental é simbólico e não natural.

Várias idéias apontadas por Bréal são facilmente reconhecíveis como inspiradoras de pensamentos aprofundados e desenvolvidos por Emile Benveniste. O conceito de subjetividade na linguagem, a teorização sobre as marcas lingüísticas que apontam para pistas enunciativas, entre outros, são exemplos dessa herança deixada por

Bréal a Benveniste. Um ilustrativo exemplo disto encontra-se no capítulo “O Elemento Subjetivo”:

“O homem ao falar está tão longe de considerar o mundo como observador desinteressado que pode se julgar, ao contrário, que a parte que ele se dá a si mesmo na linguagem é desproporcionada. Sobre as três pessoas no verbo, há uma que ele se reserva de modo absoluto (a que se convencionou chamar a *primeira*). Desse modo ele opõe sua individualidade ao resto do universo. Quanto à segunda pessoa ela não nos distancia ainda muito de nós mesmos, já que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira. Pode-se, pois, dizer que só a terceira pessoa representa a porção objetiva da linguagem”. (op. cit.: 161)

É um tanto evidente o reconhecimento, nesta passagem, da origem das idéias trabalhas por Benveniste, em “Da Subjetividade na Linguagem”, em “O Aparelho Formal da Enunciação”, em “As Relações de Tempo no Verbo Francês” e em “A Natureza dos Pronomes Pessoais”. Isso, sem falar da concepção não-formalista da linguagem desenvolvida por Bréal e seus efeitos no decorrer de toda obra benvenisteana.

Seguindo então esta via, é oportuno destacar a forma marcante com que Emile Benveniste (1991), em “Da subjetividade na Linguagem”, resgata o sujeito. Diz Benveniste:

“A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou /.../ Todos os caracteres da linguagem, sua natureza não material, seu funcionamento simbólico, seu arranjo articulado, o fato de que tenha um “conteúdo”, já são suficientes para tornar suspeita esta assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem”. (1991: 285)

O que percebemos na obra benvenisteana é que ao aprofundar as idéias de Bréal acerca da relação do homem com a linguagem, o autor realiza um resgate do sujeito que havia sido deixado de lado na cisão língua/fala e apagado pela força dos estudos estruturalistas que primavam na época. Benveniste propunha a linguagem como constitutiva do sujeito, fundando assim uma realidade psicológica consciente, conforme podemos observar na seguinte passagem:

“É na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem funda na realidade, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de ego. A subjetividade de que tratamos aqui é a capacidade do locutor de se colocar como sujeito”. (1991: 286)

É necessário ressaltar que um dos efeitos da abordagem benvenistiana de sujeito corre o sério risco de configurar o sujeito do enunciado como senhor absoluto de seu dizer, fonte “consciente” de seu discurso. Reduzir a questão da subjetividade na linguagem à possibilidade de enunciação dos pronomes pessoais²⁶, tal como é feito, a título de “aplicação prática” de sua obra à fonoaudiologia, é expor-se ao risco de um reducionismo teórico (tanto no campo dos estudos da linguagem, como no campo terapêutico) e clínico, cujos efeitos podem ser, entre outros, o retorno ao ideal narcísico de sujeito e à concepção de pleno controle de seus atos - a linguagem, por exemplo - por parte do sujeito.

As questões que inquietavam Benveniste eram interrogações que mobilizavam, nos anos 60 (embora muitos textos do autor tenham sido escritos na década de 50), teóricos franceses que estudavam marxismo, psicanálise e lingüística. Desta geração, uma série de expoentes articularam questões comuns. É o caso de Pêcheux, Foucault, Lacan, Levi-Strauss, entre outros.

Apesar de muitas intersecções, pode-se dizer que não se configurou, na lingüística tradicional, uma preocupação em formular uma teoria do sujeito. Ao reconhecermos a valiosa contribuição de trabalhos como o de Benveniste, temos também a necessidade de apontar qual noção de subjetividade e de linguagem está em jogo para o autor, porque nos termos por ele colocados (eu = sujeito = consciência) tal noção parece um tanto perigosa²⁷. Concordamos com Normand (1996: 147), quando diz

²⁶ No texto “A Natureza dos Pronomes”, Benveniste ilustra através dos pronomes pessoais, o funcionamento da deixis como indicadora, na instância do discurso, da fundação da intersubjetividade. Segundo o autor, o “eu” (assim como o “tu”, os demonstrativos e os advérbios de tempo e lugar) só pode ser identificado pela instância do discurso que o contém. Já o mesmo não ocorre com a chamada “terceira pessoa” – ele – que remete não a ela mesma, mas a uma situação “objetiva”. Benveniste designa a “terceira pessoa” como uma “não-pessoa” (1991: 283).

²⁷ Uma forma diferente de lidar com esta questão foi a formulação realizada por Lacan. Partindo da noção de enunciado/enunciação, Lacan vai buscar na lingüística elementos que auxiliam a psicanálise a articular uma teoria sobre o sujeito. É aí que Lacan utiliza fundamentos da lingüística para ressituar a noção de sujeito (psíquico), fundado na linguagem. Lacan realiza uma releitura do texto freudiano influenciado, entre outras, pelas contribuições da lingüística (principalmente de Saussure, Benveniste e Jakobson). As noções de significante, enunciado/enunciação, de deslocamentos metafóricos e metonímicos são por ele,

que a teoria da enunciação implica um sujeito, mas não faz a teoria desse sujeito.

Seguindo nossas reflexões sobre a história do sujeito na linguagem, é inevitável apontarmos alguns efeitos dos estudos formalistas da linguagem. Na esteira da formalização dos estudos lingüísticos (em contraposição às correntes estruturalistas), Noam Chomsky propõe, através da chamada abordagem gerativista, uma teoria lingüística que lida com o falante/ouvinte ideal, concebendo uma comunidade de fala completamente homogênea, que conhece sua língua perfeitamente bem. Nessa concepção de linguagem, a condição de sujeito torna-se idealizada, e a relação desse sujeito com a língua é tomada como um saber inato.

Os efeitos dos estudos gerativistas encontram-se ainda hoje fortemente inseridos nas produções lingüísticas contemporâneas (assim como seus efeitos no discurso fonoaudiológico, conforme destacamos no capítulo 1 deste trabalho). Sua herança maior foi a concepção inatista de linguagem, centrada na competência lingüística do falante nativo de cada língua.

Esta concepção começou a ser questionada por estudiosos que buscavam entender a linguagem do sujeito em sua relação com os aspectos que remetem a uma exterioridade (aspectos sociais, culturais, ideológicos). Destacam-se aqui os trabalhos de Labov, Ducrot, Pêcheux, entre outros.

Para finalizar, retomamos a questão do resgate do sujeito nos estudos da linguagem. Consideramos que o mérito de Benveniste foi sua grande preocupação em retomar os conceitos da lingüística por um viés que reintroduzisse a concepção de sujeito e a relação com seu dizer. O autor afirma: “Muitas noções em lingüística , /.../ aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecemos no quadro do discurso”(1991: 293).

As reflexões que fizemos até este ponto nos convidam a perguntar acerca dos efeitos dos ditos empréstimos da lingüística tomados pela fonoaudiologia. Certamente, a concepção da relação entre sujeito e linguagem “herdada” pela fonoaudiologia estará na dependência de qual (ou quais) enfoque(s) lingüístico(s) circularam e produziram

então, revisitadas à luz de uma teoria do sujeito.

(ou não) efeitos no discurso e na prática fonoaudiológica. Dessa forma, poder-se-ia parafrasear Benveniste, apontando que *muitas noções em fonoaudiologia aparecem sob uma luz diferente se as restabelecemos no quadro do discurso*. E é pelo fato de aceitarmos o convite/desafio de Benveniste que passaremos a discutir a questão do sujeito no âmbito do discurso, o que acreditamos ser uma interessante contribuição à fonoaudiologia.

1.2 O Sujeito na Análise do Discurso

O sujeito da AD não é nem tão ideológico (como no materialismo histórico), nem tão subjetivo (como o na Teoria da Enunciação e na Psicanálise). Ele também não é evidente, como o sujeito lingüístico²⁸. Aliás não é o, mas um sujeito. É um sujeito histórico-social.

Acompanhamos Indursky (no prelo) em seu texto “A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso”, no qual a autora situa as formulações e reformulações da noção de sujeito na teoria da Análise do Discurso. Segundo a autora, Pêcheux em 1969 concebe o sujeito como “um lugar determinado na estrutura social”. Já na reformulação da teoria em 1975, juntamente com Fuchs, Pêcheux passa a falar em “uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica”. E é em “Semântica e Discurso”, também de 1975, que Pêcheux, articulando as noções de inconsciente e de ideologia, propõe o que chamou de “uma teoria não-subjetiva da subjetividade”.

Pode-se dizer que, em AD, o sujeito é controlado pelo discurso, e não “controlador” do mesmo. É um sujeito descentrado: não é dono do saber, não é dono do dizer. Ele simplesmente assume enunciados que já foram ditos. Isto tanto é verdade, que, para a AD, o sujeito de um discurso (aquele que por ele se responsabiliza), nem sempre é aquele que diz “eu”²⁹.

Encontra-se em Orlandi a referência à ilusão subjetiva como constitutiva do sujeito falante:

²⁸ O sujeito lingüístico aqui é tomado como o sujeito da materialidade (da teoria sintática).

²⁹ Para aprofundar essa questão é importante examinar o texto “Relatório Pinotti: O Jogo Polifônico das Representações no Ato de Argumentar”, de Freda Indursky (1989), onde a autora analisa a posição-sujeito evidenciada no relatório da equipe médica que tratou de Tancredo Neves.

“...o fato de que ele produz linguagem e também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso quando, na verdade, o seu dizer nasce em outros discursos. Do ponto de vista discursivo, as palavras, os textos, são partes de formações discursivas que, por sua vez, são partes de formações ideológicas.” (1996a: 158)

Segundo Pêcheux & Fuchs (1993: 169), são as formações discursivas que determinam “o que pode e o que deve ser dito” a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

Conforme destacamos acima, o sujeito da AD é duplamente interpelado: pela ideologia e pelo inconsciente (Pêcheux, 1995: 152-3). Sendo dotado de inconsciente, nem sempre domina o que está produzindo e nem tem controle de sua interpelação ideológica.

No entanto, apesar de não dominar aquilo que diz, o sujeito tem a *ilusão* de ser a fonte de seu dizer. Esta ilusão discursiva de ser a fonte do sentido é o que Pêcheux e Fuchs (1993: 168) chamam de Esquecimento nº 1 (de base lingüística). Ao mesmo tempo, o sujeito tem a ilusão de domínio daquilo que diz, de ter um saber absoluto de seu processo de enunciação, ao dominar as estratégias discursivas de seu dizer. Esta segunda forma de ilusão, Pêcheux e Fuchs denominam Esquecimento nº 2 (processo discursivo). Estas duas ilusões são constitutivas daquilo que imaginariamente chamamos de sujeito do discurso.

Entretanto, o duplo assujeitamento (à ideologia e ao inconsciente) tira do centro o indivíduo como fonte de seu dizer (o chamado “sujeito psicológico”, consciente de seu dizer). Há sempre um já-lá, na exterioridade do sujeito que o captura e o atravessa, remetendo seu dizer a outros dizeres que estão em circulação.

A noção de exterioridade é aqui constitutiva da idéia de sujeito que queremos apresentar: é a exterioridade que assujeita o indivíduo em relação à possibilidade que ele tem de dizer desde uma formação ideológica (F.I.).

Aqui cabe destacarmos a posição de Lier-De Vitto em relação a esta questão:

“O ideológico, afetado pelo lingüístico, remeterá a

redes de sentidos, não a um conjunto de representações desligadas da linguagem. Ou seja, o lingüístico (ai) não é algo que mapeia significados constituídos independentemente dele. Desse modo, “ideologia” passa explicitamente a implicar aquilo que se designa como “memória lingüística”. Essa reviravolta atrela irremediavelmente o sujeito à linguagem.” (1995: 165).

A interpelação ideológica nos remete ao já-dito que assujeita aquele que fala ao que pode e deve (ou ao que não pode e não deve) ser dito de um certo modo. Esse assujeitamento ideológico de que fala Pêcheux, na verdade, é uma retomada da proposta de Althusser (em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*), onde “*o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão...*” (1980: 102).

O sujeito da AD, como já foi dito, é um sujeito descentrado. A AD trabalha com este pressuposto, partindo de um ponto distinto daquele da teoria da enunciação (a qual propõe um sujeito forte, onisciente, “dono” de seu discurso).

Encontra-se uma interessante definição de sujeito da AD em Brandão:

“Na perspectiva da AD, a noção de sujeito deixa de ser idealista, imanente; o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas *tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia*. Dessa forma, o sujeito não é a origem, a fonte absoluta do sentido, porque *na sua fala outras falas se dizem*³⁰”. (1996: 92)

Tal ilusão discursiva, conforme Pêcheux (1995: 161-2), é resultado do assujeitamento que cria a ilusão constitutiva do efeito-sujeito³¹ como fonte de sentido.

Portanto, o sujeito da Análise do Discurso é fruto de uma ilusão, a ilusão constitutiva de ser a fonte de seu discurso. Conforme Indursky (1997: 33), apesar do sujeito ser interpelado e dotado de inconsciente, ele acredita-se livre e percebe-se como plenamente consciente. Há aí um efeito de apagamento da idéia de assujeitamento, como se o sujeito esquecesse que, tanto ele como seu dizer, são necessariamente incompletos.

³⁰ Os grifos são todos nossos.

³¹ Efeito-sujeito para a Análise do Discurso é a identificação plena e absoluta com o saber da formação discursiva, com o dizer daquela posição-sujeito. Por isso cria a ilusão discursiva do sujeito como fonte de

Cabe aqui lembrarmos as colocações de Orlandi e Guimarães, em “Unidade e Dispersão”:

“A evidência de que *eu* e *tu* somos sujeitos, tal como a certeza da significação, isto é, a evidência da transparência da linguagem, é, como dissemos, um efeito ideológico (elementar)” (1988: 20)

O sujeito do dizer se instala como efeito de sentido (o sujeito do discurso), numa função de assujeitamento a algo determinado em outro lugar, num lugar de interdiscurso.

Os aportes de Courtine (1982) nos permitem tratar a formação discursiva como heterogênea. Sendo assim, a forma-sujeito que a organiza também é dotada de heterogeneidade em relação a si mesma. Como propõe Indursky (no prelo), a forma-sujeito abriga a diferença e a ambigüidade em seu interior.

Assim, podemos dizer que, no interior de uma formação discursiva, as fronteiras se deslocam, podendo comportar a coexistência de diferentes posições-sujeito. Segundo Courtine (1981: 49), as fronteiras de uma formação discursiva se movem para acomodar saberes que migram, que vêm de fora, do interdiscurso, “fronteiras cujo fechamento é extremamente instável”. De acordo com Indursky, (op. cit.), da mesma forma que uma formação discursiva é heterogênea, o sujeito também o é, pois a forma-sujeito mostra-se fragmentada, como conseqüência da dispersão das posições de sujeito.

A questão do sujeito, portanto, encontra-se relacionada ao seu processo de identificação com a formação discursiva (ou com a posição de sujeito) dominante, na qual sujeito e sentido são constituídos. Essas formações/posições estão ligadas ao processo de interpretação que atribui sentidos sistemáticos aos enunciados, dentro daquela mesma formação discursiva ou posição-sujeito, por sua vez determinadas por uma formação ideológica que as sustenta. Por isso se diz, em *Análise do Discurso*, que a mudança de posição-sujeito do enunciador em questão implica mudança de efeito de sentido.

A AD pensa o sujeito e sua conseqüente relação com a linguagem como

resultante de uma relação **não** transparente, e sua relação com a construção dos sentidos advém de seus processos histórico-sociais³² (constitutivos da própria significação do discurso). A subjetividade, em AD, passa, portanto, pela identificação com uma FD.

É fundamental destacar que o sujeito é atravessado pelo dizer dos outros, mas não é possível situar sua “fonte”, seu sentido “originário”.

Henry (1992: 106) destaca que, em Foucault, não há, no nível enunciativo, efetivamente um sujeito, mas uma posição de sujeito suscetível de ser ocupada por indivíduos diversos. De fato, constatamos isso em Foucault (1995):

“Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser o sujeito” (op.cit.: 126).

Em Henry (1992: 138), encontramos ainda uma interessante proposição acerca do sujeito. Abordando a questão da concepção de “sujeito da ciência”, o autor adverte para o risco de, pela via da complementaridade, realizar-se uma identificação entre sujeito e indivíduo (enquanto corpo orgânico, objeto natural). É esta equivalência – do sujeito falante identificado às condições fisiológicas de fonação – que percebemos circular no âmbito da fonoaudiologia. A concepção de sujeito falante em fonoaudiologia está fortemente ligada à imagem de um cérebro íntegro, pregas vocais intactas, estruturas orofaciais (lábios, dentes, língua, etc) em bom estado e vias auditivas inalteradas.

As idéias inatistas de linguagem são contestadas por Henry, e a relação entre sujeito e linguagem, do seu ponto de vista, aponta para a questão da incompletude constitutiva do sujeito e da linguagem:

“O sujeito não preexiste à linguagem mesmo se esta não é suficiente como tal para constituí-lo. Toda idéia de preexistência do sujeito à linguagem (cujo correlato é sob uma forma ou sob outra a redução da linguagem a um instrumento desse sujeito individual ou coletivo) passa por cima da distinção entre indivíduo e sujeito e perde, ao

³² A questão da historicidade entra aqui no sentido de historicidade do texto, pensando como a matéria textual produz sentidos.

mesmo tempo, a dimensão do sujeito propriamente dita” (op. cit.: 182-83).

O sujeito do discurso científico - com o qual a lingüística lida e, assim nos parece, a fonoaudiologia também - exclui a falta. Trata-se do sujeito do ideal positivista, sem inconsciente, adequado a seu objeto. Portanto, seu discurso é um discurso fechado, sem faltas.

Encontramos também em Mariluci Novaes (1996: 61) uma crítica à perspectiva que entende o sujeito como sujeito psicológico³³, por não levar em consideração a relação com uma alteridade, com a materialidade da língua na qual um sujeito e um outro emergem como efeitos de sentido. Segundo a autora, nessa perspectiva, o lugar da alteridade é apagado, na medida em que os sentidos “falam por si”.

Encontramos em Leite (1994) uma importante reflexão acerca das questões do sujeito e do sentido nos inícios da lingüística como ciência (desde a virada do século, com os ensinamentos de Saussure). A autora destaca ainda o lugar privilegiado que tais questões tomaram para Pêcheux, na medida em que ele afirma a necessidade de uma teoria (não-subjetiva) do sujeito, de natureza psicanalítica, como um dos aportes importantes da análise do discurso. Cabe aqui destacar as palavras de Leite (op. cit.: 37) a este respeito: “... na medida em que aquilo que se demanda da Psicanálise, desde uma teoria do discurso, restringe-se a uma teoria não-subjetiva do sujeito, a qual não saberia se resumir apenas na dimensão do significante lingüístico, ...”. O importante, segundo a autora, é estarmos atentos para que não se caia em mais um reducionismo de tomar as relações entre subjetividade e linguagem pelo viés de uma leitura forçada, adaptada e até mesmo colada, oriunda de distorções do tema. O que se propõe através de um olhar que permeia a análise do discurso é provocar um deslocamento na posição centrada e onipotente de um sujeito “dono de seu dizer”. Conforme Leite, tomar aquilo que se chama de *real da língua*³⁴ unicamente como sinônimo da materialidade lingüística e configurar como sujeito aquele que enuncia o pronome “eu” é cair na armadilha de

³³ Segundo a autora, o sujeito psicológico, pretendido por algumas teorias como controlador de seu dizer, seria aquele que tem pleno controle sobre si mesmo e, por consequência, também teria pleno controle sobre a linguagem e seus sentidos transparentes (op. cit.: 37).

³⁴ O conceito de *real da língua* aponta para o impossível inscrito na ordem da própria língua. Ele remete-nos ao conceito lacaniano de *lalangue*, que desfaz a expectativa de que se pode dizer tudo. Este tema será detalhado no item 2.2 deste capítulo.

aplicar supostas “lógicas” como adaptáveis a qualquer campo de conhecimento teórico e - o que nos parece pior - incorrer no erro de atribuição de sentido sem um compromisso com as respectivas formulações teóricas.

No que tange às relações entre a fonoaudiologia e a teoria da análise do discurso, igualmente propomos cautela. Concordamos com a preocupação exposta por Nina Leite, pois desejamos que a interlocução da fonoaudiologia com a análise do discurso seja permeada, ao mesmo tempo, por questionamentos e reflexões. Caso contrário, corre-se mais uma vez o risco de cair em uma colagem e uma aplicação reducionista de uma teoria com fundamentos próprios (como já ocorreu na relação com a lingüística, com a pedagogia, com a medicina, etc, conforme destacamos no primeiro capítulo) ao fazer clínico da fonoaudiologia.

Finalmente, acreditamos ser de destaque a importância da concepção de sujeito mobilizada pela Análise do Discurso, visto que esta aponta para o descentramento do sujeito. Este descentramento provocado pelo assujeitamento à ideologia e ao inconsciente, quebra com a noção de sujeito onipotente em relação ao seu dizer e ao seu saber fazer. Sofrer as conseqüências deste “abalo” parece-nos fundamental para uma perspectiva de fonoaudiologia que buscamos.

Acreditamos que, no terreno fonoaudiológico, o efeito de descentramento do sujeito abriria a possibilidade de se pensar o sujeito falante como não onipotente e não onisciente. Isto implica tomar o dizer do paciente e o do fonoaudiólogo como assujeitados à instância ideológica e ao inconsciente. Ou seja, o fonoaudiólogo, mesmo portando um saber sobre patologia de linguagem, deveria poder lidar com um saber não totalizante sobre aquele sujeito em atendimento, sobre aquela interlocução da díade terapeuta-paciente, naquele determinado contexto clínico/discursivo.

1.3 *Existiria um sujeito da fonoaudiologia?*

Quem é o “sujeito falante” da fonoaudiologia? Certamente é diferente do sujeito falante da lingüística e do sujeito da Análise do Discurso.

E quem é, então, o sujeito falante da fonoaudiologia? O sujeito da fonoaudiologia,

tem uma herança forte vinda da lingüística (conforme abordamos no capítulo I). Nesse sentido, esse sujeito é ou o sujeito da competência lingüística, ou o sujeito da enunciação. Um sujeito tangível ...Temos aí uma pista, mas não uma resposta. Para compreender a noção de sujeito com a qual a fonoaudiologia lida, precisaremos fazer um percurso guiado por algumas pistas.

Em Orlandi e Guimarães (1988: 24), encontramos uma distinção entre várias funções enunciativas do sujeito falante. Os autores propõem que essa distinção ocorre entre locutor, enunciador e autor. O *locutor* é aquele que se apresenta como *eu* no discurso, o *enunciador* é a perspectiva que esse *eu* constrói, e o *autor* é a função social que esse *eu* assume enquanto produtor de linguagem.

Percebemos que a fonoaudiologia parece trabalhar predominantemente com a noção de locutor. A tendência é tomar o sujeito como fonte de seu dizer e sua fala como verdade transparente, pois, como o próprio discurso fonoaudiológico propõe, a fonoaudiologia busca a “verdadeira forma do dizer”³⁵. A possibilidade de se pensar a instância do enunciador, como uma voz diferente, como uma perspectiva, não nos parece muito plausível (em decorrência da visão psicologizante de sujeito que predomina na fonoaudiologia). Menos evidentes ainda são os momentos em que se percebe o fonoaudiólogo lidando com a instância de autor.

Por esta via, propomos pensar quem é o sujeito falante da fonoaudiologia baseados na categorização que propusemos no capítulo 1, seção 3. Na perspectiva que denominamos “*colcha de retalhos*”, percebemos o paciente como um sujeito passivo, passível de ser “ensinado a falar”. O fonoaudiólogo, nessa perspectiva, figura como o provedor de formas e sentidos. Já na perspectiva que chamamos de “*interdisciplinar*”, o paciente é considerado um indivíduo que constrói sua cura através do caminho delineado pelo saber científico do terapeuta. Conseqüentemente, o fonoaudiólogo, investido de um saber total sobre a linguagem, preestabelece os objetivos a serem alcançados. Finalmente, na perspectiva que denominamos “*entremeio*”, o paciente é tomado como um sujeito que, em função de uma alteração de linguagem, está mais facilmente exposto ao idiossincrático da língua. O fonoaudiólogo, nessa perspectiva,

³⁵ Encontramos, no juramento de um convite de formatura do curso de fonoaudiologia (1995), o seguinte enunciado: “...procurando sempre buscar a possibilidade de uma *perfeita* comunicação”.

mesmo tendo um saber sobre o funcionamento da linguagem, reconhece sua posição de não-saber apriorístico sobre os efeitos de sentido que podem ser produzidos pela linguagem.

Nessa terceira perspectiva, é importante que a fonoaudiologia possa pensar que ambos os sujeitos envolvidos na relação terapêutica (terapeuta e paciente) sofrem efeitos dos deslizamentos do sentido. Isto supõe observar a relação dinâmica entre sujeito e discurso, resultado de uma ação de determinação do sujeito pelo seu discurso: a chamada *alteridade*. Percebemos que o risco de ter que lidar com um “apagamento do sujeito do consciente” parece ser um tanto ameaçador para o fonoaudiólogo. Lidar com a não-previsibilidade, o não-domínio sobre o sentido dos enunciados que circulam na cena clínica remeteriam o fonoaudiólogo a um não-saber.

Talvez interessante seria poder, lidando com a noção de incompletude do sujeito, em vez de se falar em sujeito *falante*, lidar com a categoria de sujeito *faltante*³⁶, mobilizada pela psicanálise.

Acreditamos que a tendência em fonoaudiologia (tanto na perspectiva “colcha de retalhos”, como na “interdisciplinar”) é a ocorrência de um encontro marcado pela presença de um sujeito *falante* – o fonoaudiólogo – e um sujeito *faltante* (no sentido de “impossibilitado”) – o paciente. Ao mobilizarmos o conceito de “sujeito faltante”, alertamos para um risco, ou seja, o de tomar a noção de falta aderida à concepção de patologia. Evidentemente, reconhecemos que o paciente tomado em tratamento por um fonoaudiólogo é duplamente marcado pela “falta” (além de sua condição inerente de sujeito, traz consigo uma alteração de linguagem). No entanto, é importante que o fonoaudiólogo tenha cautela para que esta marca de “duplamente faltante” não remeta o paciente à condição de incapaz (e hierarquicamente inferior). Ao contrário, no momento em que o fonoaudiólogo puder reconhecer também nele (terapeuta) a condição de sujeito *faltante*, poderá articular caminhos viáveis para um trabalho terapêutico que vislumbre possibilidades de um dizer, ao invés de um dizer ideal dotado de completude ou perfeição.

Para que esse processo se dê é necessário que o fonoaudiólogo (a partir da

³⁶ “Faltante” no sentido de marcar a incompletude do sujeito e do sentido.

perspectiva “entremeio”), admita que, na mesma medida, **tanto** ele **como** seu paciente estão submetidos à subversão da linguagem. Ao assumirmos a condição de sujeitos que falam, corremos os riscos do duplo sentido. Assim, estamos expostos aos efeitos inesperados que um enunciado pode causar (as piadas, os chistes, as homofonias). São estes deslizamentos do sentido gerados por deslocamentos metafóricos e metonímicos – os ditos “efeitos linguageiros” – que marcam a condição humana na linguagem.

A forma com que se dá a construção da linguagem para um falante está na dependência do(s) interlocutor(es) com quem este falante estiver interagindo - é o que Cláudia de Lemos³⁷ coloca como “processo constitutivo do diálogo como matriz de significação”³⁸. Em seus estudos, encontramos o pressuposto que a aquisição da linguagem pela criança se dá através da interação com o Outro³⁹. Para ela, toda concepção de linguagem traz em si a de aprendiz e esta circunscreve também o lugar do outro. Podemos entender a partir daí que o adulto cria sentidos tomando as produções vocais da criança como significantes e colocando-as em relação a outros significantes que circulam na língua. Para tal, a sintaxe do adulto já está lá a priori, ou seja, “emprestada” como suporte ao discurso da criança. Eis o conceito de alteridade constitutiva do sujeito e do sentido que começa a ser levado em conta – ainda que muito timidamente – pela fonoaudiologia⁴⁰.

Calil (1998) trabalha com a noção de “captura” proposta por Lemos. O autor coloca que somos capturados de formas diferentes naquilo que a linguagem tem de inusitado, inesperado. Segundo ele, a busca de coerência, de unidade, de não-contradição não está relacionada com o controle ou a autonomia do sujeito sobre a linguagem nem à “situação de comunicação”, mas ao movimento inverso de *assujeitamento à própria linguagem*, àquilo que as palavras carregam em suas possibilidades históricas e simbólicas:

³⁷ Esta autora é a precursora em nosso país dos chamados estudos interacionistas em aquisição de linguagem.

³⁸ Texto: “Interacionismo e Aquisição da linguagem”, Revista DELTA, nº 2, 1986b.

³⁹ Ao utilizar o termo grafado com maiúscula, a autora aponta para o “Outro” visto como intérprete, doador de sentido das produções da criança.

⁴⁰ Destacamos o trabalho das pesquisadoras/fonoaudiólogas do Setor de Patologia da Linguagem da Derdic (PUC-SP) que, orientadas por Maria Francisca Lier-De Vitto, desenvolvem uma reflexão em fonoaudiologia comprometida com a posição interacionista desenvolvida no Brasil a partir do trabalho de Cláudia de Lemos.

“É preciso esclarecer que a noção de assujeitamento se opõe à idéia de controle dos sentidos. Ou seja, o controle é uma ilusão. Mas é justamente este assujeitamento que produz a resistência, a subversão, o deslocamento, a ruptura e, portanto, a subjetivação” (op. cit.: 48).

O autor lembra ainda que é pelo fato de estarmos assujeitados⁴¹ que se pode romper. Segundo ele, é do repetível (já-dito) que advém o deslocamento para o inesperado.

São interessantes as palavras do filósofo Garcia-Roza (1998) ao destacar a relação do sujeito com as noções de verdade e sentido. Garcia-Roza nos diz (op. cit.: 94) que é porque o outro é capaz de mentir, que sei que estou em presença de um sujeito. O autor aponta ainda que é isto que possibilita que se fale em relação intersubjetiva. Se dois interlocutores fossem impedidos de mentir, ocultar, sendo obrigados a dizer “somente a verdade”, a subjetividade cederia lugar à objetividade. Ainda segundo este autor (op. cit.: 38), o que funda a subjetividade é a opacidade, a não-transparência. Portanto, falar do risco da múltipla interpretação é falar da multiplicidade dos sujeitos e dos sentidos.

Ao finalizarmos esta sessão, destacamos as palavras de Novaes (op. cit., p. 72):

“Enquanto houver a dominância da complementaridade, enquanto a linguagem estiver ao mesmo tempo dentro (como realidade psicológica) e fora (como realidade social), não haverá lugar para um dizer que rompe com a circularidade. Mas que lugar é esse? Que lugar é esse que quebra a complementaridade e dá lugar à especificidade do dizer? A circularidade entre a linguagem como realidade social só pode ser rompida por uma ordem em que os dizeres se constituam como efeitos, efeitos sem causa, efeitos sobre o outro”.

E é pensando em “quebrar” com essa circularidade entre aquilo que é dito pelo fonoaudiólogo na cena clínica, tomando o sujeito como fonte consciente de seu dizer – “eu, fonoaudiólogo, ofereço-me como modelo do bem dizer” – e aquilo que de fato

⁴¹ Calil (op. cit.) destaca o assujeitamento do homem à linguagem (àquilo que as palavras carregam em suas possibilidades históricas e simbólicas) em oposição à ilusão de controle ou autonomia do sujeito sobre seu dizer.

ocorre no dia-a-dia da fala do sujeito em atendimento fonoaudiológico – a relação com uma alteridade que aponta sempre para a descentramento do sujeito – que acreditamos que a noção de sujeito com que a fonoaudiologia lida necessita sofrer um golpe narcísico. Acreditamos que somente submetendo-se a uma não garantia de controle consciente sobre si mesmo e sobre o seu dizer é que a fonoaudiologia pode de fato aceder àquilo que se chama a atividade *linguageira* do sujeito.

Retomando, pensamos que o sujeito da fonoaudiologia tradicional (tanto na perspectiva “colcha de retalhos”, como na “interdisciplinar”) é um sujeito que se aproxima do sujeito da lingüística, tomado como fonte consciente do dizer. A fonoaudiologia também tende a considerar o sujeito como controlador de seu próprio dizer. Conseqüentemente toma sua fala como verdade transparente.

Acreditamos que para haver um deslocamento desta posição onisciente, a fonoaudiologia necessitaria admitir o descentramento do sujeito. Lidando com a categoria do não-todo, de um sujeito incompleto, o que vem à tona é a noção de alteridade. Alteridade em relação ao outro e à própria linguagem. Desta forma, poderia a fonoaudiologia perceber o sujeito como exposto a deslizamentos causados pela inevitável subversão da linguagem.

Em relação ao sujeito que está sendo tratado, isto implica em o fonoaudiólogo poder mostrar a ele os caminhos que uma fala pode tomar. Trata-se de realizar uma interpretação possível do dizer do paciente, mas, ao mesmo tempo, ter cautela para não obturá-la, sob o risco de ali impedir que um sujeito fale. Já em relação ao sujeito que trata, trazemos à tona a necessidade do fonoaudiólogo se despojar de um saber total sobre a linguagem do paciente, ao mesmo tempo em que possa se dar conta dos “riscos” de múltiplas interpretações de sua própria fala pelo paciente.

Enfim, é uma tarefa complexa esta do tratamento fonoaudiológico. Envolve uma construção de possibilidades para o dizer do paciente, ao mesmo tempo em que aponta a impossibilidade de um único e perfeito dizer.

2. REFLEXÕES ACERCA DA NOÇÃO DE SENTIDO

2.1 *O sentido na Análise do Discurso*

Em AD, a idéia de sentido, assim como a de sujeito, também não é dada *a priori*, mas construída **no discurso**. Segundo Pêcheux, a constituição do sentido e do sujeito se processa simultaneamente através da interpelação ideológica. Conforme o próprio Pêcheux (1995):

“...Se uma palavra, expressão, proposição podem receber sentidos diferentes (...) conforme refiram a tal ou tal formação discursiva, é porque (...) elas não têm um sentido que lhes seria “próprio” enquanto ligado à sua literalidade, mas seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que entretêm com outras palavras, expressões, proposições da mesma formação discursiva” (op. cit.: 161).

No que se refere à questão do sentido, na perspectiva da Análise do Discurso, sabe-se que é preciso que já haja sentido para se produzir sentidos, pois falamos com palavras que já têm sentidos. Porém é importante poder dar-se conta de que estes sentidos nunca estão completamente “já lá”⁴². Nessa direção, Orlandi (1995a: 24) destaca que, para que o discurso tenha *um* sentido, é preciso que ele *já* tenha sentido, ou seja, o sujeito inscreve seu dizer em uma formação discursiva que se relaciona com outras formações discursivas. Dessa forma, pode-se dizer que nenhum discurso é original. No entanto, as possibilidades de um dizer são determinadas ideologicamente, resultando no sentido que então circula. Assim, aquilo que é dito muda de sentido ou adquire outro sentido de acordo com as posições-sujeito inscritas em determinadas formações discursivas, que por sua vez estão remetidas a determinadas formações ideológicas.

Poderíamos dizer que as palavras são somente indícios, pistas. Afinal, como já propunha Santo Agostinho, em *De magistro*, a palavra, por si só, não é portadora da verdade, “com as palavras não aprendemos senão palavras” (apud Garcia-Roza.: 17).

⁴² Cabe lembrar que neste trabalho estamos tomando o silêncio com *status* de significante. Portanto, pensar o silêncio atribuindo-lhe uma significação cristalizada seria de todo um erro, pois justamente o que apontamos é a noção de incompletude constitutiva da linguagem.

Na perspectiva da Análise do Discurso, a construção dos sentidos de um discurso passa por uma determinação histórica. É a partir daí que os sentidos são produzidos e circulam. Desta forma, lança-se um olhar para o *funcionamento* do discurso na produção de sentidos, permitindo assim evidenciar o mecanismo ideológico que sustenta tal discurso. É, então, firmada numa base cultural e histórica, que se tem as palavras de um discurso enquanto unidades *opacas*. São estas opacidades que permitem ir-se em busca de efeitos de sentido que estão por trás de um texto⁴³. O texto é um espaço simbólico (e não fechado em si mesmo). E, para a AD, o texto pode ter qualquer extensão, desde uma simples palavra até um conjunto de frases. Na verdade, o que o define é o fato de que ele é uma unidade de significação em relação a uma situação.

Pode-se dizer que, quando um enunciado significa, é porque ele tem textualidade. Sua interpretação deriva de um discurso que o sustenta, que o provê de realidade significativa. É nessa relação entre a perspectiva significante, e as possibilidades de significação de um enunciado que se tem em mãos um passaporte para visitar diferentes interpretações de um discurso, oriundas dos efeitos da opacidade.

Em oposição à opacidade, encontra-se a “transparência”. A transparência representa a ilusão de uma apreensão imaginariamente possível dos sentidos de um texto. Orlandi (1996b) alerta que seria este um efeito de evidência, uma ilusão referencial dos signos. Aponta ainda que uma tentativa de transformar as palavras em unidades transparentes provoca a perda de seu significado, justamente por tomá-las alijadas de sua determinação histórica em determinado discurso. Segundo a autora, “se se tira a história, a palavra vira imagem pura”(op.cit.: 32). Talvez pudéssemos ousar dizer que se se tira a história, o silêncio cai no vazio do real⁴⁴.

Desta forma, pode-se pensar que, ao se encontrar diferentes formas de um dizer, elas terão distintos caminhos e distintos porquês que lhes permitam ser configuradas assim, e não de outra forma. A diferença de construções remete a formas distintas de fazer a matéria significante produzir sentido, de provocar uma pluralidade de *efeitos de sentido*. É importante ressaltar que o mesmo enunciado poderá ter interpretações

⁴³ “Texto” conforme destacamos na nota de rodapé nº 14, no primeiro capítulo desta dissertação.

⁴⁴ É objetivo deste trabalho desenvolver as noções de “real” propostas pela literatura: o real da língua (Milner, 1987: 19), e a noção de silêncio como sendo o real do discurso (Orlandi, 1995a: 31). Esses temas serão desenvolvidos no item 2.2 deste capítulo e no item 5 do próximo capítulo, respectivamente.

diferentes, dependendo do lugar em que o sujeito estiver produzindo e de seu interlocutor. E o rumo de sentido que um discurso vai tomar, tanto na sua origem (quem o produziu) como na interpretação que dele será feita, estará de acordo com a inscrição em determinada FD ou determinada posição-sujeito dentro de uma mesma FD. Por isso, quando se fala em discurso como efeito de sentido, deve-se pensar em efeito de sentido entre interlocutores (Pêcheux, 1969).

Também pode-se observar que a mera repetição já é uma forma de “significar” diferente, pois produz mudanças no processo discursivo. Como diz Orlandi (1996a: 119), “quando digo a mesma coisa duas vezes, há um efeito de sentido que não me permite identificar a segunda à primeira vez, pois são dois *acontecimentos* diferentes”.

Conforme lembramos acima, segundo Orlandi, ainda que a diferença de construções tenha sempre uma razão, ela se dá através dos efeitos de sentido e não em função de uma simples diferença de informação. Nesse sentido, referindo-se à fonoaudiologia, Surreaux (1997: 56) também destaca que o signo lingüístico, correspondendo ou não a apenas uma palavra, está em *relação* com os outros signos presentes no discurso. São atos únicos os princípios de seleção e combinação dos termos lexicais realizados pelo sujeito falante. Sabemos que não é à toa que realizamos determinadas estruturações sintáticas e não outras. As inúmeras possibilidades que temos ao selecionar termos e combiná-los configuram-se no próprio ato da interlocução.

Selecionamos termos que nos dizem respeito, que fazem sentido, e no momento em que elegemos um, descartamos os outros, como que não fazendo mais parte das alternativas possíveis.

É importante esclarecer que quando ressaltamos o termo “*selecionamos*” não estamos aderindo à tese de que o indivíduo controla seus atos de fala conscientemente. Ao contrário, sabendo o quanto o sujeito é assujeitado ideológica e inconscientemente, frisamos que existe mais de uma possibilidade - em termos de produção lingüística - de esta realização ser configurada.

Encontramos em Henry uma importante contribuição a esta temática. Segundo o autor:

“Cada indivíduo reage a seu modo ao mundo sensível; diante de um objeto perceptível, cada um forma sua representação essencialmente irreduzível a de qualquer outro indivíduo; cada signo evoca na mente do ouvinte uma representação que não pode ser comparada à de nenhum outro indivíduo diante do mesmo signo.” (1992: 66)

O apontamento de Henry, ao destacar a impossibilidade de se ter acesso ao sentido que um signo evoca para cada sujeito, respalda a tese de não-transparência da linguagem.

Acreditamos que, no campo fonoaudiológico, a crença na transparência da linguagem é corroborada pela tendência ao trabalho no âmbito do *sentido literal*. Desta forma, a noção de interpretação, em fonoaudiologia, fica limitada à compreensão de um sentido pré-determinado.

No entanto, em se tratando de interpretação, acreditamos que ela estará na dependência do conceito de linguagem em questão. Pêcheux (1993) nos adverte que o fato de não se considerar apenas a *informação*⁴⁵ no discurso, evita uma simplificação reducionista frente à natureza e ao funcionamento da linguagem.

Orlandi e Guimarães (1988) entendem que a dispersão dos sentidos e do sujeito é condição de existência do discurso, porém para sua efetividade é necessário que ele tome aparência de unidade. Assim, deve-se ressaltar a importância tanto da dispersão quanto a da ilusão de unidade para a constituição discursiva.

Segundo Pêcheux (1995: 146), as formações discursivas produzem o efeito de transparência do sujeito e do sentido. Por um lado, há a ilusão necessária do sujeito falante de ser a fonte de seu dizer, na qual se esquece que todo enunciado, para que tenha um sentido, tem origem em uma formação discursiva. Por outro lado, o sentido é determinado através do processo histórico de sua constituição e, ao dizermos algo, apagam-se outras possibilidades de significação.

Encontra-se ainda em Pêcheux, no texto “Estrutura ou Acontecimento” um

⁴⁵ Pêcheux (1993: 82) alerta que a teoria da informação, apresentada por Jakobson em 1963, ilustra um esquema informacional que leva a falar de mensagem como mera transmissão de informação. Pêcheux, por outro lado, opta por trabalhar com a noção de *discurso como efeito de sentido*.

questionamento da idéia de reprodução de sentidos dentro de uma formação discursiva. O autor propõe uma reformulação teórica⁴⁶ a partir da introdução da noção de *acontecimento*. A noção de acontecimento aparece na referida obra em oposição a um enfoque que considere o discurso apenas como *estrutura*, mas, ao mesmo tempo, figura como um dos três pré-requisitos fundantes do trabalho do analista do discurso. Os outros dois pré-requisitos são: 1) a concepção de interpretação atravessada pela noção de real da língua (conforme Milner, 1987); 2) a concepção de equívoco como constitutivo da língua.

Acreditamos que a noção de equívoco como constitutivo da língua trabalhada por Pêcheux (1997) é muito importante para uma concepção de fonoaudiologia que não deseja lidar com a transparência da linguagem. Segundo o autor, toda descrição

“...está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (op.cit.: 53).

Por esta mesma via, Calil (op. cit.: 93) destaca que o jogo de palavras e o duplo sentido dos efeitos discursivos são instâncias em que se pode trabalhar a idéia de deslocamento das formações discursivas. É em situações como estas que se pode incluir a noção do inesperado, do não-coincidente, da ambigüidade.

Não se pode esquecer que a relação sujeito-história-sentido é a base da produção de sentido em AD: o sujeito se produz, produzindo sentido. É esta a dimensão histórica do sujeito - seu acontecimento simbólico - já que, como diz Orlandi (1995b: 112), “não há sentido possível sem história, pois é a história que provê a linguagem de sentido, ou melhor, de sentidos”.

Desde as colocações de Bakhtin, a abordagem da língua foi feita por sua inserção no contexto social e no universo da tensão humana em que ela atua. O território da língua é lugar de disputa e conflitos, da relação entre o sujeito e a

⁴⁶ Teixeira (1998: 63) destaca que os textos “La Langue Introuvable” (1981) e “O Discurso: Estrutura ou Acontecimento” (1983), que tiveram claras influências de “O Amor da Língua” (1989), de Milner, marcam uma ruptura da concepção homogênea de discurso para Pêcheux, seguida de uma reconfiguração do objeto língua tomado em sua incompletude.

sociedade. Em uma perspectiva dialógica, Bakhtin concebe que práticas languageiras socialmente diversificadas e contraditórias se inscrevem historicamente no interior de uma mesma língua.

Destacamos nesse sentido a questão de “quem fala qual língua para quem e quando”. Burke (1995: 17) comenta que as formas de comunicação não são portadoras neutras da informação, mas trazem consigo suas próprias mensagens. O autor ilustra que, da mesma forma que os beduínos têm muitas palavras para “camelo” e os esquimós para “neve”, pelo fato de perceberem distinções mais precisas do que a maioria das pessoas, assim também os estudiosos da linguagem têm muitas palavras para “língua”.

Deriva desta questão outra muito bem articulada por J. Authier (1990). Authier trabalha com a noção de heterogeneidade do discurso. Conforme trabalhamos no capítulo I, seção 4, o ponto de destaque em sua obra é o de que todo discurso é heterogêneo. Para isso, a autora trabalha com a noção da própria linguagem como heterogênea (que está calcada na idéia de movimento, movimento de sentido entre os sujeitos)⁴⁷. A autora, no trabalho de 1990, diferencia dois tipos de heterogeneidade. O primeiro tipo é a heterogeneidade *constitutiva* (do sujeito e de seu discurso). Ela é produto das noções de interdiscurso, da AD e de alteridade constitutiva, da Psicanálise. Esse tipo de heterogeneidade, para a autora, não é passível de análise. Já a heterogeneidade *mostrada* é passível de análise através de formas lingüísticas de representação de diferentes modos de inscrever o outro na seqüência do discurso. As questões levantadas por Authier tornam-se polêmicas no âmbito deste trabalho. Se formos nos ater somente à heterogeneidade mostrada/marcada (o que é visto a olho nu)⁴⁸, o trabalho sobre o silêncio ficaria muito limitado, senão impedido. Atenção especial também será dada, portanto, à heterogeneidade mostrada não-marcada, porque justamente aí poderão aparecer relações com outros discursos.

No entanto, é o conceito de **denegação** trabalhado pela autora que é de grande ajuda na articulação das questões deste estudo. Authier apresenta a denegação como o

⁴⁷ Em oposição à ilusão do sujeito de ser a “fonte” de seu dizer.

⁴⁸ A heterogeneidade mostrada marcada é da ordem da enunciação, fazendo-se visível na materialidade lingüística. Já a heterogeneidade mostrada não-marcada é da ordem do discurso, não sendo provida de visibilidade.

modo pelo qual as formas marcadas de heterogeneidade mostrada se apresentam como formas de desconhecimento da heterogeneidade constitutiva. Conforme a autora:

“O lapso não é a única forma de emergência do tangível do Outro do discurso; as formas marcadas da heterogeneidade mostrada também o são, mas sob as formas desviantes do domínio do dito; em conflito solidário com a heterogeneidade constitutiva estas formas são em relação àquelas ao mesmo tempo um sintoma e uma defesa; justamente onde o lapso, emergência bruta, produz “buraco” no discurso, elas dão a imagem de um espaço, uma sutura pela costura que o anula” (op. cit.: 34).

É importante também lembrar que a AD observa os modos de construção do imaginário necessário na produção do sentido. E surge então a pergunta: que construção de imaginário é feita pela fonoaudiologia? Necessariamente teremos que levar em consideração a heterogeneidade constitutiva do discurso fonoaudiológico. Para esboçarmos uma resposta a esta questão, precisaremos lidar com as diferentes posições-sujeito que compõem o discurso fonoaudiológico, conforme desenvolvemos no capítulo I.

Na perspectiva “*colcha de retalhos*”, podemos situar a fonoaudiologia como curativa. O paciente figura como um indivíduo passivo e o fazer fonoaudiológico reflete uma aplicação repetitiva. Percebemos que a concepção de sentido nessa perspectiva é fixa, rígida e a concepção de língua fica reduzida ao conceito de código.

Na perspectiva “*interdisciplinar*”, a fonoaudiologia se considera a ciência da comunicação oral. O paciente é um indivíduo ativo, mas sua fala é previsível. O fazer fonoaudiológico, nessa concepção, é respaldado cientificamente em teorias provenientes de outras áreas com as quais mantém relação. O sentido geralmente é considerado *a priori* e a língua é considerada como um sistema.

Na terceira perspectiva, que denominamos “*entremeio*”, a fonoaudiologia aparece como uma disciplina que estuda a linguagem com alteração. O paciente é um interlocutor marcado pelo idiossincrático em seu dizer. O fazer fonoaudiológico, nessa concepção, é uma construção tecida pelo terapeuta e pelo paciente nas teias da linguagem. O sentido, por esta via, é construído na interlocução, na atividade

linguagem dos dois sujeitos em questão. Por fim, a língua passa a ser tomada como uma sistematicidade marcada pelo não-todo, pelo impossível de se dizer tudo.

No entanto, esta terceira perspectiva ainda é pouco evidente no meio fonoaudiológico. Por isso, insistimos em questionar as pretensas garantias que a fonoaudiologia almeja em relação ao paciente e ao sentido. Desta forma, perguntamos, juntamente com Novaes⁴⁹ (op. cit.: 21) : o que garante o poder sobre os sentidos? Segundo a autora, procedimentos de controle sobre o dizer exigem como condição a transparência da linguagem. Segundo Novaes, “...só se pode controlar o visível e é no que o dizer pode ter de explícito, de literal, de linear, de transparente ...” que se garante transparência do sentido. Por esta via é que acreditamos que a tendência predominante na fonoaudiologia (tanto na perspectiva “colcha de retalhos” como na “interdisciplinar”) seja aquela que lida com a noção do ideal de transparência da linguagem. Conforme Surreaux e Barbosa,

“...a fonoaudiologia tem pretensas garantias de ilusão da transparência da linguagem. A existência da *verdadeira forma do dizer*, tão arraigada nas bases de importantes teorias linguísticas, é apropriada pela fonoaudiologia inconscientemente.” (1999: 04).

Ainda segundo as autoras, a partir dos conceitos de língua e de linguagem no discurso fonoaudiológico, a noção de completude da língua, sua materialidade tangível e visível, faz com que o fonoaudiólogo fique preso à concretude do ato de fala. As autoras destacam, como consequência, a cristalização, não só da produção fonética, como também da própria circulação dos sentidos: “Visando o ideal de transparência, não só da língua, como da própria linguagem, o fonoaudiólogo sustenta uma posição resistente e inquestionável, que tem como consequência a univocidade do sentido” (op. cit.: 06).

Retomando os questionamentos de Novaes (op. cit.: 177), a autora coloca que um dizer, para ter espaço de inteligibilidade, exige a filiação a certos domínios estabilizados de sentidos. Assim, o discursivo seria da ordem do antecipável. Nesse sentido, aquilo que se antecipa – a verdade acerca do sujeito e do sentido – coloca o

⁴⁹ Em seus estudos sobre os dizeres nas esquizofrenias, Mariluci Novaes analisa a hierarquia na relação médico-paciente, através do controle do sentido exercido pelo médico psiquiatra frente aos dizeres de seu

terapeuta em um lugar totalitário relativo ao paciente.

Portanto, no nosso entender, para trabalharmos com a questão do sentido, é necessário retomar uma vez mais a possibilidade de não se falar em um discurso uno, fechado, pleno de significação. Isto leva-nos a repensar sua íntima relação com a noção de sujeito descentrado, jogado à condição de alteridade.

“Um modo singular de produzir equívoco, eis o que é uma língua entre outras” é o que nos diz Milner (1987: 15). O autor realiza uma drástica crítica ao apontar que tradicionalmente “traduz-se a língua em termos de realidade, situando-a na rede do útil a título de instrumento (de comunicação), ou na rede das “práticas” - sociais ou outras” (op. cit.: 19-20).

Concordamos inteiramente com estas colocações de Milner, principalmente ao refletirmos sobre a forma com que encontramos no discurso fonoaudiológico os efeitos que circulam a respeito do conceito de língua. Percebemos (Surreaux e Barbosa, 1999) que o conceito de língua tomado pela fonoaudiologia está ligado a uma concepção de código, formado por um sistema homogêneo e fixo. Esta rigidez estende-se desde a noção de traço distintivo até a concepção de sentido. Tal concepção conduz à perspectiva de que existe a “palavra correta” e quem a domina é o fonoaudiólogo. No momento em que o paciente “aceita” exercitar esta palavra, há garantias, na própria língua, de acesso ao *bem dizer*. A concepção de sentido na fonoaudiologia tradicional é, portanto, guiada por uma pré-determinação. Percebemos a tendência a um trabalho “dirigido” em que o terapeuta antecipa as vias possíveis que o sentido pode tomar. Geralmente, a imprevisibilidade não é bem suportada. Mais fácil costuma ser reordenar o enunciado e retornar ao “bom sentido”.

É justamente por esta via que, ao finalizarmos esta seção, introduzimos a próxima questão – instigante e polêmica – que trabalha a noção da transparência da linguagem, desde a noção de real da língua. E nesse ponto, concordamos decididamente com Safouan, ao insistir na preponderância do símbolo sobre o objeto e a realidade, destacando que o símbolo só pode vir a cumprir sua função de significar por ser falta, e que o desejo do sujeito nasce da possibilidade dessa falta. A partir deste ponto de vista,

paciente esquizofrênico.

parece-nos inevitável que a fonoaudiologia revise suas concepções de sujeito e de língua, sob risco de abdicar do trabalho que contemple a possibilidade de lidar com um sujeito que busca construir uma possibilidade de significar, de fazer sentido para o outro.

2.2 O Real⁵⁰ da Língua

Introduzimos a questão acerca do real da língua, apresentando uma instigante colocação de Courtine, destacada do texto “O chapéu de Clémentis”:

“... não é da língua que está se tratando, mas de discurso, quer dizer, de uma ordem própria, distinta da materialidade lingüística, no sentido que os lingüistas dão a esse termo, mas que se realiza na língua: não na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável, a ordem do que constitui o sujeito falante em sujeito de seu discurso e ao qual ele se assujeita em contrapartida.” (1999: 16)

Segundo Courtine, a dicotomia entre o sistema da língua e o sujeito falante colocada pelo corte saussuriano (e prolongada pelo trabalho de Chomsky), separando a ordem da língua da ordem do discurso, deu o tom da lingüística contemporânea. Percebemos que a herança que a fonoaudiologia traz da lingüística também atualiza os efeitos desse corte tanto no campo teórico como no clínico, trabalhando o fonoaudiólogo predominantemente com a língua enquanto código (e não com o discurso).

A noção de língua saussuriana baseada no caráter arbitrário do signo se sustenta até esbarrar na noção de valor proposta pelo próprio Saussure. Segundo Gadet e

⁵⁰ O conceito de Real foi definido por Lacan (1979: 89) juntamente com as categorias de simbólico e imaginário, já nos “Escritos Técnicos de Freud” – livro 1 (1953-1954). Conforme destaca Chemama (1995: 184), para Lacan, “...o impossível é o real, completando sua definição, ao afirmar que o impossível não cessa de não se escrever. A definição permite precisar o que significa o real em relação à linguagem. O significante, suporte simbólico, permite inscrever a castração simbólica, que constitui o enquadramento da percepção da realidade. Para o sujeito, o lugar do real está sempre faltando, e o impossível, enquanto real, não é mais, como na filosofia aristotélica, aquilo que não pode ser”.

Baseado no princípio lacaniano de que “tudo não se pode dizer” (Lacan, 1985: 124), Milner traz a reflexão acerca do real para o terreno da lingüística. Milner fala da existência de um impossível, inscrito na ordem da língua. O impossível remete a uma proibição que marca a existência de ao menos um lugar de que não se pode falar – esse lugar é a *lalangue*. Ainda segundo Milner (1987: 26), a lingüística garante sua cientificidade às custas de ignorar a falta (já que de *lalangue* ela não tem nada a saber) e por sustentar que

Pêcheux (1984: 58), o valor sustenta a arbitrariedade ao mesmo tempo que a limita. Ou seja, a característica de arbitrariedade do signo é necessária, mas fundamental é também o reconhecimento de que seu alcance vai até a fronteira da idéia de valor, que emerge a partir de determinada instância discursiva não previsível.

Segundo Leandro Ferreira (1998a), no âmbito da lingüística, a língua enquanto sistema só conhece sua ordem própria, o que acaba por impedir-lhe de considerar os deslizamentos, lapsos e mal-entendidos como integrantes da linguagem. Em seu outro trabalho (1998b), a autora apresenta os três postulados que norteiam a leitura que impera nos domínios da lingüística: a *transparência* (que liga-se à idéia de língua como veículo do pensamento), a *univocidade* (que sugere a perfeita sintonia entre formas e sentidos) e a *regularidade* (onde a língua figura como conjunto homogêneo, cujos elementos estabelecem relações previsíveis e ordenadas). Já no âmbito da análise do discurso, ocorre a incorporação dos chamados desvios “problemáticos” como fatos estruturais incontornáveis e próprios à língua.

Conforme encontramos em Orlandi (1996b: 47), quando se trata do estudo da língua, o que interessa não é a *organização*, enquanto regra e sistematicidade, mas a *ordem* do discurso, enquanto funcionamento. Partindo da noção de funcionamento, entra em evidência a possibilidade de se trabalhar com a falha e o equívoco como elementos constitutivos da língua.

Gadet e Pêcheux introduzem a questão do real da língua criticando o reducionismo com que a lingüística propõe uma prática teórica que considera a língua como objeto próprio. Segundo os autores:

“Los fines últimos de la lingüística, lejos de apuntar hacia un desenlace puramente teórico, parecen mantener una estrecha relación com el deseo político de acabar de una vez por todas com los obstáculos que impiden la “comunicación” entre los hombres. Desde el esperanto hasta los lenguajes lógicos los lingüistas no dejan de buscar esa nueva lengua universal que sea capaz de reproducir el milagro de un Pentecostés científico: otra vez Babel.” (op. cit.: 15)

a rede de impossível que a marca é consistente e completa.

Esta questão do inevitável mal-entendido entre os homens, originado no mito da Torre de Babel, nos parece um articulador fundamental para fazer ruir o projeto platônico do ideal de uma língua plena e completa, através da qual a compreensão entre os homens seria perfeita. De uma forma um tanto incisiva, percebemos Gadet e Pêcheux contrastarem perspectivas distintas de como a Lingüística e a Análise do Discurso lidam com a noção de língua, ao introduzirem esta polêmica. Os autores apontam que, para a lingüística, a noção de real da língua aponta para a idéia de Um, de Todo, garantido dentro daquilo que eles apontam como o Mesmo e o Idêntico. Esta reflexão vai na mesma direção da máxima de Milner que destaca que “tudo não se diz”. Neste sentido encontramos ainda em Gadet e Pêcheux:

“El objetivo del gramático y del lingüista consiste en construir el tejido de lo real de tal manera que esse tejido forme un todo, no por efecto de decisiones que delimitarian arbitrariamente esa unidad dentro de un flujo, sino por reconocimiento de esse todo como lo real, es decir como causa de sí mesmo y de su orden propio. Ocuparse de lingüística, es suponer que lo real de la lengua es representable, que encierra lo repetible y que eso repetible forma un tejido que autoriza la construcción de reglas.” (op. cit.: 50)

Pêcheux fala sobre o real da língua como impossível. Mais especificamente em “Discurso: estrutura ou acontecimento?” (1997), ele propõe a categoria de real como contingente. Leite (1994) destaca que é a partir daí que o autor inscreve a noção de falta no interior da teoria. O que se pode colocar a partir daí é que há uma falta que vai configurar um real próprio da língua. Concordamos com Ferreira (1998b) ao dizer que quanto mais se tenta determinar na ordem da língua, mais se indetermina na ordem do discurso. Segundo a autora:

“Dentre as “armadilhas do ato semiológico”, situa-se o alerta de que a língua não visa sempre à comunicação; ela também pode ser empregada para não comunicar. Uma língua isenta de ambigüidades não é garantia de uma comunicação eficaz”. (op. cit.: 207-8)

O real da língua para Pêcheux é aquilo que é colocado pela lingüística tradicional como condição de existência (de princípio), sob a forma da existência do

simbólico. Segundo o autor, já em um segundo momento dessa reflexão:

“Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não logicamente estável não seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real” (1997: 43).

Finalizamos esta seção retomando as palavras de Leandro Ferreira (1998a), ao comentar a questão da incompletude fundante da língua. Segundo a autora, falar da língua é falar da falta, é admitir que o todo da língua não pode ser dito em nenhuma língua: “Sempre faltarão palavras para expressar algo, já que existe o impossível a dizer” (op. cit.: 07). E é esta questão que acreditamos ser importante destacar, pelo fato de este trabalho insistir em trazer à tona a noção de incompletude fundante da linguagem. Para chegarmos ao tema do silêncio, precisamos passar por pressupostos teóricos que nos ajudassem a construir aquilo que Pêcheux chama do “furo no real”. Para aprofundarmos tal noção de que há sempre o impossível a dizer, sentimos necessidade de explorar a questão da não-tranparência da linguagem remetendo à noção de real da língua, visto que ela aponta para a instância da incompletude da mesma. Lidar com esta questão é um articulador que inscreve a falta como estruturante, o que acreditamos ser fundamental para a fonoaudiologia, e mais especificamente, para pensarmos o silêncio no discurso fonoaudiológico.

3. IMPLICAÇÕES DAS REFLEXÕES SOBRE SUJEITO E SENTIDO PARA A FONOAUDIOLOGIA

3.1 *A questão do signo e seus deslizamentos de sentido*

Ao destacarmos especificamente a noção de signo lingüístico introduzida por Ferdinand de Saussure, pretendemos problematizar a forma com que a fonoaudiologia lida com a questão da transparência da linguagem e dos sentidos. Acreditamos que a tendência na fonoaudiologia é trabalhar com a instância do fonema e do signo. E, mesmo assim, o signo é entendido como transparente e fixo (dificilmente remetendo a deslizamentos de significação).

Parece não estar claro para a grande maioria dos fonoaudiólogos, que o sujeito

em tratamento (conforme o quadro clínico), está na tentativa constante de elaborar a relação, que para ele é única, visto que também é particular para cada um de nós, entre significado / significante, seleção / combinação (que nos leva à metáfora e à metonímia⁵¹) - isto sem falar nos contrastes fonéticos e fonológicos presentes a cada ato de fala. Citamos novamente o mestre genebrino para lembrar que “na língua (e acrescentamos - assim como na fala) só existem diferenças”.

No entanto, alertamos que os aportes oriundos da lingüística (como os pressupostos de Saussure e Jakobson acima apontados) somente produzirão efeitos interessantes no fazer fonoaudiológico se forem concebidos no âmbito do discurso. Voltaremos a esta questão mais adiante.

Acreditamos que, para começar a abalar essa tendência à estratificação e à transparência no saber da fonoaudiologia, seria importante começar pelas noções saussurianas de signo lingüístico (remetendo a significado e significante) e sua noção de valor. Esse percurso é fundamental tanto para situar importantes conceitos no campo dos estudos da linguagem, como também para traçar algumas analogias entre o que Saussure pensou em relação ao conceito de *língua* e o que se pode ou não refletir de seus efeitos na relação do fonoaudiólogo com a *fala/silêncio* de seu paciente.

Iniciamos, então, uma abordagem do signo lingüístico revisitando os aportes saussurianos acerca dessa questão. Saussure institui, na virada do século, uma série de formulações, para estudar o objeto da lingüística. Entre elas, propõe a noção de signo lingüístico, tal como segue:

$$\text{Signo Lingüístico} = \frac{\text{Significado}}{\text{Significante}}$$

Saussure considera o signo lingüístico como constituído por um significado e um significante, sendo ambos interdependentes e inseparáveis. O significado está ligado à noção de conceito (relacionado com o sentido) e o significante está ligado à imagem acústica, ou seja, a impressão psíquica do que o som gera.

Estes conceitos quebram com a tendência de se pensar o signo lingüístico como

⁵¹ Conforme Jakobson, 1975.

aquele que liga “uma coisa a um nome”. No nosso ponto de vista, estas concepções são de destacada relevância para a fonoaudiologia, pois, além de nos permitirem pensar a linguagem em termos estruturais (relação significado/significante), afastam a empiria de se tomar a palavra pela “coisa”. Acreditamos que a noção estrutural de signo é um importante legado que deveria ser considerado pela fonoaudiologia, visto que a idiosincrasia presente na formulação significado/significante (ou desintegração desta relação) pode representar um sintoma presente nos pacientes em atendimento fonoaudiológico (como em casos de afasia, deficiência auditiva, deficiência mental, psicose, entre outros). O fonoaudiólogo, muitas vezes, parece não discernir no quadro clínico do paciente dificuldades concernentes ao *significado* daquelas dificuldades relativas ao *significante*. Como consequência, aplica a mesma “técnica” para todos pacientes, independente da dificuldade específica em questão.

Outra consideração importante a ser feita sobre os pressupostos saussurianos nos remetem à noção de *valor*. Saussure entende que o valor não está necessariamente na evidência do signo, mas justamente nas relações de oposição que cada signo convoca. É o valor que faz com que uma palavra seja o que as outras não são. Nesse sentido, valor para Saussure tem ligação com a noção de *relação*. Assim, acreditamos que a introdução da questão das relações sintagmáticas e das relações associativas inauguraram um importante espaço de consideração acerca do funcionamento da linguagem⁵². No âmbito da fonoaudiologia, acreditamos que a noção de valor introduzida por Saussure pode significar uma importante contribuição para que se possa abalar o ideal de transparência da linguagem. A noção de valor surge, então, para o fonoaudiólogo como um pequeno “incômodo”, sugerindo que a relação entre signos nem sempre nos antecipa certezas acerca da língua. Percebemos que o paciente muitas vezes faz deslizamentos de sentido que o fonoaudiólogo não tolera. Poderíamos ilustrar esta questão remetendo a uma situação em que o fonoaudiólogo esteja trabalhando com seu paciente a palavra “casa” (as partes de uma casa, por exemplo). Imaginemos agora que o paciente, ao escutar o significante “casa”, comenta que sua tia *casa* no próximo final de semana. A tendência de um fonoaudiólogo que trabalhe na perspectiva “colcha de retalhos” ou “interdisciplinar” será de retornar ao assunto da “casa” e seus cômodos,

⁵² Sabemos que estes estudos foram aprofundados por Jakobson, em seu trabalho sobre relações sintagmáticas e relações paradigmáticas que, por sua vez, articularam as noções de processos metafóricos

descartando o comentário do paciente, ou tomando-o como paralelo ao “tema a ser trabalhado”. Por isso apontamos o conceito de *valor*⁵³ como fundamental para uma reflexão acerca da circulação dos signos lingüísticos na cena clínica. Acreditamos que este importante conceito saussuriano vem relativizar as supostas garantias do fonoaudiólogo sobre o funcionamento transparente da língua.

O limite desta contribuição do mestre talvez seja o fato de ele ter feito a rigorosa relação entre valor-língua em oposição à relação significação-fala (coube aos pós-saussurianos, como Jakobson, J. Lacan e Milner redimensionar as implicações das definições de valor e de significação e suas relações no âmbito da fala).

Porém, fazer esta ressalva em relação às contribuições do mestre genebrino não significa negar as importantes contribuições de Saussure para os estudos da linguagem. É fundamental, então, lembrar que suas observações sobre as propriedades de arbitrariedade e mutabilidade/imutabilidade do signo lingüístico nos prestam um imenso suporte para, dentro da fonoaudiologia, refletirmos. É de grande auxílio para a fonoaudiologia a discussão da noção de arbitrariedade, tanto para contrastarmos os signos ditos “aceitáveis” pela língua, como para detectarmos neologismos⁵⁴, presentes em tantos quadros clínicos (em sujeitos com afasia, deficiência mental, psicose). A questão polêmica relativa à arbitrariedade nas onomatopéias também auxilia o fonoaudiólogo a melhor compreender os primórdios da aquisição da linguagem pela criança, onde as onomatopéias figuram com seu forte traço de ligação com a concretude. Assim também as noções de mutabilidade/imutabilidade do signo lingüístico auxiliam em uma reflexão sobre as transformações da língua através das gerações, realidades sociais, culturais e geográficas. A partir destas reflexões, é possível endereçar um questionamento à aplicação de propostas terapêuticas “estáticas”, que utilizam um léxico fixo, independente da realidade social, cultural e/ou etária do paciente. Percebemos que na prática fonoaudiológica há aplicações de metodologias

e processos metonímicos (1975).

⁵³ Lembramos que os estudos saussurianos referem-se ao funcionamento da *língua*, as analogias feitas em relação à *fala* são deslocamentos que acreditamos importantes para pensar o trabalho clínico fonoaudiológico.

⁵⁴ Para a fonoaudiologia, diferentemente do que se encontra na lingüística, o neologismo, independentemente de sua origem etiológica (se de ordem neurológica ou lingüística, conforme Buckingham, 1981), costuma ser tomado como um dos sintomas de determinados quadros de alteração de linguagem (como a afasia ou o retardo de linguagem).

(ou “técnicas”) que utilizam um mesmo instrumento de avaliação e/ou terapia independente da realidade do paciente. Saussure fala da qualidade da língua que garante sua imutabilidade, no entanto, também adverte que, através da instância da fala, a língua está exposta a mudanças. São estas mudanças determinadas por diferentes realidades culturais, sociais, geográficas e pelo próprio passar dos anos que julgamos serem de fundamental importância para a reflexão fonoaudiológica frente a um instrumental fixo, rígido. A este respeito, lembro-me de um senhor idoso, afásico, que tinha dificuldades de elaborar enunciados em que a palavra “cara” figurasse como gíria, algo que para mim era uma ocorrência espontânea.

No entanto, seguindo os pós-saussurianos, encontramos em Benveniste uma reflexão sobre o signo que aponta a necessidade de “ultrapassar a noção saussuriana de signo como princípio único, do qual dependeria a estrutura e o funcionamento da língua”. Benveniste realiza uma crítica à visão do mestre genebrino, alertando que a teoria de Saussure se reduz ao signo, não abrangendo o mundo da enunciação e o universo do discurso. Partindo de tais questões, é também importante apontar o resgate que Benveniste faz do sujeito, até então “deixado de lado” por Saussure (conforme trabalhamos no capítulo II, seção 1.1).

Benveniste aponta ainda a diferença entre tomarmos a língua em um âmbito Semiótico ou em um âmbito Semântico. Na abordagem Semiótica, que seria da ordem de uma leitura “sínica”, encontra-se um estudo ligado ao signo enquanto unidade necessária dentro do sistema para tornar possíveis as trocas comunicativas entre os sujeitos falantes. É necessário que os falantes comunguem de um mesmo repertório mínimo de signos lingüísticos que permita que eles se entendam. Já na abordagem Semântica, própria do *discurso* - e isto nos interessa particularmente - entra em jogo a construção das significações. A abordagem Semântica envolve o nível “criativo”⁵⁵, o uso “original” dos signos. É justamente através da diferenciação entre o estudo semiótico e o estudo semântico da língua que se dá a ultrapassagem de Benveniste em relação à visão saussuriana. Relacionando com a fonoaudiologia, pensamos que a

⁵⁵ Colocamos o termo **criativo** entre aspas para ressaltar a forma que E. Benveniste considera as produções enunciativas do falante. Em “A Natureza dos Pronomes Pessoais”, Benveniste ilustra bem o que pensa sobre esta questão: “... atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor”.

tendência na área é a de uma leitura sígnica, onde há a suposta garantia de uma escuta literal dos signos que circulam no espaço terapêutico. E é justamente esta passagem do âmbito semiótico para o semântico, que privilegie uma escuta criativa, que acreditamos ser importante para a fonoaudiologia.

É fundamental sublinharmos que, para Saussure, o signo é totalmente arbitrário (não há margem para discussão), pois é com extrema severidade que ele estabelece o princípio da arbitrariedade. No entanto, como muito bem nos lembra Nubia Faria⁵⁶ (1997: 45-6), é preciso extrapolar o caráter imaginário da referencialidade atrelado à idéia de signo, para que se possa pôr em destaque o *funcionamento da língua com sujeito*. Para tanto, adverte a autora, é necessário que se considere de forma mais cuidadosa a relação que se estabelece entre o sujeito, as “palavras”, as coisas no mundo e os efeitos que a desagregação do signo linguístico, ou seja, o abalo da pretensa relação natural entre significado e significante provoca no sujeito.

Milner (1987: 37) ressalta que “...o arbitrário não governa somente a relação da coisa significada ao signo, mas também a relação do significante ao significado...”. O autor coloca ainda que o arbitrário só faz nomear o encontro, o que ele acredita ter sido melhor nomeado por Lacan (1985: 56) como *contigência*⁵⁷.

Cabe, no entanto, lembrar que a linguagem, tal como está estruturado o inconsciente (segundo Lacan), não se confunde com a linguagem tal como a concebem os lingüistas. Também é importante lembrar, destacando a importância de não confundir pressupostos de campos teóricos distintos, que o léxico lacaniano tomou emprestado a palavra “significante” do léxico saussuriano. Como se observa bem em Arrivé (1994), é fundamental muita cautela para se traçar um estudo que envolva simultaneamente fundamentos da psicanálise e da lingüística.

Retomando Milner, encontramos uma drástica crítica aos efeitos das

⁵⁶ Nubia Faria, em sua dissertação de mestrado “Nas letras das canções, a relação oralidade-escrita” realiza análise de reescritura de música por alunos de 3ª série do 1º grau. A autora trabalha com pressupostos do *Interacionismo* proposto por De Lemos e da *Análise do Discurso* de linha francesa para demonstrar o funcionamento linguístico-discursivo dos textos das crianças. O trabalho aqui citado “A letra sob as palavras da letra”, baseado em reflexões que derivam de sua dissertação, encontra-se na revista “A criança e o texto”, editada pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas.

⁵⁷ Contingência pode-se pensar como aquilo que é possível de se dizer (ou não) em uma determinada circunstância. Diz-se das coisas e dos acontecimentos que se concebem, sob qualquer um dos aspectos da

proposições saussurianas: “... pelo arbitrário a lingüística é posta em posição de ignorar” (op. cit.: 38). O arbitrário cega (ou ensurdece) a lingüística – e, acrescentamos, a fonoaudiologia também. O risco do rigor proveniente do conceito de arbitrariedade do signo lingüístico é a fixação, a cristalização dos sentidos. E o efeito desta cristalização dos sentidos no campo fonoaudiológico é a arbitrariedade do signo lingüístico ditar o rumo do trabalho clínico, outorgando ao fonoaudiólogo o lugar de “xerife” (ou guardião) do funcionamento arbitrário da relação significado/significante.

De acordo com os pressupostos lacanianos, para Milner (op. cit.: 54), o signo saussuriano não representa, ele representa *para* os outros signos. E, para tal, necessitaríamos recorrer, entre outros, aos estudos de Jakobson (1975) sobre o funcionamento dos deslocamentos metafóricos e metonímicos, e sua retomada por Lacan, analisando os efeitos produzidos pelas relações que se estabelecem entre estes dois eixos. No campo dos estudos em aquisição da linguagem, destacamos que Lemos (1998) vem desenvolvendo esses pressupostos através do que ela propõe como *processos metaforonímicos*⁵⁸.

Trazendo tais reflexões para o campo da fonoaudiologia, trata-se de poder buscar um caminho para a superação da dificuldade de linguagem do paciente através de possibilidades discursivas presentes no próprio processo de interlocução que articule os eixos metafórico e metonímico simultaneamente. Frutíferos trabalhos no campo fonoaudiológico vêm sendo elaborados a partir desta posição teórica, conforme destacamos na seção 1.3 (nota de rodapé 40) deste capítulo.

Encontramos em Lacan uma importante citação, na qual pressupostos básicos da lingüística (como o estatuto de signo e a dimensão do significante) são duramente questionados:

“O significante é uma dimensão que foi introduzida a partir da lingüística. A lingüística, no campo em que se produz a fala, não é natural. Ela é sustentada

sua existência, como podendo ser ou não ser.

⁵⁸ Em seu trabalho intitulado “Os processos metafóricos e metonímicos como mecanismos de mudança” (1998: 160), Claudia de Lemos aponta que os processos metafóricos e metonímicos constituem-se de forma interdependentes na aquisição da linguagem pela criança. Assim, supor que o léxico preceda e condicione a aquisição da morfologia e da sintaxe (tendência fortemente presente na fonoaudiologia) seria um engano.

por um discurso que é o discurso científico. Ela introduz na fala uma dissociação graças à qual se funda a distinção do significante e do significado. Ela divide aquilo que, entretanto, parece natural. É que quando se fala, Isso significa, Isso comporta o significado e muito mais, Isso só se sustenta até um certo ponto pela função de significação. Distinguir a dimensão do significante só é importante para mostrar que aquilo que vocês escutam, no sentido auditivo do termo, não tem nenhuma relação com aquilo que isso significa. Aí está um ato que só se institui num discurso, o discurso científico” (“O Seminário – livro 20”: 42).

Percebemos que as colocações de Lacan questionam diretamente o dizer proveniente do saber do discurso científico. E, é nesse sentido que, mais uma vez, reconhecemos o forte legado deixado pela lingüística à fonoaudiologia. É naquilo que a lingüística tem de mais formal e “garantido” que a fonoaudiologia busca bases para dar aparência de cientificidade (como se a única forma de responder às questões próprias do campo fonoaudiológico fosse a pretensa transparência científica). Segundo Milner (op. cit.: 72), “se a ordem das palavras e a ordem das coisas devem ser mantidas desunidas, é menos para descartar as visões do mundo do que pelo fato de que as coisas são aqui representantes do lugar da verdade”. Realizando uma analogia, acreditamos que as palavras de Milner parecem atingir de forma precisa o ideal de transparência almejado pela fonoaudiologia, que pretende dominar a “verdadeira forma do dizer”. Transportando as supostas garantias de funcionamento da língua para o âmbito da fala, o fonoaudiólogo tende a acreditar na “transparência científica” do material lingüístico que circula na clínica. O fonoaudiólogo tende a tomar os enunciados do paciente de forma cristalizada e isolada, para analisá-los de forma descontextualizada da situação de fala.

Nesse sentido, é interessante buscarmos em Agostinho (apud Garcia-Roza, 1998: 96), a afirmação de que o signo é enganador, porque não mantém nenhuma relação natural com a coisa. Garcia-Roza pergunta-se como é possível pretender uma adequação constante entre as palavras e as coisas, se a função das palavras é justamente reunir num discurso os vários pontos de vista dos múltiplos observadores. Conforme este autor, é necessário desfazer a ilusão da palavra plena, da transparência ingênua ou artificial pretendida pelos positivistas.

Retomando, destacamos que as reflexões instigadas pelos estudos da análise do discurso apontam para o sentido como não estável, não literal. De acordo com seus pressupostos, as palavras só têm significação no interior de uma formação discursiva, a qual pode mostrar-se fortemente heterogênea. Portanto, destacamos mais uma vez que o sentido, para a análise do discurso, não é dado *a priori*.

Arrivé (op. cit.: 102), ao lembrar a citação lacaniana a respeito da existência de línguas artificiais (como o esperanto), que tentam moldar-se pela significação, comenta que, nesses casos, o significante e o significado são recortados de maneira conforme, sendo previsíveis um com relação ao outro. Diz o autor, “nada de semelhante acontece nas línguas naturais, onde reina a não conformidade”. É pela dificuldade inerente ao ser humano de lidarmos com o não transparente, com o não-todo da linguagem que passaremos do estudo das implicações da concepção de signo lingüístico e seus deslocamentos de sentido para a análise de outra herança lingüística fortemente marcada na fonoaudiologia: a tendência à análise estratificada da linguagem.

3.2 A tendência à estratificação

A primazia da hierarquia lingüística (trabalho estratificado de análise do traço distintivo, do fonema, da palavra, da sintaxe e do nível semântico) é algo um tanto evidente na prática da clínica fonoaudiológica. A tomada do traço distintivo como unidade básica de composição do fonema, passando posteriormente pelo fonema para chegar à palavra e à frase, é uma tendência arraigada no fazer desse profissional. O trabalho clínico aqui é pré-determinado: o ambiente fonológico (envolvendo análise contrastiva e de traços fonológicos) irá determinar a eficácia da resolução do processo fonológico⁵⁹ a ser superado ou reconfigurado pelo paciente. Há uma hierarquia dada *a priori* que rege a ordem de aquisição a ser seguida. Encontramos, no entanto, ressalvas nas propostas terapêuticas⁶⁰ que alertam para a possibilidade do fonoaudiólogo dar prioridade a um processo que comprometa em demasia a inteligibilidade da fala do paciente.

⁵⁹ Processos de simplificação da estrutura fonológica que ocorrem em situação de aquisição “normal” ou “desviante” de linguagem. Ex: “prato” sendo substituído por “pato”.

⁶⁰ A este respeito ver Mota (1990).

Já a passagem para o nível sintático é realizada sob extremo “controle” de um ambiente que forneça supostas garantias de “uso” do signo desejado: o fonoaudiólogo fornece/solicita formulações metalingüísticas às quais o paciente deve responder de acordo com aquilo que o terapeuta “espera”. Muitas propostas de avaliação e terapia em afasia têm essa característica⁶¹. Novaes nos lembra que, já em Benveniste (1991, em “Os níveis da análise lingüística”), há dados para se pensar essa questão dos níveis hierárquicos de estruturação. Esta organização entre níveis parece-nos ressaltar ainda mais uma certa tendência de apego do fonoaudiólogo ao signo, ou seja, uma forma de garantir seu espaço de “inteligibilidade” (a palavra esperada sendo produzida em situação pré-determinada pelo terapeuta), sem o risco de “se perder” no nível sintático a função predominante (ou seja, aquela ditada pela gramática) de forma e sentido. Observamos que a fonoaudiologia tem tendência a trabalhar prioritariamente e de forma isolada com o nível fonêmico. A preocupação de garantir a inteligibilidade da fala do paciente se dá pela boa articulação do fonema na palavra. A “passagem” do trabalho para o nível sintático só costuma ocorrer após a “garantia” de eficácia fonética e/ou fonológica no ambiente “controlado” da palavra.

O que queremos destacar é que tampouco a sentença garantiria os efeitos de inteligibilidade almejados pelo fonoaudiólogo. Na verdade, não há uma unidade lingüística que garanta seja no nível do morfema, do signo, da sintaxe ou da semântica a ilusão de completude de uma língua. Orlandi (1996b: 67) destaca que, na lingüística, as teorias da sintaxe são uma forma de dar conta da organização da língua. A autora, no entanto, aponta que a sintaxe interessa à Análise do Discurso enquanto efeito da ordem significante.

Lemos (1998: 157), retomando a questão saussuriana de que não se pode operar apenas com unidades, mas com relações entre elas nos relembra: “não há unidades em si mesmas, mas a existência de unidades é indispensável”. Assim, podemos dizer que não há unidade por si, mas sempre *em relação*. Destacando ainda as idéias da autora, lembramos que as relações sintagmáticas e paradigmáticas não operam apenas ao nível das palavras, mas em qualquer tipo de unidade, que será sempre produto de tal relação.

Trazemos esta questão à tona por percebemos no discurso fonoaudiológico uma

⁶¹ A este respeito ver os comentários de Coudry, em Diário de Narciso (1996).

tendência a estabelecer um estatuto hierárquico tanto no que tange à aquisição da linguagem, quanto ao planejamento de um tratamento. Notamos que estas instâncias são tomadas de forma *standartizadas* e devem obedecer a uma previsibilidade. Aí é que se instaura o que chamamos de estratificação.

O estatuto do signo é, portanto, priorizado no âmbito fonoaudiológico, pois parece ser esta uma forma mais garantida de “controle do sentido”. Algo como “se meu paciente diz isoladamente *casa*, tenho garantia de que ele se refere a determinado objeto que conheço e domino”.

Tomemos um caso já trabalhado em outro texto (Surreaux, 1997: 54):

A palavra *bola*, por exemplo:

- Para um jogador de basquete é aquela laranja;
- Para um jogador de tênis é aquela pequeninha;
- Para uma criança pequena é aquela *sua* bola de plástico, azul;
- Para uma criança pobre pode ser uma bolinha feita de papel;
- Para um homem preocupado em provar sua masculinidade, pode se referir aos testículos;
- Para um viciado, pode ser a forma de se referir à sua droga;
- Para um sujeito obeso, poderia ser uma ofensa;

E assim por diante.

Imaginando a cena clínica tradicional, o fonoaudiólogo mostraria ao paciente a figura de uma “bola”, solicitando a evocação da palavra em questão. Há pouca probabilidade de que manifestações discursivas como “brincá”, “colorida”, “bateu”, “meu” ou tantas outras possíveis sejam “aceitas” como “adequadas”. Em nossa concepção, por outro lado, acreditamos que qualquer uma das possibilidades acima listadas seria uma viabilidade do paciente acessar o plano simbólico. Os desdobramentos interpretativos que o fonoaudiólogo trabalharia a partir de então

fundariam a trajetória a ser cumprida no tratamento, em busca do dizer e das significações do paciente.

Assim, o controle sobre aquilo que é dito é algo que, embora almejado pelo fonoaudiólogo (em uma concepção tradicional), foge à possibilidade imaginária de um saber antecipatório.

A este respeito, são também instigantes os dizeres de Milner (1987: 12) que propõe os seguintes questionamentos:

“Que pensar dos diferentes tipos de sintaxe entre os quais um mesmo sujeito poderá ocasionalmente escolher segundo o humor ou as circunstâncias? Que pensar de dois sujeitos, convencidos de falar a mesma língua, e dos quais, no entanto, pode-se testemunhar que seus julgamentos de gramaticalidade divergem constantemente? Que pensar dos dialetos, dos “níveis de língua”?”

O que parece ser mais difícil para o fonoaudiólogo é buscar possibilidades de significação num contexto discursivo mais amplo, em que as certezas, as garantias são menores. Sem dúvida é um desafio, um trabalho mais complexo. No entanto, vemos a instância discursiva como a via mais coerente para o trabalho do fonoaudiólogo, se partimos do princípio de não transparência do sujeito e do sentido.

Lemos (op.cit.:160) trabalha a questão da hierarquia na análise da aquisição da linguagem, realizando uma crítica às posições teóricas que defendem a idéia de ordem hierárquica no desenvolvimento da linguagem (conforme destacamos no item 3.1 deste capítulo). Segundo a autora (op. cit.), supor que o léxico precede e condiciona a aquisição da morfologia e da sintaxe é incorreto, pois os processos que respondem por tais categorizações são solidários e interdependentes. Por isso é que Lemos destaca a condição necessária de se trabalhar com a instância do discurso (ou, segundo a autora, a instância do *Outro*, como representante do funcionamento da língua constituída).

Concluindo, diríamos que se faz necessário deslocar alguns conceitos muito difundidos na fonoaudiologia, os quais apontam para uma estratificação e hierarquia que reforçam o ideal de contenção e padronização dos dizeres no âmbito clínico. Este deslocamento certamente passa pela necessidade de abandonarmos uma visão

“gramatical” da língua e podermos nos guiar por pistas discursivas, calcadas nos efeitos gerados na fala dos interlocutores em questão (fonoaudiólogo e paciente). Acreditamos que para isto acontecer necessitamos avançar em nossas reflexões e constituir um conhecimento teórico próprio em que a fonoaudiologia se sustente. Apontamos também que isso é possível através de uma perspectiva da fonoaudiologia que sugerimos como de “entremeio”. Nesta perspectiva circula a interlocução com outras disciplinas (e questiona a partir dos efeitos dessas interlocuções), mas há sempre uma preocupação em delinear um campo de saber próprio.

3.3. *A linguagem é mesmo transparente?*

A questão da transparência da linguagem é decorrente da perspectiva com que se trabalha as noções de sujeito e de sentido (reflete escolhas e inscrições teóricas assumidas). Partindo-se dos pressupostos da Análise do Discurso, todos os caminhos apontam para a não transparência da linguagem. Agora, quando pretendemos analisar a perspectiva que a fonoaudiologia tem de linguagem, a realidade é completamente diferente. Conforme trabalhamos no capítulo I, “ouvimos vozes” oriundas do discurso lingüístico ecoando na fonoaudiologia. Trata-se de uma herança que traz consigo uma concepção de língua asséptica, de sujeito consciente e de sentidos transparentes, conforme destaca Indursky⁶² (1998: 117).

Novaes (op. cit.: 160-1) diz que há uma frustração diante daquilo que a língua ilusoriamente provoca no outro, através da promessa de sentidos antecipáveis que garantiriam o “reconhecimento” de posições conhecidas frente à língua. Porém, o não-reconhecimento inviabiliza o fazer sentido para o outro, abalando a coesão e a compreensão do enunciado. Segundo a autora, “...a ilusão da transparência do sentido, nos sentidos antecipáveis, dar-se-ia caso o outro se identificasse com posições conhecidas e comuns ao sujeito do enunciado”.

A procura da verdade, do verdadeiro sentido, é algo com o que o homem sempre

⁶² F. Indursky, no texto “O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas”, desenvolve uma reflexão sobre a trajetória da noção de sujeito que parte da lingüística saussuriana e vem até a lingüística contemporânea pelo viés das Teorias da Enunciação e da Análise do Discurso.

esteve às voltas. Já na Grécia Antiga, desde Parmênides, Platão e Aristóteles, passando pelos positivistas como Descartes, até a retomada na filosofia moderna por Heidegger e Heggel, há um percurso insistente na busca pela verdade⁶³. Frente a esta questão inerente à nossa condição humana, Garcia-Roza comenta:

“Procurar a verdade é supor que ela não esteja dada em nossa experiência cotidiana, mas para que esta suposição possa ser feita é necessário que no seio mesmo dessa experiência algo insinue que não estamos na posse da verdade. Esse algo é da ordem do equívoco, do erro, da mentira, da dissimulação. É portanto na dimensão do erro que a verdade faz sua emergência, ou se quisermos, a história da verdade é coextensiva à história do erro” (op. cit.: 10).

A propósito disso, Pêcheux (1995) afirma que:

“... é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (op. cit.: 159-60)”.

O discurso predominante na fonoaudiologia é o de que a linguagem é algo que está ao alcance do fonoaudiólogo. Ele a domina, ele conhece e detém o padrão, ele é o modelo de uma “boa” linguagem. Parece que o fonoaudiólogo utiliza a estrutura lingüística como escudo, como garantia para não correr o risco de se sentir excluído de sua própria língua, já que esse lugar de “excluído” ele parece reservar para o paciente (já que o paciente figura como aquele que não sabe, aquele que está “desprovido” de linguagem). No momento em que o fonoaudiólogo se oferece como “filtro” para detectar o “incorreto” nas produções lingüísticas de seu paciente, marca para si um lugar de saber absoluto sobre a língua, sendo que ao paciente resta o lugar de inábil. A tendência nas avaliações fonoaudiológicas é de detecção apenas do erro, da falha, em vez de um levantamento de possibilidades discursivas.

Assim como a linguagem, a fonoaudiologia toma também o sujeito como

⁶³ Esta inquietude intrinsecamente humana fica muito bem ilustrada através do questionamento cartesiano:

transparente, acessível, tangível. Nesta perspectiva, o saber integral da língua, por parte do sujeito, também é possível. É aquilo que Milner (op. cit.: 28) chama de sujeito suposto saber, ao referir-se ao suposto saber encarnado pelo linguista. Concordamos com o autor e estendemos suas considerações à posição tradicionalmente ocupada pelo fonoaudiólogo. Diz-nos Milner:

“A dificuldade daquele que sustenta a palavra-mestra é que ele fala, ainda mais, fala no espaço da ciência onde todos os propósitos são mensuráveis. Ele está, pois, necessariamente consagrado a manifestar o que há de impossível em subjetivar a posição de sujeito suposto saber, proferindo ao menos uma proposição que o desvaloriza e o faz sujeito suposto à ignorância” (op. cit.: 28).

É importante lembrarmos que estas colocações de Milner trazem uma série de reflexões da teoria psicanalítica lacaniana acerca das questões do sujeito e da linguagem. Assim sendo, cabe lembrarmos que os dizeres de Milner têm uma relação direta com o “tudo não pode se dizer” proposto por Lacan. Lacan adverte que o sujeito suposto saber não é real. Trata-se de um lugar que aponta para o espaço de um constituinte ternário (remetendo àquilo que pode sempre estar em outro lugar). A este respeito, Lacan (1998: 833) marca uma diferença drástica em relação ao discurso religioso ou doutrinal: “Nosso negócio nada tem de doutrinal. Não temos que responder por nenhuma verdade derradeira, ...”. E a fonoaudiologia parece querer responder por verdades derradeiras ao supor a transparência da linguagem de seus pacientes. Desta forma, assumir um lugar de sujeito suposto saber frente à linguagem de seu paciente é uma consequência quase inevitável nas perspectivas “colcha de retalhos” e “interdisciplinar”.

Philippe Julien, em seu livro “O retorno a Freud de J. Lacan”, expõe duas posições possíveis de o analista ocupar frente a seu paciente. A primeira é a de um *saber referencial*, que tem relação com conhecimentos anteriores (teóricos ou não) do analista. Este saber o analista prefere ignorar. A segunda posição relaciona-se com um *saber textual* suposto. Segundo Julien (op. cit.: 95), este saber emana da escuta em relação àquilo que o paciente produz ao falar. É um saber que ignora o saber

“Como posso estar certo de que não me engano?”.

referencial, pois é atravessado por um não saber a que o analista é remetido.

Partindo da colocação de Julien acerca de como o analista lida com o saber, propomos pensar o lugar que o saber ocupa na escuta fonoaudiológica. A fonoaudiologia tende a realizar suas intervenções baseada no saber referencial, fruto das garantias que a teoria, a técnica e a experiência lhe conferem. É um saber que antecipa o fonema a ser instalado, o signo a ser dominado, o conceito a ser compreendido. É um saber que não deixa espaço para o imprevisível.

Encontramos também em Jean Clavreul (1983), psiquiatra lacaniano, na obra “A ordem médica – poder e impotência do discurso médico”, interessantes reflexões acerca do lugar que o saber do médico ocupa. Diz o autor:

“Da mesma maneira que o doente está na posição “daquele que não sabe” diante de alguém que é o representante e o funcionário do saber, cada médico tem acima dele um sujeito suposto saber mais do que ele próprio. Digamos exatamente “suposto”, pois a hierarquia não tem limite para cima e sempre há um médico (se possível estrangeiro), uma publicação passada ou a sair, que terá o saber onde deve poder se inscrever o desconhecido da doença. Com isso, a angústia de que toda a doença é portadora é redutível a uma falta de saber, falta que as equipes de pesquisa tendem a preencher. Ao *corpo do doente*, que não garante mais sua coerência própria, sua normatividade, opõe-se um *corpo de saber*, cuja coerência é fornecida pela cientificidade, e esse corpo de saber é ele próprio o bem de um *corpo médico* não-dissociável em cada um de seus elementos.” (op. cit.: 141)

As afirmações de Clavreul nos levam a pensar acerca deste suposto saber do fonoaudiólogo, que encarna, no conjunto das especificidades que ele condensadamente representa, saberes de ordem médica, lingüística, pedagógica e psicológica (cognição). A reunião desse conjunto de saberes, formando o discurso fonoaudiológico, reforça a posição de transparência e verdade que o fonoaudiólogo ocupa, em seu imaginário, frente a seus pacientes.

Nesse sentido, encontramos também em “O Nascimento da Clínica”, de Foucault (1998: 67), a confirmação da relação entre saber clínico e verdade. Foucault nos diz que o olhar que percorre um corpo que sofre só atinge a verdade que ele procura

passando pelo dogmático do “nome”, que carrega uma dupla verdade: uma oculta – da doença, e outra claramente dedutível – dos fins e dos meios. Para o autor, aí reside a verdade de um saber discursivo que ele chama de “decifração”. Segundo Foucault,

“À presença exaustiva da doença em seus sintomas corresponde a transparência sem obstáculos do ser patológico à sintaxe de uma linguagem descritiva: isomorfismo fundamental de estrutura da doença à forma verbal que a circunscreve.” (op.cit.: 107)

Conforme já apontamos anteriormente, a tendência da fonoaudiologia a detectar aquilo que falha na linguagem do outro, sugere ter relação com a noção de *decifração* apontada por Foucault. Circunscrever taxativamente aquilo que não funciona na linguagem do paciente, reforça um lugar patológico para os sintomas do paciente.

Clavreul contrapõe o discurso médico positivista ao discurso psicanalítico, apontando o lugar que o sujeito paciente e o sujeito suposto saber (encarnado no médico) ocupam em cada um deles. Segundo Clavreul:

“O mito é aquele de um “saber tudo”, de um “*saber absoluto*”, que permitiria o acesso a um saber total sobre o corpo do doente.” (op.cit.: 142)

O dizer do autor nos põe a pensar no mito de suposição de saber conferido ao fonoaudiólogo: um saber sobre o corpo (que abranja o funcionamento neurológico cerebral, a miofuncionalidade dos músculos da face, aspectos respiratórios, funcionamento laríngeo e faríngeo, funcionamento das vias auditivas), um saber sobre a cognição (a relação pensamento-linguagem), um saber sobre a linguagem (teorias de aquisição, níveis fonético, fonológico, sintático e semântico) e um saber sobre o sujeito (que costuma resumir-se a observações positivadas sobre o “comportamento psicológico”).

Ainda com Clavreul, seguimos nossos questionamentos:

“O doente supõe que o médico sabe mais que ele (seu organismo), o médico supõe que o especialista, o patrono, sabe mais que ele, e o patrono supõe que em algum lugar (no futuro) existirá um saber totalizador. O que é constituinte desta hierarquia é o “*não-saber*” do organismo diante de sua “doença”; e o médico se acha

promovido ao papel de “sujeito suposto saber” por este fato.” (op. cit.: 149)

Podemos perceber que a suposição de um lugar de saber é necessária para instalação de uma aposta em qualquer tipo de tratamento. No entanto, é a resposta que o fonoaudiólogo der a tal demanda do paciente (ocupando o lugar de saber totalizante ou distanciando-se deste lugar⁶⁴), que determinará os lugares ocupados pelos sujeitos em questão.

Acreditamos que o suposto domínio acerca das sistematicidades da língua coloca o fonoaudiólogo frente a duas possibilidades de posição perante sua língua. A primeira seria de “isto me é familiar portanto eu devo compreender” (conforme Novaes, op. cit.: 161). Nesta posição estaria o fonoaudiólogo como modelo de falante ideal, usuário da língua. A segunda seria “eu não compreendo, portanto, não é a minha língua”. Aqui o paciente costuma ser considerado pelo fonoaudiólogo como um mal usuário de sua língua, pois seus interlocutores costumam não compreender o que ele diz.

Concordamos com Novaes (op. cit.: 70) que, em uma situação como essa⁶⁵, o dizer do fonoaudiólogo seria um dizer que não autoriza a imprevisibilidade de sentidos outros. Os dizeres do indivíduo, segundo Novaes, são tomados como produto de uma máquina de falar⁶⁶ (tomados por sua literalidade, sem desdobramentos significantes).

Porém, podemos pensar também que há variações, de acordo com a posição-sujeito do fonoaudiólogo em questão, conforme foi apontado no primeiro capítulo.

Em uma posição-sujeito do tipo “Colcha de Retalhos” (perspectiva da fonoaudiologia como colagem de discursos oriundos de diferentes campos do saber), certamente a noção de transparência da linguagem é fundante. Nesta perspectiva, o que fica evidente é que por essa via se impõe ao indivíduo desprovido de um bom modelo de fala, um padrão baseado nos princípios do “bem dizer”. A noção de sentido daí

⁶⁴ Chama-me à atenção o estranhamento que causa em meus pacientes as falhas que cometo ao falar. A ocorrência de um lapso, um ato falho ou um simples momento de disfluência no ritmo de minha fala provoca às vezes susto, outras vezes risos. Algo como: “pode minha fonoaudióloga também falhar?”

⁶⁵ É importante destacar que o trabalho de Mariluci Novaes gira em torno dos dizeres nas esquizofrenias. As analogias com o discurso fonoaudiológico aqui realizadas, embora discutidas com a autora, são de minha autoria.

decorrente é cristalizada e também aponta para o modelo correto instituído. Concordamos com Berberian (1995) quando destaca que esse modelo instituído tem, no Brasil, origem nas tentativas de padronizar, homogeneizar, higienizar nossa língua pela via de uma língua padrão. Acreditamos que esse movimento em nosso país é também decorrente de padrões educacionais/industriais ideologicamente estabelecidos no ocidente e seu conseqüente processo de discriminação entre o capaz e o incapaz, que, como já abordamos no primeiro capítulo, é fruto de um movimento de padronização educacional iniciado no século XVII na Europa.

Lê-se em Althusser,

“Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua uma significação” (portanto incluindo as evidências da “transparência” da linguagem), esta “evidência” de que eu e você somos sujeitos - e que esse fato não constitui problema - é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado, 1980: 95).

Henry complementa a observação de Althusser, dizendo que é tão impossível ter uma teoria do sentido ou do sujeito quanto “teorias de Deus”, visto que esses objetos são categorias ideológicas e não objetos de conhecimento. Podemos pensar que a fonoaudiologia costuma tomar o sentido e o sujeito tentando enquadrá-los em teorias, tal como aponta Henry. Tanto na perspectiva de *Colcha de Retalhos* (colagem de discursos outros) como na *Interdisciplinar* (tentativa “apressada” de cientificização da fonoaudiologia) percebemos que os efeitos são complicados, já que o que ocorre acaba sendo uma colagem aos preceitos teóricos da lingüística, da medicina, da pedagogia ou da psicologia.

Importante contribuição para o questionamento do ideal de transparência da linguagem foi feita pela Psicanálise. Porém, sabemos que as descobertas freudianas foram antecedidas por outros dois momentos de abalo do narcisismo do homem que, ao longo da história, sofreu três grandes golpes narcísicos. O primeiro foi a descoberta de que a Terra não era o centro do universo, o que causou uma quebra na idealização do nosso lugar de destaque num contexto tão amplo. O segundo grande golpe narcísico

⁶⁶ Segundo Novaes, os dizeres do indivíduo passam a uma condição de objeto, sem sujeito.

veio com a descoberta darwiniana de que o homem descende do macaco. Tal descoberta desbancou-nos, colocando o homem como mais um animal dentro de uma escala evolutiva. E a terceira situação de quebra no nosso narcisismo foi a descoberta do inconsciente feita por Freud, o que culminou com o abalo provocado pelo fato de o homem não ser dono nem mesmo do seu próprio ser....

Pensamos estes três momentos como constitutivos da instância de incompletude do homem e da linguagem, visto que deslocam a unicidade de sentido da linguagem. O efeito de descentramento, no entanto, não parece abalar as certezas positivistas do campo fonoaudiológico. Entendemos que seria de fundamental importância que a fonoaudiologia pudesse ser atravessada pela noção de incompletude, tanto do sujeito como da linguagem, para vir a ressituar seu fazer clínico.

Retomamos Paul Henry (1992: 30) para destacar suas palavras ao lembrar que a Psicanálise trata o sujeito como um efeito, ou melhor, que este sujeito é efeito da linguagem. Diz Henry:

“É finalmente essa posição do sujeito com relação à linguagem que põe a psicanálise no lugar de rompimento com a ideologia da transparência”⁶⁷.

Importante também são as palavras de Garcia-Roza (op. cit.: 20) ao destacar que a contribuição de Freud desde seus primeiros escritos é que a verdade se insinua não a partir do caráter formalizado do discurso, “...mas precisamente quando o discurso falha, quando é atropelado e violentado por um outro discurso que provoca, no primeiro, lacunas”. O que queremos destacar é que justamente aquilo que aponta para o não-homogêneo do discurso é que deveria interessar ao fonoaudiólogo. Se o fonoaudiólogo pudesse escutar para além do literal, talvez viesse a perceber que uma série de “falhas” presentes na fala de seus pacientes remetem a outras falas que, se escutadas e levadas em consideração, poderiam vir a constituir importantes articuladores do processo

⁶⁷ Há aqui uma questão polêmica: a subjetividade na ou da linguagem? Esse é um tema há muito discutido no percurso dos estudos da linguagem e subjetividade. Bréal (1992) introduz a questão de o quanto a linguagem denuncia a presença de um sujeito. Benveniste (1991) aprofunda as teses de Bréal e propõe a questão de que o indivíduo é a partir dos efeitos de sua enunciação. Também encontramos importantes contribuições para esse tema em Bakhtin (1997) ao tratar a noção de dialogia, como instância formadora de um lugar social para o sujeito, o que desemboca na formulação do conceito de alteridade constitutiva do sujeito e da linguagem. Encontramos ainda em Ducrot (1987) estudos sobre a polifonia, que nos remetem a pensar que o ato de enunciação nem sempre está referido às marcas na linguagem do sujeito

terapêutico. A este respeito, lembro-me de uma pequena paciente que, tendo dificuldades de produção do fonema africado /t_ç/, falava-me de sua “chia” (tia). Perguntando-lhe quem era a “chia”, ela respondeu-me rindo, dizendo que esta deveria ser ela mesma, pois “sou eu que chia”. Destaco este pequeno recorte do trabalho clínico para comentar que esta situação provocou na menina um interesse em saber diferenciar, em sua produção articulatória “chia” de “tia”.

É interessante retomarmos em Henry (1992) a crítica acerca da obra de Frege (de inspiração leibniziana) referindo-se à idéia de que basta ter uma boa linguagem para que não se possa mais produzir algo (dizer ou escrever) que não seja bem pensado, e suscetível de ser reconhecido como verdadeiro ou falso. É dentro dessa perspectiva higienizante da linguagem que vemos implicadas as bases do trabalho fonoaudiológico, se o pensarmos a partir das posições-sujeito *Colcha de Retalhos e Interdisciplinar*.

Acreditamos ser importante visitar a definição de língua de Ducrot em “Dizer e Não Dizer”:

“Deixar-se-á de definir a língua à moda de Saussure, como um código, isto é, um instrumento de comunicação, mas ela será considerada como um jogo, ou mais exatamente, como impondo regras de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana” (1972: 05).

As palavras do autor nos convidam a abalar os conceitos vigentes no meio fonoaudiológico no qual a língua figura como um código. Embora não concordemos que o conceito de língua para Saussure remeta à noção de código, pensamos ser fundamental para a fonoaudiologia poder trabalhar com um articulador que venha deslocar o conceito de língua, ou seja, a possibilidade de que ela possa ser subvertida, pois é aí que reside a especificidade fonoaudiológica: as falhas na linguagem dos pacientes são uma espécie de subversão que, em vez de ter um caráter poético, soam como um “estorvo”. Para poder transformar essas subversões “esquisitas” em algo criativo, o fonoaudiólogo necessitará lançar mão da língua como uma *ferramenta* – que como muito bem nos lembra Henry, é *imperfeita* – que ao mesmo tempo que possibilite constituir sentidos junto com o paciente, esteja referenciada à não-transparência.

que a emite (o locutor, para Ducrot).

A lingüística mostra que na fala alguma coisa se repete materialmente. Henry diz que essa “alguma coisa” não são palavras (realidade fônica), que ainda que não sejam quaisquer, não determinam o que se repete materialmente. Também não são (o que se repete) significações literais ou figuradas. O que se repete – aí ele concorda com Saussure – são diferenças (ou significantes). Conforme a citação de Henry:

“Apenas as diferenças ou relações podem se repetir *ne varietur*, mas não as substâncias ou as formas; ainda que essa repetição, essa volta do mesmo, só se realize pelo viés de substâncias e formas. O fato de os foneticistas não terem às vezes outra preocupação além de demonstrar a realidade fonética do fonema, sua intenção declarada não tira em nada o interesse científico de seu trabalho, mas não modifica em nada também o fato de que o que eles sistematizam como realizações fonéticas dos fonemas não tem nada a ver com o seu valor” (1992: 163).

O conceito de língua tem uma função que permite que se pense o registro da materialidade do que se repete no discurso para além das variações de forma ou substância. Segundo Henry, relacionando aí o conceito de língua com o de inconsciente, “o desejo inconsciente implica também uma repetição, uma volta do mesmo sob as diferenças. É isso o real de desejo inconsciente e nada mais” (op. cit.: 163).

É importante lembrar que o fonoaudiólogo, justamente por trabalhar na intersecção entre o que pertence à ordem do sistemático, ou seja, à língua, e o que é da ordem do idiossincrático, ou seja, as alterações presentes no discurso (ou as patologias de linguagem) do paciente, necessitaria lidar simultaneamente com os conceitos de língua e de fala. A questão é como lidar com conceitos tão polêmicos sem cair numa cristalização dos sentidos dos mesmos. Talvez uma saída interessante seja pensar tais conceitos como não fechados, não unívocos e sujeitos a deslizamentos. Deslizamentos estes suficientemente flexíveis que permitam pensar a língua como não toda, fundada no conceito de falta. Deslizamentos que permitam pensar a fala do terapeuta e do paciente como espaço de circulação de sentidos (que remete ao discurso como efeito de sentido entre interlocutores); sentidos estes que podem sempre vir a ser outros.

Uma questão que se faz de forma muito natural para a lingüística é relativa ao “que se pode dizer” – o que é tomado como da ordem da língua – e o “que não se pode dizer” – não é da língua – pois a lingüística aponta como incorreção ou

agramaticalidade. Percebemos que esta categorização tem ecos na apropriação que a fonoaudiologia faz do discurso da lingüística. Isto nos faz apontar para a noção de “exterioridade”, mas como diz Henry (op. cit.), não é qualquer exterior, pois trata-se de um exterior que não deixa de ter relação com a língua, ao mesmo tempo em que é excluído dela. A pergunta, então, seria: o que na ordem da linguagem seria necessariamente externo à língua? Por outro lado, não se pode tratar qualquer questão relativa à linguagem sem levar em consideração a instância da língua. Cabe aqui destacar as palavras de Henry:

“Com o impossível ninguém tem compromisso, salvo o lingüista. Esse impossível, enquanto defeito na relação da linguagem com a língua, é aquilo por que a língua existe, sua própria razão de ser. O objeto dos lingüistas está sempre a ponto de lhes escapar. Com os critérios que adotam, eles estão inteiramente presos para estruturá-lo, para produzir a razão, para além de uma simples descrição, para, na ordem da linguagem, enunciar a diferença entre aquilo que é e não é da língua. Eles podem vir a divergir sobre esse ponto e não se privam de fazê-lo. Isso não impede de que enquanto houver linguagem haja língua. É aí que um real insiste, um real que não saberíamos contornar”⁶⁸ (op. cit.: 145).

Mais uma vez realizamos uma analogia entre o ideal de transparência da linguagem buscado pelo lingüista e pelo fonoaudiólogo. Mesmo que o objeto do fonoaudiólogo esteja sempre a ponto de lhe escapar, há uma necessidade de tentar encarcerá-lo para garantir uma forma de domínio sobre ele. Por isso é necessário “rotular” as patologias de linguagem, confiná-las em um domínio de saber que dê garantias ao fonoaudiólogo.

Lembramos que, segundo Garcia-Roza (op. cit.: 78), se a equivocidade é marca essencial da linguagem, a univocidade é o que torna a comunicação possível. E parece ser justamente aí que se assenta a possibilidade do trabalho de uma fonoaudiologia *de*

⁶⁸ Lembramos aqui as palavras de Kanivilil Rajagopalan, professor da Unicamp, em curso ministrado na UFRGS, intitulado “Discurso e Ética” (1997), ao apontar a questão do imperativo de pureza da língua sustentado pela lingüística. Segundo o professor, o ideal do lingüista é justamente este. A idéia de uma língua transparente é por ele insistentemente buscada. Assim como nos filmes futuristas, o lingüista inveja a telepatia dos seres extra-terrestres (o ideal do lingüista é a telepatia). E então este é seu grande dilema: ao mesmo tempo que a linguagem - seu objeto de estudo - é aquilo que nos caracteriza e particulariza como humanos, é ela também seu grande obstáculo. Este é um entrave com o qual os lingüistas desde sempre se deparam.

entremeio: entre a possibilidade do sujeito se comunicar, correndo o risco da aventura de se equivocar. Ou seja, o fonoaudiólogo, dentro desta perspectiva, ao mesmo tempo em que é um representante daquilo que o social espera (em uma referência à língua), é também um interlocutor atento às modalidades possíveis (ou “alternativas”), que, embora fujam ao padrão daquela comunidade lingüística, produzem efeitos de sentido. Para isso, no entanto, urge que a fonoaudiologia ressitue suas concepções de língua, linguagem e comunicação.

Sabemos que diversos estudos provocaram deslocamentos na concepção de língua proposta tradicionalmente pela lingüística. Os escritos de Milner (1987) são taxativos em relação à forma com que a lingüística cristaliza conceitos como o de língua. O autor propõe: “o fato de língua consiste nisto que na alíngua⁶⁹ há já impossível: impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira” (op. cit.: 18). Segundo o autor, falar de língua, e de partição, é colocar que não se pode dizer tudo. O que Milner destaca é que a língua está ligada à operação do não tudo. Eis o grande articulador da “virada” que julgamos necessária para a fonoaudiologia, centrado na concepção de língua. Quebrar o imperativo de repetição e regularidade e provocar a instância da falta são movimentos fundamentais para que se desloque a perspectiva através da qual se estuda e trabalha com linguagem no campo fonoaudiológico.

Percebemos que uma das tendências na fonoaudiologia é, assim como destaca Milner, cobrir a falta com qualquer remendo. E sabemos que o que leva um fonoaudiólogo a nortear seu trabalho por essa via é uma referência à concepção rígida e autoritária de língua como um código fixo e ditador de sistemacidades-padrão.

A Análise do Discurso, com suas contribuições, vem também ajudar a quebrar a noção de língua como *ideal*, conforme vimos no decorrer deste capítulo. Neste sentido, as contribuições de Milner e Authier-Revuz foram fundamentais para a revisão da própria teoria por parte de Pêcheux.

⁶⁹ Alíngua é a tradução literal do termo lacaniano “lalangue”. Através do conceito de *lalangue* Lacan define a articulação do desejo à língua (ligado à idéia de um saber que se sabe na ignorância de si próprio). Segundo Teixeira (1998: 114), “o conceito de *lalangue* elaborado por Lacan para dar conta da equivocidade que trabalha sem cessar a língua, é desenvolvido por Milner, relativamente à lingüística, como um conceito que impõe limites ao de língua. Refere-se àquilo que pode ludibriar a univocidade inerente a qualquer nomeação. O recurso de Milner a esse conceito evidencia uma outra estratégia para se lidar com a falta que constitui a lingüística”.

A noção de uma heterogeneidade fundante do discurso passa a ser um importante articulador para a Análise do Discurso: a língua ultrapassa sempre a atividade de fala (pensando em termos saussurianos) pela qual ela se manifesta, de modo que nenhuma fala é propriamente de um indivíduo. Toda fala é atravessada pelo já dito ou já escutado. Como nos lembra Henry (op. cit.: 170), aquilo que o sujeito fala é constituído por um invisível do discurso que só se pode conhecer através da experiência intersubjetiva.

Ainda trabalhando as idéias de Henry, destacamos suas palavras ao dizer que “o simbólico é aquilo que, na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito” (op. cit.: 165). Tais palavras nos remetem à questão do universo de estudos das questões pertinentes à linguagem: a qual ciência “pertence” o estudo da linguagem? À lingüística? À análise do discurso? À fonoaudiologia? À psicanálise? Respondemos com Henry (op.cit.: 146) que, por não sabermos o que é a linguagem, cientificamente falando, ela não se constitui como objeto de uma única ciência estabelecida.

Em deslizamento a esta questão, formulamos outra, também pertinente ao campo dos estudos da linguagem: A quem pertencem os significantes⁷⁰ em jogo no ato clínico fonoaudiológico? Ao paciente? Ao fonoaudiólogo? À língua? À cultura? O que chama a atenção é que historicamente a fonoaudiologia assume diferentes concepções de linguagem as quais são tomadas de forma “mesclada”, como colcha de retalhos mesmo. Os próprios conceitos de língua e linguagem encontram-se constantemente confundidos, tomados um pelo outro.

Há desde a lingüística, mas também com grandes e evidentes repercussões na fonoaudiologia, uma exigência de transparência, de literalidade e desambigüização dos enunciados. Pelo viés da transparência, a tendência é tornar o sujeito sem defesa, pois o fonoaudiólogo tem um saber *a priori* sobre “o quê” e “como” deve-se dizer. Nessa perspectiva, ao paciente, sem alternativas, cabe reproduzir verbalmente aquilo que o fonoaudiólogo espera dele.

A Análise do Discurso propõe que, em vez de se tomar os enunciados “ao pé da

⁷⁰ Aqui utilizamos *significante* no duplo sentido do termo: *significante saussuriano* (como materialidade lingüística) e *significante laciano* (como um indício).

letra”, se abra espaço para o incerto, para a falta – espaço este da interpretação (em oposição ao “deixar tudo às claras”).

É em nome da transparência que Haroche (1992) fala do princípio de *visibilidade* que se apresenta sob a forma de perseguição incessante à ambigüidade, à elipse (à falta), à incisa (ao acréscimo descontrolado) e a tudo que advenha da zona de ruptura na linearidade discursiva previsível. Em termos fonoaudiológicos, isto representa um repúdio àquilo que o paciente tem de próprio, já que seu modo de falar está marcado pelo inesperado, pelo idiossincrático.

Acreditamos ser pertinente fazer referência a uma passagem do texto de Haroche ao apontar que,

“... nos casos de enunciados incompletos em particular, reconheceríamos o fato de que a ambigüidade seria inerente à própria linguagem (no sentido amplo) e às vezes à própria língua, estando ligada (segundo Platão, já em *Crátilo*) à constatação de uma inadequação geral entre formas, signos, símbolos, de um lado, e idéias (ou coisas), de outro” (op. cit.: 42).

Ainda lidando com as idéias de Haroche, encontramos uma passagem em que a autora faz referência a uma forma de ambigüidade⁷¹ – que ela chama de ambigüidade inerente às situações de comunicação – que estaria ligada à própria incompletude do sujeito, que, para ela, aparece mais como “um problema de comunicação”, do que propriamente lingüístico. Podemos pensar pois na angústia que causa a não-compreensão ao profissional da fonoaudiologia que tem como objeto de seu trabalho a “perfeita comunicação humana”.

A autora aponta com muita propriedade esta questão:

“Longe de levar em conta a idéia de conflito, de contradição, de mal-entendido, de lapso, mesmo de jogo de palavra, esta concepção sobre a idéia da existência

⁷¹ É importante destacar que Haroche (1992: 40-43) faz uma distinção entre três formas de ambigüidade: a primeira é a *ambigüidade sintática ligada à existência de estruturas específicas*, ambigüidade que caracteriza “enunciados completos” (quando há necessidade de um enunciado ser desenvolvido ao menos por duas estruturas), a segunda é a *ambigüidade referencial dos enunciados incompletos* (é a ambigüidade, freqüentemente semântica, ligada ao funcionamento da complementação e representativamente caracterizada pela elipse), e a terceira é a *ambigüidade inerente às situação de linguagem* (ligada às carências dos próprios indivíduos).

implícita de uma alternativa entre o *dizer tudo* (a transparência, a confissão ...) e o *nada dizer* (a mentira, a dissimulação). Ela opõe, de forma direta, à idéia de um sistema fechado e “perfeito”, a idéia de um indivíduo mestre de seu discurso consciente, e no entanto imperfeito, em suma, “humano”, dizendo “a verdade”, ou ao contrário, “mentindo” (op. cit.: 44).

As contribuições de Haroche nos remetem à imagem do fonoaudiólogo como um “higienista” da linguagem. Há um imperativo imposto ao paciente (“fale tudo, fale claro”) que remete ao ideal de completude. A questão é que muitos de nossos pacientes não têm condições clínicas de alcançar nem sequer parte deste imperativo. O que resta, com muita comodidade ao fonoaudiólogo, é atribuir-lhes uma série de rótulos que apontam para alguma *disfunção* (disartria, dislexia, dislalia, disgrafia, disfasia, disfagia, etc).

Retomando a questão da multiplicidade do sentido, podemos dizer que a ambigüidade presente no discurso só é problema se a tomarmos no âmbito da lingüística ou da comunicação (o que é a tendência predominante na fonoaudiologia, nas perspectivas “colcha de retalhos” e “interdisciplinar”). Se a tomarmos na perspectiva do discurso, ela aponta para a questão dos componentes implícitos e extralingüísticos, destacando que são elementos constitutivos do sentido. Acreditamos que tais dicotomias “completo/incompleto”, “claro/ambíguo”, “explícito/implícito”, “lingüístico/extralingüístico”, são articuladoras de uma forma de se estudar a linguagem baseado no ideal de transparência da mesma. Percebemos que a trajetória da fonoaudiologia tem, tanto na perspectiva “*Colcha de Retalhos*”, como na perspectiva “*Interdisciplinar*” (conforme capítulo I), lidado com as questões relativas à linguagem calcando seu fazer nessas dicotomias. Afirmações como “A sintaxe de tal afásico está incompleta”, “O sentido de sua fala não ficou claro”, “Sim, mas isto não está dado, ficou apenas implícito”, “Esses não são elementos lingüísticos palpáveis” são expressões recorrentes nas observações que circulam no dizer do fonoaudiólogo. Há aí claros indícios de que o ideal de transparência, de desambigüização norteiam as práticas fonoaudiológicas alicerçadas nas perspectivas “*Colcha de Retalhos*” e “*Interdisciplinar*”.

Haroche (op. cit.: 141) aponta que existem duas formas de completude. Uma

completude interna ligada às formas sintáticas e outra externa, ligada à comunicação e ao sujeito. Observamos que, no discurso fonoaudiológico, a perspectiva “*Colcha de Retalhos*” e a perspectiva “*Interdisciplinar*”, via discurso transversal, assumem os dizeres da lingüística intencionando vislumbrar uma completude relativa às formas sintáticas. Porém, na passagem do âmbito de análise do “dado” lingüístico para o ato clínico, percebe-se que o fonoaudiólogo adere também a esta completude externa, idealizando os princípios de comunicação (falante, ouvinte, mensagem e código muito bem definidos) e de sujeito (tomando o paciente como sujeito dotado unicamente de consciente, ou seja, com intenções claras e definidas, “dono de seu dizer”). E, se o paciente em questão não responde a partir deste lugar, configura-se este dado como já indicativo da necessidade de tratamento fonoaudiológico⁷².

É pela oposição a essa forma totalizante de se pensar o sujeito e o sentido na fonoaudiologia que desenvolveremos a próxima seção.

3.4 *Por uma noção de linguagem não-transparente na fonoaudiologia*

Paul Henry aborda, no decorrer de seu livro “*A ferramenta imperfeita*”, o quanto a linguagem não é aquele instrumento que ilusoriamente imaginamos ter para claramente nos comunicarmos, para deixar transparecer nosso pensamento. Ele destaca que justamente é esta mesma linguagem que trai nosso pensamento, causa mal-entendidos, ilusões e erros. É neste mesmo sentido que propomos pensar, na perspectiva da fonoaudiologia, a linguagem como não-transparente. Propomos tomar a linguagem como efeito de sentidos, e não como um ideal de completude e transparência.

Encontramos no trabalho de Novaes (1996) uma série de colocações acerca da linguagem desviante que contribuem significativamente para as reflexões que pretendemos aqui realizar. Segundo a autora, no paciente esquizofrênico, “a linguagem, enquanto instrumento de expressão das “alterações no pensamento e na cognição”, é tida como comprometida: a expressão, enquanto função, e não o que seria expressado” (op.cit.: 40). Fazemos uma analogia com a fonoaudiologia no sentido em que esta

⁷² A mais recente campanha do Conselho Regional de Fonoaudiologia (novembro de 1999) tem como tema “Cuide de sua comunicação: consulte um fonoaudiólogo”.

também toma a linguagem segundo a seguinte máxima: linguagem é igual à forma de ver o sujeito (a transparência do sujeito).

Nós, fonoaudiólogos, não percebemos que estamos tão submetidos à incompletude da linguagem como qualquer outro. Segundo Novaes:

“A perpetuação da relação de poder sobre os sentidos do que os outros dizem é uma questão ética que, /.../, os profissionais /.../ encontram-se totalmente assujeitados a um discurso que lhes é também imposto. De certa forma, eles também são controlados por “forças estranhas”, que vêm de um lugar estabelecido socioculturalmente de controle imaginário sobre os indivíduos, de controle daquilo que os indivíduos falam” (op. cit.: 43).

Entendemos que esta relação de poder reforça a resistência do fonoaudiólogo frente ao domínio dos sentidos que circulam em situação clínica. É uma forma de manter sua posição de sujeito suposto saber, ou melhor, de um saber absoluto encarnado no terapeuta.

No entanto, Milner (op. cit.: 63) adverte que é fundamental que o par dialógico não seja tomado como simétrico. Ele faz esta colocação justamente para destacar a impossibilidade de ter total acesso àquilo que o outro quer dizer, ou seja, para descaracterizar a tese de transparência da linguagem, pois a linguagem, tal como a subjetividade humana, é fortemente marcada pela ordem do imaginário. Assim como é impossível dizer tudo, é igualmente inviável e ter acesso a tudo que o outro nos diz. Lidar com esta incompletude é um desafio extremamente árduo para a fonoaudiologia, visto que seu ideal sempre voltou-se para o processo de comunicação em que, conhecendo-se o código, o emissor e o receptor, a decodificação da mensagem esteve sempre garantida *a priori*.

Caberia ao fonoaudiólogo dar-se conta de que tanto ele como o paciente estão sob o mesmo efeito perante a língua, um efeito que em nada garante sentidos. Novaes (op.cit.: 156) salienta que a assimetria frente à língua constituída não se dá em função de uma hierarquia, mas que, ao contrário, todo sujeito está sob os efeitos da língua. A autora destaca ainda que esses efeitos podem ser tanto o de sentido, como o de não-sentido, alertando que tais possibilidades não devem ser consideradas como uma

redução ao efeito de inteligibilidade, reduzindo a língua ao código, mas sim o efeito da língua sobre cada um dos sujeitos.

Novaes propõe que tomemos o efeito de inteligibilidade como um efeito da ordem do possível, da ordem de uma posição perante a língua constituída. O que se pode escutar, portanto, é da ordem de uma escuta virtual, de uma fala igualmente virtual. Fazendo uma analogia com a fonoaudiologia, é fundamental que o fonoaudiólogo possa realizar uma escuta que possibilite, em sua virtualidade, configurar o paciente como um interlocutor. Muitas vezes é necessário que o terapeuta “alucine”, assim como a mãe faz com seu pequeno bebê, uma interpretação possível para o dizer idiossincrático de seu paciente. E é acreditando nessa escuta virtual do fonoaudiólogo que o paciente consegue, muitas vezes, ascender à condição de falante. Abrir essa possibilidade de escuta é, segundo Novaes,

“...admitir que são sujeitos⁷³ daquilo que é enunciado – são sujeitos no erro. É admitir, por consequência, que o que dizem significa, mesmo que seja algo não-compreendido. Admitir isso exige um movimento contrário no sentido de restauração da homogeneidade de um sujeito, centrada no indivíduo-padrão...” (op.cit.: 58).

Pensamos que, embora não seja esse o movimento mais fácil, a fonoaudiologia tem experiência num campo de trabalho que envolve a não-compreensão dos dizeres. Esta experiência com aquilo que falha na linguagem é suficientemente densa para realizar uma escuta não transparente e “virtual” da fala de seu paciente. Passar de uma escuta “ortofônica”, que visa somente a correção daquilo que foi produzido erroneamente pelo paciente, para uma escuta não transparente (ou seja, não literal) ou ainda virtual (que gere efeito de sentido mesmo que de forma reduzida e fugaz) é uma mudança essencial. Para tal há a necessidade do fonoaudiólogo perceber que seu dizer também está sob efeitos imprevisíveis.

Aqui cabe buscarmos os aportes de Lemos (1986a), em suas considerações acerca da apropriação da linguagem vista como uma tarefa alicerçada na alteridade, e

⁷³ Lembramos que os estudos de Novaes referem-se aos dizeres de sujeitos esquizofrênicos. Novamente ressaltamos que as analogias com a questão fonoaudiológica surgiram a partir de nossa interlocução com a referida autora.

de Orlandi (1996b), ao trabalhar a noção de interpretação.

Os trabalhos sobre aquisição de linguagem de Lemos têm gerado frutíferas reflexões em um grupo de fonoaudiólogas/pesquisadoras comprometidas com a posição interacionista desenvolvida no Brasil (conforme destacamos na nota de rodapé nº 40, seção 1.3 deste capítulo). Este grupo, filiado ao setor de Patologia da Linguagem da DERDIC (PUC-SP), é coordenado pela lingüista Maria Francisca Lier-De Vitto. Acreditamos ser este um grupo que, em suas reflexões, tem feito um grande esforço para construir uma fonoaudiologia baseada na não transparência do sujeito e dos sentidos.

Nos trabalhos de Orlandi, voltados para a noção de interpretação, encontramos uma série de questões pertinentes às nossas reflexões. Seus escritos trazem luz às questões de *linguagem*, *discurso* e *dialogia*, elementos que pensamos serem importantes articuladores de uma clínica fonoaudiológica não-transparente:

“...a relação dialógica é básica para a caracterização da linguagem: o conceito de discurso se assenta sobre a relação dialógica na medida em que é constituído pelos interlocutores, ou seja, todo texto supõe a relação dialógica, se constitui pela ação dos interlocutores (1996a: 159).”

As reflexões de Orlandi nos fazem questionar a importância do referencial de linguagem tomado pela fonoaudiologia (na perspectiva “entremeio”). A partir do momento que o fonoaudiólogo puder pensar a linguagem alicerçada na dialogia, construída por efeitos de sentido imprevisíveis entre interlocutores, seu fazer clínico sofrerá interessantes deslizamentos. Deslocar a noção de linguagem como sinônimo de comunicação para uma perspectiva que trabalhe com efeitos de sentido é um significativo movimento. Mas não pensemos que é esta uma panacéia, vemos aí apenas um primeiro passo de um processo que envolve uma série de reflexões sobre esta disciplina tão heterogênea⁷⁴.

⁷⁴ Destacamos a importância da edição de “Seminário de Debates” (org. R.M. Freire, ed. Roca, 2000), uma publicação do curso Pós-Graduação em Fonoaudiologia da PUC-SP. Trata-se da transcrição de sete seminários realizados com o objetivo de polemizar questões fundamentais para a fonoaudiologia. Destacamos os seguintes temas: “A questão do objeto em fonoaudiologia”, “Audição e linguagem: a natureza é a mesma?”, “A instância clínico-terapêutica da fonoaudiologia”, “Voz e sistema sensorio motor oral: o problema dos objetos”.

Outro elemento igualmente importante que acreditamos ser um articulador da clínica que se pretende não-toda é justamente a noção de *falta* introduzida pela psicanálise lacaniana. Conforme Haroche (op. cit.: 198), a noção de castração é fundante para trabalharmos com a questão da falta. Se assim não fosse, o discurso seria sempre da ordem do saturado, do completo, o que se tornaria angustiante, porque impediria o desejo de se dizer. Esta angústia, segundo a psicanálise lacaniana, fala da falta de falta. Segundo Haroche, é a partir da castração que se dá a possibilidade do acesso “ao prazer da substituição”, da paráfrase e da metáfora. Empolga-nos pensar que justamente aí reside o que há de mais instigante na clínica fonoaudiológica: trabalhar com o dizer do sujeito que, desde sua alteração de linguagem, produz algo que remete a um efeito de sentido a ser interpretado. Interpretar em fonoaudiologia, em nosso entender, implica expor-se a uma possibilidade de circular no social por uma via discursiva.

Lembramos Orlandi (1996b: 64) quando diz que, face a qualquer objeto simbólico, o sujeito se encontra na iminência de dar sentido. Surge então a pergunta: o que é dar sentido? Respondemos com a autora: “Para o sujeito que fala, é construir sítios de significância (delimitar domínios), é tornar possíveis gestos de interpretação”. A abordagem dos processos de significação como gesto de interpretação⁷⁵ proposto por Orlandi nos parece ser um aporte de grande utilidade para o fazer fonoaudiológico. A fonoaudiologia necessita deslocar a idéia de aplicação de técnicas para um contexto de atuação a partir de ferramentas (ou princípios articuladores), como a noção de gesto de interpretação.

Ainda segundo a autora, quando um sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, pois está atribuindo sentido às suas próprias palavras em condições específicas. Nossa pergunta é: que “condições específicas” se dão no ato clínico fonoaudiológico? Parece-nos que a tendência é de uma atribuição de sentidos vindos sempre da perspectiva do fonoaudiólogo. Para cada enunciado do paciente o movimento dos sentidos se dá como transparente para o fonoaudiólogo. Talvez isto aconteça justamente porque uma interpretação já esteja se dando por parte do fonoaudiólogo: a leitura cristalizada de que o “erro”, o “lapso”, os “atos falhos” e até

⁷⁵ Lembramos que esta idéia já havia sido apresentada anteriormente por Pêcheux, no texto “Ler o

mesmo as próprias patologias de linguagem sejam sempre tomados como formas *incorretas* de circular na língua. Como diz Orlandi (op. cit.: 65), “...não se pode excluir do fato lingüístico o equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”. Talvez um caminho interessante seja o fonoaudiólogo poder ir em busca das atribuições de sentido do próprio paciente, pela via da construção dos dizeres elaborada pelo movimento dialógico, e questionar-se acerca de quais são as “condições específicas” do tratamento fonoaudiológico.

No entanto, é importante destacarmos que a interpretação em fonoaudiologia é diferente da interpretação em psicanálise. Segundo Lier-De Vitto e Arantes (1998), a interpretação no âmbito psicanalítico tem o objetivo de abrir possibilidades de significação para o sujeito, de pôr em circulação sentidos outros aos quais o paciente não estava tendo acesso. Já no campo fonoaudiológico, a interpretação tem o objetivo de alinhar uma possibilidade de sentido no movimento dialógico entre paciente e terapeuta.

Podemos ilustrar remetendo a duas situações (possibilidades) bem distintas. Numa abordagem fonoaudiológica tradicional, o que ocorre é uma colagem de forma e sentido, onde o terapeuta impõe padrões articulatórios e pré-determina o sentido. Por exemplo, ao apresentar lâminas com determinadas figuras, o fonoaudiólogo solicita que o paciente enuncie o que observa. Se o paciente evoca um enunciado de um campo semântico diferente do esperado pelo terapeuta, ele é “advertido e corrigido”. Lembro-me do relato de um paciente afásico a respeito de uma experiência de um tratamento anterior. A fonoaudióloga lhe solicitara uma evocação a partir de uma lâmina em que figurava uma mesa posta para refeição. O paciente descreveu-a, dizendo que se tratava de uma mesa pronta para o jantar. A fonoaudióloga prontamente o advertiu, dizendo tratar-se do café da manhã, visto que havia xícara e bule na mesa. Frente a isso, o paciente tentou explicar-lhe (dentro de suas limitações expressivas) que seu jantar constava justamente de café e pão.

Já dentro de uma perspectiva discursiva, a possibilidade de buscar significação para o enunciado do paciente é uma atividade a ser construída pela dupla, em um movimento dialógico entre o paciente e o fonoaudiólogo. Lembro-me de uma pequena

paciente que me falava de uma viagem à “Nova Pata”. Perguntei-lhe por que a cidade tinha este nome, se por acaso lá havia muitos *patos*. Frente à minha indagação/interpretação, ela refaz seu enunciado e me diz de forma silabada “Não é Nova Pata, é Nova Pa-ra-ta!”.

Nesta perspectiva, a interpretação não se configura como decodificação, apreensão de um sentido. O que muda aí fundamentalmente é o lugar do outro. Como diz Orlandi (op. cit.: 75), “o Outro não é o interlocutor, mas o lugar da alteridade constitutiva, presença do outro sentido no sentido,...”. Tais colocações de Orlandi nos remetem às posições também assumidas por Lemos, em seus estudos de aquisição de linguagem.

Encontra-se esta noção de dialogia também largamente desenvolvida em estudos de aquisição e patologia de linguagem⁷⁶ que são atravessados pela idéia de alteridade constitutiva do sujeito e da linguagem. Neste sentido, destaca-se uma passagem da obra “Estética da Criação Verbal”, de Bakhtin, acerca da apropriação que a criança faz da língua:

“... e estas palavras pertencem a outras pessoas. Antes de tudo, trata-se das palavras da mãe. Depois, estas “palavras alheias” se reelaboram dialogicamente em “palavras próprias-alheias” com a ajuda de outras “palavras alheias” (escutadas anteriormente), e logo já em palavras próprias (com a perda das aspas) falando metaforicamente, que já possuem um caráter criativo”(1997: 405-6).

E posteriormente agrega que há “...o processo de um paulatino esquecimento dos autores portadores das palavras alheias. As palavras alheias voltam anônimas, apropriam-se (de forma reelaborada)”⁷⁷. Nesse sentido, encontramos uma interessante contribuição no trabalho elaborado pelos fonoaudiólogos argentinos Baralo e Giuliani (1993), que destacam a importância do fonoaudiólogo lidar com a noção de dialogia bakhtiniana ao trabalhar com o processo de apropriação da linguagem com seus

⁷⁶ Em aquisição de linguagem citamos os estudos de Lemos (1986a, 1996b, 1998) e Lier-De Vitto (1994, 1998a) e em patologia de linguagem destacamos os trabalhos de Arantes (1994), Andrade (apud Lier-De Vitto 1994) e Fonseca (apud Lier-De Vitto 1994).

⁷⁷ Acreditamos ser esta passagem fundamental para entender a noção de dialogia não somente no campo da fonoaudiologia e da aquisição de linguagem, mas também para todo o estudioso deste conceito.

pacientes.

Para finalizar a seção, remetemos novamente a Pêcheux. Em “Estrutura ou Acontecimento”, o autor destaca que todo dizer está exposto ao equívoco da língua:

“...todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro /.../. Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série /.../ de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”(1997: 53).

Segundo o autor, este é o espaço de trabalho da Análise do Discurso. Acreditamos que, embora o espaço de trabalho do fonoaudiólogo seja outro (a clínica dos distúrbios da linguagem), é fundamental que se reflita acerca da concepção de linguagem, sujeito e significação em jogo no processo terapêutico.

Concordamos com Pêcheux ao dizer que as disciplinas de interpretação (e assim também entendemos a fonoaudiologia, numa perspectiva “*entremeio*”) lidam com a instância do *outro*, o qual está diretamente relacionado com o que o autor chama de *languageiro*.

Porém, o próprio Pêcheux adverte que não se trata de interpretar a qualquer custo (não é qualquer leitura que pode ser feita). Segundo o autor, a descrição de um enunciado coloca necessariamente em jogo o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado.

No entanto, ainda segundo Pêcheux, temos a “...ilusão de que sempre se pode saber do que se fala, isto é, se me compreendem bem, negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece” (1997: 55). Parece esta ser a saída mais freqüentemente escolhida pelas perspectivas “*Colcha de Retalhos*” e “*Interdisciplinar*”: “tapar buracos” da fala com a língua. O que se faz nesse momento? Como diz Orlandi (1995a), silênciam-se outras possibilidades de se dizer. Poder-se-ia ler este ato como um “furor interpretante” do fonoaudiólogo, que tem como resultado, embora imagine estar fazendo o contrário, o silenciamento do dizer de seu paciente. O paciente passa a falar guiado pela ordem da língua, ficando de fora sua atividade *languageira*. E é dos efeitos do silêncio e dos silenciamentos em jogo na clínica fonoaudiológica que tratará

o próximo capítulo.

Capítulo III : A QUESTÃO DO SILÊNCIO

1. INTRODUZINDO O SILÊNCIO

“Deve-se calar sobre aquilo de que não se pode falar” Wittgenstein *in*:
G.Steiner, “*Linguagem e silêncio*”, p. 112.

Segundo Parmênides (apud González, 1992), o silêncio, assim como a ausência, pertence ao âmbito do não ser. Pensando dessa forma, sobre o silêncio não poderia haver discurso nem ciência alguma.

González⁷⁸, em seu texto “*El significado del silencio y el silencio del significado*” (1992), utiliza uma metáfora muito interessante, apontando que o dito não é mais do que o momentâneo cume do iceberg que emerge por cima da água, ocultando o resto. E que “resto” seria este? Justamente o que permite à linguagem ser tomada como aquilo que aparece, que vem à tona, é o que acaba remetendo o silêncio às profundezas em relação ao sentido no campo dos estudos da linguagem. A ele cabe o lugar de “resto” mesmo.

No entanto, é importante não tomar o caminho oposto, acreditando que o estudo do silêncio será a panacéia de tudo que ainda não foi esclarecido acerca da significação das palavras. Conforme muito bem adverte Fierro⁷⁹ (1992), o silêncio não nos livra dos equívocos. Ao contrário, ele é ambíguo e dúbio.

Quanto à origem etimológica⁸⁰, “silêncio” vem do latim *silentium*, sendo um substantivo neutro, que significa silêncio (sentido próprio). Já “silente”, vem do latim *silens, silentis* (adj.) que se cala, silencioso – participio presente do verbo *sileo, siles, silere, silui*, que significa estar silencioso, silenciar.

No dicionário Aurélio, encontramos no verbete *silenciar*, “guardar silêncio, calar-se” ou “impor silêncio a”.

⁷⁸ Jose Ramirez González aborda a questão da significação do silêncio desde a lingüística.

⁷⁹ Alfredo Fierro aborda, em seu texto “A conduta do silêncio”, as significações do silêncio na esfera do social.

⁸⁰ Segundo o Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, organizado por Antonio Geraldo da Cunha (1987).

Naves⁸¹ (1992) destaca que, no idioma espanhol, silêncio aparece como: 1. Abstenção de falar; 2. Falta de ruídos. A autora destaca que as acepções têm em comum o caráter negativo. Segundo sua perspectiva (a da literatura), o silêncio se apresenta como a parte negativa de um campo de oposição binária cuja parte positiva é a palavra (op.cit.: 102).

Ainda no campo de reflexões da literatura, Steiner⁸² diz:

“Sempre que se aproxima dos limites da forma expressiva, a literatura chega à praia do silêncio. Nada há de místico nisso. Somente a constatação de que o poeta e o filósofo, ao investirem a linguagem de máxima precisão e iluminação, tornam-se cômicos, e também ao leitor, de outras dimensões que não podem ser circunscritas por palavras” (1988: 112).⁸³

Tal movimento que Steiner promove, faz-nos retomar as idéias de Milner frente ao impossível de se dizer tudo. Isso mais uma vez remete-nos à condição humana de sujeitos falantes e, portanto, submetidos ao não-todo da linguagem.

Authier-Revuz também lança luzes sobre essa questão:

“E é dessa falha em nomear – que, para o sujeito falante é particularmente falha *para se nomear*, falha para dizer a verdade que “não se diz toda *porque as palavras faltam*” (Lacan) – que estruturalmente se constitui o sujeito, em um irredutível desvio [*écart*] de si mesmo, sujeito, pelo fato de que ele é falante e, por consequência do que ele é, falho”. (1994: 235).

Naves (op. cit.: 108) aponta que, em um extremo, o indizível se reveste de palavra, que não é mais do que voz, que é só coisa material. A voz é palavra sem palavra, é a ação mínima do homem reduzido a “corpo com voz”, cuja finalidade é evitar a solidão apoiando-se na impressão de que dirige-se a alguém.

De fato, não suportamos conviver com esta falha, com esta falta, e a tendência é tentarmos revesti-la, disfarçá-la, de modo que as lacunas não evidenciem algo e corra-

⁸¹ Carmen Boves Naves reflete acerca do silêncio na literatura.

⁸² George Steiner, crítico de literatura, apresenta uma série de textos sobre a questão do silêncio reunidos em seu célebre livro “Linguagem e Silêncio – ensaios sobre a crise da palavra”.

⁸³ A este respeito é também ilustrativo o depoimento de Flaubert (em Carta a E. Feydeau): “A cada linha, a

se assim o risco de cair no abismo do não-sentido.

Steiner traz um depoimento deste silêncio gerado pela experiência do não-todo, do indizível, ou daquilo que silencia, através da Ópera Moisés e Arão, de Arnold Schoenberg. Moisés exclama: “Oh palavra, oh tu, palavra, que me faltas!” Segundo Steiner (op. cit.: 176), é essa uma alusão à Palavra que ainda está por vir, mas que se situa além da fala, um abismo entre o sentido e a comunicação. Na análise de Steiner,

“O grito desesperado de Moisés, seu mergulho no silêncio, é um reconhecimento – que também encontramos em Kafka, em Broch, em Adamov – de que as palavras nos abandonaram, de que a arte não pode estancar a barbárie nem transmitir a experiência quando esta se torna indizível” (op. cit.:177-8).

Henry (op. cit.: 182) fala da tentativa de procurarmos por todos os meios preencher os vazios do sujeito no discurso (seja preencher com a semântica, com a realidade psicológica, ou com um fundamento jurídico das regras jogo-língua).

Pensando na perspectiva fonoaudiológica, podemos dizer que essa tendência se confirma. Percebemos a facilidade com que o fonoaudiólogo toma para si turnos de fala do paciente ou de seus pais. Notamos também a antecipação em complementar enunciados reticentes. Supomos que isso esteja alicerçado numa perspectiva de transparência do sujeito e da linguagem, aliados à posição de sujeito suposto saber ocupada pelo fonoaudiólogo.

No entanto, Orlandi (1995a: 13) ressalta que, ao aprofundarmos a compreensão do modo de significar do silêncio, o que vem à tona não é um sujeito tão visível, nem um sentido tão certo.

Concordamos com F.Tfouni⁸⁴ (1998: 98) quando este afirma:

“Acreditamos que é uma necessidade do discurso que ele não possa dizer tudo, ele precisa não dizer tudo.”

cada palavra, a língua me falta” (apud Authier-Revuz, 1994: 254).

⁸⁴ Fábio Tfouni defendeu sua dissertação de mestrado intitulada “O interdito como fundador do discurso”, em 1998, na Unicamp.

Daí que a incompletude do discurso é, para este, algo necessário. O discurso, para que exista, precisa ser incompleto.”

Authier-Revuz (op. cit.: 254) chega a propor que se pensem as línguas imaginárias e o silêncio como uma apresentação fictícia de um lugar *outro*, a ferida da linguagem.

Entretanto, não são todas as culturas que tomam o silêncio por esse viés. O estudo de Burke ⁸⁵(1995) intitulado “*Anotações para uma história social do silêncio no início da Europa moderna*” traz uma série de ilustrações acerca da polissemia do silêncio em diferentes culturas. Remetemos a uma ilustração, como o estudo de Basso (apud Burke: 161-2) que afirma que os apaches consideram apropriado manter silêncio em muitas ocasiões em que os ocidentais considerariam ser necessário falar, e mais genericamente que “um conhecimento de quando *não* falar pode ser tão fundamental para a produção do comportamento culturalmente aceitável quanto um conhecimento do que dizer”.

Orlandi (op. cit.: 11) alerta que, ao se trabalhar com silêncio, corre-se o risco de não saber caminhar entre o dizer e o não-dizer. Parece-nos que instigar a fonoaudiologia a discutir a problemática do silêncio é inserir a disciplina em um campo onde as polêmicas são muitas e as incertezas latejantes. Porém acreditamos que se faz necessário abrir esse espaço na fonoaudiologia para essa temática entre o dizer e o não-dizer que o estudo do silêncio atualiza.

No entanto, segundo Steiner,

“Vivemos no interior do ato do discurso. Mas não devemos pressupor que uma matriz verbal seja a única em que as articulações e o comportamento da mente são concebíveis. Existem realidades de modalidades intelectual e sensória baseadas, não na linguagem, mas em outras energias comunicativas, tais como o ícone ou a nota musical. E existem atividades do espírito enraizadas no silêncio. É difícil *falar* delas, pois como poderia a fala transmitir adequadamente a forma e a vitalidade do silêncio?” (op. cit.: 30).

⁸⁵ Peter Burke é historiador inglês.

Orlandi (op. cit.: 11) esclarece que há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, acrescenta a autora, as próprias palavras transpiram silêncio. Segundo Orlandi, há silêncio nas palavras.

Neste mesmo sentido, encontramos em Burke, em artigo publicado na Folha de São Paulo⁸⁶, a idéia de que vale a pena tentar escutar os silêncios, embora às vezes seja difícil interpretá-los. No artigo, Burke aponta que os “atos de silêncio” humanos sempre têm um sentido, seja esse consciente ou inconsciente, “embora certos silêncios sejam mais valiosos ou mais carregados de significação que outros”. O autor propõe chamar estes últimos de silêncios significativos ou eloqüentes.

Seguimos este estudo sobre o silêncio inspirados nas palavras de M. Schneider, em *Ladrões de palavras*: “Escreve-se sobretudo porque as palavras falham” (p. 479).

2. SILÊNCIO E CONTEMPORANEIDADE

“Possuidora de fala, possuída por ela, tendo a palavra escolhido a vulgaridade e a fraqueza da condição do homem para sua própria vida irresistível, a pessoa humana libertou-se do grande silêncio da matéria. Ou, para usar a imagem de Ibsen, ao ser golpeado com o martelo, o insensível minério começou a cantar” (George Steiner, *Linguagem e Silêncio*, p. 55)

A questão do silêncio no mundo moderno é algo que tem sido objeto de reflexão de estudiosos de diferentes áreas. Na arte, na literatura, na religião, na história, na filosofia, na psicanálise, na lingüística encontramos pensadores lançando importantes questionamentos acerca da instância do silêncio no mundo moderno.

Para González (op. cit.: 35), a sociedade tecnológica fez do silêncio um inimigo virtual que deve ser confinado e suprimido. Os espaços públicos e privados se vêem invadidos totalmente pelo ruído, pelo som e pela palavra. Desde as ruas e os meios de transporte até a intimidade das casas. A civilização tecnológica pode ser entendida como uma exorcização do silêncio, na qual se manifesta seu instinto de domínio e poder. Segundo o autor, as novas gerações têm sido educadas no horror ao silêncio.

⁸⁶ Caderno “Mais!” de 19 de setembro de 1999, dedicado à temática do silêncio.

González chega a afirmar que há algo de patológico na atitude da sociedade moderna frente ao silêncio.

Fierro (op. cit.: 69) também aponta que nossa sociedade se caracteriza por admitir mal o silêncio. Segundo esse autor, a cultura rural deixa ao silêncio mais espaço do que a cultura urbana, letrada e discursiva. No âmbito urbano, quando se está com outras pessoas é preciso estar falando. O silêncio se vive como carregado de ameaças ou tensão.

O verbalismo de nossa sociedade, conforme Fierro, se ostenta em manifestações não só orais, também escritas. A cidade moderna se constitui pela escritura, pela abundância de signos escritos. Ventós (apud Fierro) analisou este fenômeno sob a perspectiva da “vertigem de sentido”, do excesso em nossa sociedade, não só de discursos a propósito do sentido (hipertrofia da semiologia e da semiótica), mas dos sinais, das mensagens textuais nos lugares públicos, que são os espaços da cidade moderna.

Ainda segundo Fierro, o excesso de sinais acústicos, verbais ou musicais, assim como de sinais gráficos, de escrituras ou outros, chega a transformar-se em puro ruído. A palavra, a música, a escrita não desejada ou não reconhecida como tal, passa ao estatuto de puro e simples ruído. Conforme o autor, as formas de comunicação pública, de ensino, de transmissão de cultura, obedecem em nossa sociedade a pautas de intensa verbalização, que deixa escasso espaço ao silêncio.

Concordamos com o autor ao detectar que, em nossa sociedade, existe uma clara e compulsiva inclinação a falar. No entanto, Fierro percebe que frente ao verbalismo, ao caráter compulsivo da norma de falar, de ocupar com palavras o tempo em que estamos juntos, há o florescimento de uma certa nostalgia (depoimento talvez pessoal, talvez de uma geração) de outras pautas culturais e outras formas artísticas nas quais predominava o silêncio.

A mesma concepção se confirma em Nóbrega⁸⁷:

⁸⁷ Monica Nóbrega abordou a questão do silêncio em sua dissertação de mestrado intitulada “Professor e alunos: falas de poder” (PUC/SP, 1993).

“A sociedade ocidental /.../ sempre apresentou grande fobia ao silêncio e uma conseqüente valorização da palavra. É assim que, quando duas ou mais pessoas estão juntas, é comum evitar-se o silêncio e preenchê-lo...”. (Nóbrega, 1993: 118)

De acordo com a autora, uma concepção negativa de silêncio faz parte da história da nossa sociedade e há uma conseqüente valorização da palavra. Tendo seu estudo se voltado para o silêncio na relação professor-aluno, Nóbrega (op. cit.: 102) aponta que o silêncio costuma ser tomado como sinônimo de passividade, de não participação ou de participação não ativa.

O que se configura na nossa cultura é uma ditadura do verbal, vivemos um tempo em que o verbal extrapola em todos os espaços entre os sujeitos. Segundo Orlandi (1995a:32), não se deseja com isso negar o fato de que a linguagem atravessa diferentes formas de matéria significante. A questão que a autora propõe é se estariam realmente todos os sistemas de signos perpassados pelo verbal.

O escritor argentino Juan José Saer, em entrevista à Folha de São Paulo⁸⁷, fala em uma “comunicabilidade ruidosa” da imprensa, que não comunica nada. Segundo o escritor, a comunicação que pretende comunicar mensagens puras, imediatamente compreensíveis, é distorcida por seus próprios meios e instrumentos. Ele destaca que todo discurso afirmativo, toda pretensa clarividência, tem pouca razão de ser. Aponta ainda que o silêncio é, em certa medida, uma tentativa de evidenciar a opacidade.

Steiner apresenta um outro lado dessa questão que é relativa aos efeitos dessa dilatação do verbal:

“Há /.../ uma certa exaustão de recursos verbais na civilização moderna, uma brutalização e desvalorização da palavra nas culturas de massa e na política de massa contemporâneas. /.../ Como aquilo que é inovador e penetrante o suficiente para ser dito poderá ser ouvido em meio ao clamor da inflação verbal? (op. cit.: 65-6)”.

O autor (op. cit.: 112) aponta que talvez nossa cultura tenha se tornado esbanjadora de palavras, que talvez tenha vulgarizado ou gasto o que de garantia de percepção e valor luminoso um dia as palavras tiveram.

Steiner, em um tom bastante pessimista pergunta:

“Estaremos saindo de uma era histórica de primazia verbal, do período clássico da expressão letrada, e entrando em uma fase de linguagem decadente, de formas “pré-lingüísticas” e, talvez, de silêncio parcial?” (op. cit.: 13).

Steiner, ao retomar o texto bíblico que formula “no começo era o verbo”, se pergunta: “e quanto ao fim?”. O aspecto pessimista dos questionamentos de Steiner chega a conduzi-lo a um presságio que soa ameaçador:

“Se o silêncio chegasse de novo a uma civilização em ruína, seria um silêncio redobrado, ruidoso e desesperado com a recordação da Palavra” (op. cit.: 17).

Eni Orlandi, em sua obra *“As formas do silêncio”* (1995a), muito bem nos apresenta a problemática de se trabalhar com o tema, visto que o silêncio foi relegado a uma posição secundária, como excrescência, como o “resto” da linguagem” (op. cit.: 12). Essa definição negativa do silêncio, sempre referido à linguagem verbal, acabou apagando (ou pelo menos encobrindo) sua especificidade.

O que não deixa dúvidas porém é que, como expõe Orlandi (op. cit.:52), pensar no silêncio e trabalhar com sua presença é lidar com a descentração do verbal. E poderíamos perguntar o porquê da centração no verbal. Orlandi é categórica ao afirmar que “a produção verbal serve para a administração (gestão) do sentido” (op. cit.: 56). E isso parece confirmar uma tendência contemporânea de tentativa de padronização de comportamentos e previsão de sentidos.

Passamos, na próxima seção, a discutir as diferentes instâncias do silêncio.

⁸⁸ Caderno “Mais!” de 19 de setembro de 1999.

3. SILÊNCIO FUNDANTE

“Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando.” (E.Orlandi, *As formas do silêncio*, 1995a: 71)

O aspecto fundante do silêncio é apontado por Fierro (op. cit.: 48) como limite, como aquilo que marca “o outro” da palavra: é silêncio quando não há palavra; há silêncio antes e depois da palavra.

O autor destaca ainda que o silêncio constitui um fenômeno essencialmente lingüístico, não somente como limite da linguagem, mas também como elemento interno (constitutivo) seu.

Segundo Xavier Audouard (1989: 121), psicanalista francês, o silêncio é um limite que, no coração da palavra, a todo momento, introduz essa palavra em um “porvir” imprevisível. Este limite do qual o autor fala aponta para a instância do silêncio como fundante.

Orlandi propõe pensar este silêncio como fundador:

“Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é “fundante””. (Orlandi, 1995a: 14)

Em Orlandi (op. cit.: 70) o silêncio fundador é um espaço que permite à linguagem significar. Segundo a autora, ele é a condição da produção de sentido.

“O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do impossível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito.” (op.cit.: 13)

Segundo Tfouni, ele também é este espaço de produção de sentido, no entanto, para o autor, o que cria tanto o silêncio como o discurso é uma interdição (no sentido lacaniano do termo).

“...o que cria tanto o silêncio quanto o discurso é uma interdição, que é uma operação lingüística: é a entrada da linguagem que cria tanto o discurso quanto o silêncio.” (op. cit.: 93)

Neste sentido, Tfouni (op. cit.: 93) concorda com Orlandi (op. cit.: 23) quando fala de dois tipos de silêncio: um – o silêncio fundador – que corresponde ao real da significação, e é anterior à linguagem (logicamente), e um outro silêncio – silêncio constitutivo – que é aquilo que necessariamente está ausente do dito para haver dizer.

Tfouni, no entanto, discorda do estatuto fundador do silêncio atribuído por Orlandi. Segundo o autor, o silêncio é condição necessária, mas não suficiente para que haja dizer (op. cit.: 112). Na perspectiva apresentada por Tfouni, o interdito é que seria o fundador do discurso. Segundo o autor, o silêncio consiste no real, pois “trata-se de um impossível inscrito na linguagem, que a estrutura. Assim, a linguagem não seria estruturada por regras como convenções, mas haveria um impossível que organizaria o dizível, ...” (op. cit.: 100).

O que fica evidente é que ambos os autores concordam com o princípio de que falar e silenciar significam. O grande diferencial de suas abordagens, no entanto, é que enquanto Orlandi vê o silêncio como fundador (“com ou sem palavras o silêncio rege os processos de significação”, Orlandi, 1995a: 63), Tfouni propõe o interdito como fundador.

Destacamos a importância da reflexão acerca do silêncio fundante para a fonoaudiologia, já que, na nossa opinião, este aparece como condição para que haja um dizer. Passar simplesmente a “detectar” o silêncio na cena clínica seria um reducionismo, pois isto representaria um mero artefato (entre tantos outros utilizados pela fonoaudiologia) que não teria funcionalidade alguma para o trabalho clínico, se não houver um questionamento sobre o que justifica trabalhar com este elemento. É justamente este o objetivo deste trabalho: fundamentar a importância de se articular com o silêncio na fonoaudiologia.

Estenderemos essas reflexões às próximas duas seções (a questão do *não-dito* e do *silêncio como real*), acreditando que tais questionamentos são fundamentais para a abordagem da análise do silêncio proposta neste trabalho.

4. NÃO-DITO E SILÊNCIO

“O inefável encontra-se além das fronteiras da palavra”
G. Steiner, *Linguagem e silêncio*, p. 30

Segundo Burke (op. cit.: 162), o não-dito pode ser dividido entre aquilo que é tido como certo, o “conhecimento silencioso” de habilidades físicas que não podem ser facilmente expressas em palavras, e tópicos que são tabu. Tal interpretação nos parece um pouco delicada, pois como bem adverte Orlandi (1989: 39), silêncio e não-dito não se recobrem teoricamente.

Segundo a autora,

“A concepção discursiva de SILÊNCIO não se esgota nos limites da distinção DITO/NÃO DITO. Mesmo porque o silêncio não tem de ser referido necessariamente ao dizer para significar. Ou seja, o silêncio *significa*, ele não fala. A matéria significativa do silêncio é diferente daquela da linguagem verbal, e remeter o silêncio a linguagem verbal é modificar sua matéria significante, o que não é indiferente ao processo significativo” (Orlandi, 1989: 39)

Em *As formas do silêncio* (1995a), Orlandi aponta que o não-dito é o que pode (ou não) significar. A autora retoma a noção de não-sentido, para Pêcheux, que é fundamental para se pensar a noção de ruptura, de novo, daquilo que aponta para outro sentido: “de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do não-sentido” (Pêcheux, 1982, apud Orlandi, 1995a: 178-9). Na perspectiva de Orlandi, a análise do discurso se ocupa dessa passagem do não-sentido ao sentido.

O silêncio para Tfouni (op. cit.: 90), diferentemente de Orlandi, é sinônimo de não dito. O autor propõe pensarmos o par dito/silêncio em Orlandi como dois lados do real⁸⁹, sendo o silêncio o impossível e o dito a contigência. Podemos dizer que esta é uma outra leitura daquilo que Pêcheux trabalha ao desenvolver a noção de real da língua em *Estrutura ou acontecimento* (conforme destacaremos na próxima seção).

No nosso ponto de vista, a tomada do silêncio como não-dito feita por Tfouni tem a função de articular a categoria do não-dito com a noção de impossível (de se

⁸⁹ Conforme veremos na próxima seção.

dizer). Nosso interesse ao trabalharmos com a categoria do não-dito é destacar que o silêncio não se resume à idéia de não-dito, visto que o silêncio tem a qualidade de abrir possibilidades interpretativas, o que nem sempre ocorre com a instância do não-dito. Parece-nos de fundamental importância que a fonoaudiologia possa perceber que o não-dito não se refere simplesmente àquilo que não foi falado porque o falante não quis ou não “conseguiu” dizer, mas que remete à instância do impossível mesmo. A tarefa do fonoaudiólogo, portanto, não é tentar “domesticar” este impossível, mas poder articular o silêncio como uma via significante.

5. SILÊNCIO COMO REAL

“La mayoría ignora lo que no tiene nombre, la mayoría cree enunciado la existencia de todo lo que tiene un nombre”. P. Valéry, apud Rella, *El silencio y las palabras*, p. 147.

Authier-Revuz (1994) afirma que, como resposta à ferida da falta do dizer – o sonho do dizer sem falta, o silêncio do não-dizer, a escritura como adesão à ferida do dizer – abre-se o campo da *negociação* cotidiana dos enunciadores em seu dizer – suas falas, seus escritos mais diversos. A autora aponta o quanto esta falta afeta aquele que fala:

“Esta resposta, é no fio do dizer, pontualmente, que a encontramos, nos “laços” meta-enunciativos de um dizer que retorna reflexivamente sobre um ponto de seu desenvolvimento, para, no tempo deste “laço” – o de uma interrogação: *é esta a palavra?*, de uma crítica: *a palavra não convém*, de uma aceitação: *isto que eu chamarei na falta de algo melhor*, de uma renúncia: *eu não encontro a palavra...* – suspender o “que vai por si mesmo” sob o modo pelo qual parece dar-se normalmente a nomeação, inscrevendo nela explicitamente, a *falta*.” (1994: 254-5)

De fato, a ilusão de um dizer sem falta é subjacente à idéia de transparência da linguagem. Authier-Revuz destaca que a invenção de línguas artificiais é uma tentativa de ultrapassar esta impossibilidade de se dizer tudo. De acordo com a autora, as línguas artificiais “...nomeiam “bem” as coisas, sem perda, sem desvio, restituindo por aí mesmo aos sujeitos, fantasmaticamente, esta coincidência consigo mesmos que, constitutivamente, lhes interdita sua língua real” (op. cit.: 254).

Febrion-Piguet (1989: 141), psicanalista francês, em seu texto “O silêncio como figura do excesso”, alerta que o silêncio como real não abriga nenhum saber. Mais uma vez destacamos o cuidado de, ao se lidar com o silêncio, não buscarmos a ilusão de apreensão de uma verdade.

Segundo Tfouni, o silêncio consiste no real, pois trata-se de um impossível inscrito na linguagem, que a estrutura. Assim, conforme já destacamos, a linguagem não seria estruturada por regras como convenções, mas haveria um impossível que organizaria o dizível. Tomando as palavras de Tfouni, “o impossível não se diz, logo, se diz outra coisa” (op. cit.: 100).

Retomando o que vimos anteriormente, Pêcheux (1997: 29), sob efeito dos trabalhos de Milner, aponta para um real como contingência – o real da língua é o impossível...que seja de outro modo.

Baseado nesta questão, Tfouni muito bem coloca:

“...o silêncio, como real, não pode se atualizar como um todo: tem que sobrar algo não atravessado pela linguagem, (um resto?). E, para haver dizer é preciso que não se diga tudo. O silêncio é o espaço do múltiplo, é a condição de vir-a-ser do discurso, onde o real, as coisas, “estão lá”, mas não se pode falar delas.” (op. cit.: 96)

Esta parece-nos uma questão instigante para a fonoaudiologia: como conceber um não-saber total sobre a linguagem? Isto que a categoria de *real* atualiza, ou seja, o silêncio como condição de via-a-ser do discurso, impede o acesso ao ideal de transparência da linguagem almejado pelo fonoaudiólogo em uma perspectiva “*Colcha de Retalhos*” ou “*Interdisciplinar*”.

Em Orlandi, encontramos a seguinte abordagem da relação entre o silêncio e aquilo que os autores chamam de real:

“...o silêncio é matéria significativa por excelência, um continuum significativa. O real da significação é o silêncio. E como nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma outra afirmação que sucede a essa: o silêncio é o real do discurso.” (1995a: 31)

Dessa forma, podemos dizer que, se a fonoaudiologia puder articular a questão

do silêncio com a noção de real, suas certezas acerca da significação das palavras e dos silêncios necessariamente ficaro abaladas. E acreditamos que esse movimento, árduo e trabalhoso, é possível a partir de uma perspectiva fonoaudiológica de “entremeio”.

Tfouni (op. cit.:102) aponta que haver um silêncio contínuo, um real da significação leva a pensar que algo desse contínuo sempre fica fora do dizer e possibilita que haja sempre mais dizeres por proibir seu fechamento, impedir o fechamento do sentido. Isso quer dizer que há sempre algo do real que não se atualiza na linguagem. E esse algo seria o furo do real, como nos diz Pêcheux (1997: 43).

Destacamos que a importância da noção de silêncio como real para este trabalho é marcar a idéia do impossível de se dizer tudo. Da mesma forma com que sublinhamos a noção de *real da língua*, desejamos apontar para a impossibilidade de saturação do sentido via silêncio. Ao destacarmos, através do estudo sobre o silêncio, a impossibilidade de se dizer tudo, enfatizamos também o perigo que seria realizar uma “tradução” cristalizada sobre o sentido do silêncio. Conforme apontamos no início deste capítulo, tomar o silêncio como panacéia para a questão da significação em fonoaudiologia seria de todo um equívoco.

6. SILÊNCIO E SILENCIAMENTO

Ao se trabalhar no âmbito do silêncio, julgamos necessário demarcar com que *tipo* de silêncio estamos lidando. No entanto, julgamos importante inicialmente realizar um revisão acerca da tipologia do silêncio encontrada na bibliografia consultada ao longo deste trabalho.

Encontra-se em Orlandi (1995a: 23-4) uma classificação para os tipos de silêncio, conforme segue:

- 1) O SILÊNCIO FUNDADOR: é aquele silêncio que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo ao significante, produzindo as condições para significar. Aqui entra o espaço para o duplo sentido, para a ambigüidade, para o incompleto da linguagem. Sobre este tipo de silêncio a

autora diz que “...indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz, ...”. Ele é a própria condição da produção do sentido. Não é o vazio, mas o indício de uma totalidade significativa (delineia-se assim o vazio como horizonte, ao invés da falta). Para falarmos é necessário o silêncio: ele dá fundamento ao sentido que reatualizamos falando.

2) A POLÍTICA DO SILÊNCIO: que se subdivide em:

2.1) SILÊNCIO CONSTITUTIVO: o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer, uma palavra apaga necessariamente as outras palavras. Aqui podemos pensar nas situações que não se diz algumas coisas propositalmente, para causar um efeito de silenciamento.

2.2) SILÊNCIO LOCAL: se refere à censura (local) propriamente, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura.

Realizando uma analogia da tipologia proposta por Orlandi com a fonoaudiologia, podemos pensar que muitos sintomas de fala ou de linguagem dos pacientes em tratamento fonoaudiológico podem ter relação com o que a autora aponta como *silêncio constitutivo*. Percebemos este silêncio na clínica fonoaudiológica como uma forma de silenciamento daquele sujeito, naquelas circunstâncias. O silêncio aqui pode ser uma forma de fazer dizer uma coisa, para que não se digam “outras”. Orlandi aponta que esta é a dimensão política do silenciamento. Talvez se possa ilustrar com a seguinte “máxima” do discurso fonoaudiológico: “ele não fala (do lugar em que se **espera** que ele fale⁹⁰)”.

Assim como Orlandi, González destaca que todo discurso social é uma luta em que a tradição lingüística e os detentores do poder significante impõem certos sentidos e silenciam outros. González (op. cit.: 33) convida a pensar a questão do poder não só em nível de poder público, visto que em todas relações de assimetria entre duas pessoas existe uma situação de poder latente (há micropoderes na família, grupo, trabalho e na situação terapeuta-paciente). Na perspectiva desse autor, todas as relações

⁹⁰ Poderíamos pensar essa como uma forma de silenciamento antecipatório do filho no discurso dos pais.

sociais de qualquer nível estão regidas por normas tácitas e leis do silêncio. Nesse ponto, Gozález retoma Ortega quando diz: “A língua em sua autêntica realidade, nasce e vive e é como um perpétuo combate e compromisso entre o querer dizer e o ter que calar” (op. cit.: 41).

O autor põe em questão seu jogo de palavras (o significado do silêncio e o silêncio do significado), afirmando que mesmo quando não se diz nada, o que se faz revela algo de quem diz, conscientemente ou não. Cada vez que sento numa cadeira, mostro, sem dizer, que entendo o que é uma cadeira no sentido corrente (op. cit.: 36).

Del Pino⁹¹ (op. cit.: 80), de certa forma, também trabalha com a distinção silêncio/silenciamento. Para o autor, o silêncio é *atuação silenciosa*, por isso sente necessidade de falar do “silente”, do que está em silêncio, do que guarda silêncio, do que cala por que quer, porque deve calar, porque se lhe impõe guardar silêncio ,etc.

Esse autor trabalha muito apropriadamente a questão, apontando que o silêncio é um fazer, um dizer que se expressaria através do seguinte paradoxo: *no silêncio não se diz (verbalmente) nada, mas se diz (extraverbalmente) que não quero, ou não devo, ou não posso dizer aquilo que calo* (op. cit.: 80).

Em Castilla Del Pino (1992: 81), encontramos a descrição de duas formas verbais:

Estar em silêncio: permanecer calado, estar calado enquanto o outro ou os outros fazem uso da palavra. O autor define esta como uma atitude de escassa ou nula participação na interação verbal. Pode ser *passageiro* (processo momentâneo da interação) ou *permanente* (em todas as interações do sujeito, algo como “ser calado”). É interessante perceber o caráter adjetivado da expressão – silencioso, calado – que, segundo o autor, remete a uma identidade do sujeito. O autor destaca que esta forma estaria ligada a um caráter intransitivo: seja o silêncio passageiro ou permanente, trata-se de silenciar a alguém.

Silenciar: calar algo, deixar algo sem dizer, guardar silêncio, não ante uma

⁹¹ Carlos Castilla Del Pino trabalha com a questão do silêncio no processo de interação comunicacional entre os sujeitos.

interação qualquer, mas ante a alguns conteúdos específicos. O que guarda silêncio não é, necessariamente, um silencioso, mas alguém que cala algo que não quer, não deve ou não pode dizer. Porém, ainda segundo o autor, silêncio pode ser o resultado de um processo impositivo, frente ao qual ao sujeito não resta outra possibilidade senão estar calado.

Desta maneira, percebemos que, para Del Pino, o silêncio não é não-dizer, mas calar, silenciar aquilo que não se quer, não se deve ou não se pode dizer. Pode-se perceber que para o autor (assim como para Orlandi), o silêncio é uma opção (nem sempre consciente) entre dizer/falando e dizer/calando.

Para trabalharmos a noção de silêncio que repercute sobre o fazer fonoaudiológico, propomos lançar mão de uma categorização que considere diferentes instâncias que podem levar o paciente a estar que em silêncio, conforme segue:

- Silêncio *funcional* : ocasionado por etiologia orgânica ou funcional que justifique o “não falar” de um sujeito, como, por exemplo, em uma deficiência mental muito grave, em uma paralisia cerebral, em quadros afásicos.
- Silêncio *ligado a uma posição subjetiva*: ocasionado pela dificuldade subjetiva do sujeito dar conta de uma inscrição simbólica de seu dizer para o Outro, como no caso de alguns quadros de psicose e de autismo.
- Silêncio *de resistência*⁹²: aparece como resposta à interlocução com vozes que “exijam” que o sujeito fale. Justamente aí, ao estar em silêncio, o sujeito marca uma forma de estar na linguagem. Acreditamos que há aqui uma injunção que leva o terapeuta a “fazer o paciente falar”. Ecoam aqui, conforme destacamos no primeiro capítulo, as vozes da pedagogia, da medicina, da lingüística, do discurso científico, da técnica, que aliam-se à demanda da família e à inquietação (e cobrança) do fonoaudiólogo em situação terapêutica. Este silêncio seria, então, “uma resposta” a uma

⁹² Resistência aqui não tem necessariamente uma conotação consciente. Trata-se, muitas vezes, de uma

imposição: o paciente cala porque dele exige-se que ele fale.

- Silêncio *como inibição*: aparece como dificuldade ou impossibilidade do sujeito dizer algo para o outro. Este silêncio muitas vezes aparece como resposta a uma antecipação discursiva acerca de seu lugar enunciativo. De acordo com os pressupostos de Orlandi (1995a), propomos chamar esta forma de um *efeito de silenciamento*. Passaremos, a seguir, a uma ilustração sobre o que se pode pensar acerca do silêncio “como inibição” na clínica fonoaudiológica.

Baralo (1995), fonoaudiólogo argentino, ilustra uma situação clínica de um menino cujo enunciado dos pais era “Federico no puede hablar...”. Baralo alerta que o sentido do enunciado poderia estar ligado a um conjunto de observações clínicas objetivas, observáveis, mas este não era o caso (foram descartadas as hipóteses fisiológicas). Segundo Baralo, “la dirección del ...no puede hablar... era otra. Era, sin más, una prohibición” (op. cit.:40). O autor relata ainda o caso de uma menina (op. cit.: 41) que ficava por longos momentos em silêncio durante a sessão. A menina, filha única, vivia em um ambiente de poucas palavras, visto que as entrevistas com seus pais também transcorriam com longos momentos de silêncio (o pai da menina chega a referir que no decorrer do dia não utiliza mais que dez palavras). Baralo analisa o silêncio da menina como privação, pobreza, vazio. E o autor pergunta: “Para quién hablar?”. Certamente nos exemplos trazidos por Baralo, e sucintamente aqui apresentados, a instância do silêncio tem particularidades.

Não podemos querer uma padronização que cristalice uma leitura literal sobre o silêncio na clínica fonoaudiológica. Ao contrário, ao propormos esta categorização, desejamos apontar para a multiplicidade das formas com que o silêncio se apresenta no fazer fonoaudiológico.

Passaremos agora a abordar os efeitos do silêncio no âmbito clínico fonoaudiológico.

resposta inconsciente do paciente ao fonoaudiólogo, à família, à situação.

7. SILÊNCIO E FONOAUDIOLOGIA

“É impossível expressar tudo claramente, mas é necessário falar” (F.Rella, *El silencio y las Palabras*, p. 97)

A questão da forma com que o silêncio é tomado no âmbito da fonoaudiologia é o grande questionamento deste trabalho. Com certeza, não se trata de uma questão pacífica. Temos percebido que, para a grande maioria dos fonoaudiólogos, ele é visto como um incômodo, um entrave no caminho deste profissional. Como já abordamos na seção 2 deste capítulo, este parece ser um sintoma de nossa contemporaneidade.

Sabe-se que não há discurso sem lacuna, pois não se pode significar tudo ao mesmo tempo. Encontra-se em Bally (apud Haroche, 1992), discípulo de Saussure, uma importante contribuição para a reflexão acerca da forma como a fonoaudiologia toma a construção de sentido (e não de *sentidos*), na atividade linguageira do sujeito. Segundo Bally,

“...a voz humana pode pronunciar apenas um som articulado a cada vez; os sons materiais precisam se justapor e se suceder sobre a linha do discurso; este deveria pois ser linear pelos significantes /.../ e o bom senso pediria igualmente que a esta linearidade dos significantes correspondesse uma linearidade **paralela**⁹³ dos significados, ou seja, que a cada palavra pronunciada respondesse um valor **único**”. (apud Haroche, 1992: 115)

Tal ideal de um pensamento claro, nítido ligado a um enunciado também ele transparente e explícito tem ressonâncias um tanto constantes no discurso da fonoaudiologia.

Encontramos também na Gramática Larousse Contemporânea (apud Haroche, 1992: 136) uma definição de frase que ajuda a ilustrar o ideal de transparência defendido pelos gramáticos (e que também tem seus efeitos no discurso do fonoaudiólogo): a frase “...responde a critérios de “sentido” [ela] está apta a representar para o ouvinte o *enunciado completo* de uma idéia concebida pelo sujeito falante”. Buscando uma analogia com a fonoaudiologia, percebemos que a noção de *enunciado completo* garantindo uma leitura literal dos sentidos, repercute como um apagamento do

⁹³ Os grifos são nossos.

silêncio como matéria significativa. O sentido só seria garantido através de “enunciados completos” e “explícitos”.

Pensando em termos do discurso fonoaudiológico, as concepções são marcadamente positivistas, uma característica evidente no discurso científico. Normand (apud Haroche, 1992: 168) coloca que o discurso científico tem necessidade de excluir a falta. Sendo então um discurso que se caracteriza pela falta da falta, torna-se um discurso fechado.

É, no entanto, em uma citação de Milner (1987) acerca da gramática que se tem a impressão de que o autor poderia estar tranqüilamente se referindo à classe científica fonoaudiológica. Coloca o autor:

“Escapando à ciência, a gramática não tem de ser não contraditória ou homogênea; por isso a completude que ela persegue pode ser obtida através de qualquer artifício. Do mesmo modo, o não tudo que marca seu domínio não lhe opõe nenhuma dificuldade: é-lhe suficiente cobrir a falta com qualquer remendo; assim o sentimento de uma língua em que, implicitamente ou não, se apoiam caracteristicamente todos os gramáticos, dignos desse nome, lhes garante que, qualquer que possa ser sua própria insuficiência, a completude da língua está presente em cada um dos sujeitos que a falam”⁹⁴. (Milner, 1987, apud Haroche, 1992: 169)

Quando Milner coloca que parece satisfazer ao gramático - e aqui leia-se “ao fonoaudiólogo” - ser suficiente cobrir a falta com qualquer remendo, há um convite inevitável a que se escute ali o discurso do fonoaudiólogo em relação ao seu trabalho terapêutico com o paciente, o que reflete a forma dele lidar com o silêncio. Percebemos a necessidade e a urgência com que o fonoaudiólogo busca recursos fonéticos, fonológicos ou gramaticais palpáveis para suprir os sintomas de omissão, distorção e inversão na fala dos pacientes. Dessa forma, percebemos que o espaço para o silêncio como elemento estruturante da significação fica suprimido em detrimento da necessidade do fonoaudiólogo prover o paciente de palavras. No entanto, muitas vezes, é justamente na possibilidade do fonoaudiólogo suportar o sintoma de linguagem de seu

⁹⁴ Sobre esta colocação C. Haroche faz uma crítica apontando que existem pressupostos ideológicos que fundam a noção (até certo ponto necessária) de completude da gramática.

paciente⁹⁵ que se estrutura uma possibilidade de evolução clínica.

Milner coloca também, na apresentação do trabalho de C. Haroche (1992), que “instala-se uma irreduzibilidade entre interioridade indizível e exigência de literalidade, de transparência e de desambigüização do enunciado”. Suas palavras são um tanto esclarecedoras da posição positivista da fonoaudiologia frente a sua concepção de linguagem. O ideal de transparência da linguagem e necessidade de preencher todos os espaços com palavras têm sido os norteadores implícitos da prática clínica fonoaudiológica. Não negamos aqui a necessidade de determinação de uma língua, a questão que sublinhamos é esse imperativo ter efeitos aniquiladores em termos da fala de um sujeito. O risco que aí se corre é o do aniquilamento de um espaço de reflexão e de interpretação para o paciente. O efeito que se observa na fonoaudiologia tradicional é o de silenciamento do sujeito. Silenciamento de um *poder-dizer* em virtude de um *ter-que-dizer* conforme modelos e previsões literais de seu terapeuta. É justamente com esse espaço do imprevisível, do não sistemático, do poder-dizer que não se vê o fonoaudiólogo lidar.

No momento em que passamos a lidar com os deslocamentos de sentido na linguagem é que o abalo na base da fonoaudiologia produz maiores conseqüências. Quando se questiona a univocidade, colocando em questão a fronteira do lingüístico, a fonoaudiologia parece ficar sem respostas. Haroche (op. cit.: 42), ao lidar com a questão dos enunciados incompletos⁹⁶, aponta a constatação de uma inadequação entre “forma” e “sentido” (que é inerente ao próprio funcionamento da linguagem).

A idéia de inadequação, apontada por Haroche, remonta à noção de que na origem teria existido uma língua perfeita⁹⁷. Essa suposição platônica de uma língua

⁹⁵ Agradeço a Diana L. Corso pelo precioso apontamento.

⁹⁶ E aqui abre-se um lugar especial para pensar os pacientes em atendimento fonoaudiológico.

⁹⁷ A este respeito é valiosíssima a visita ao texto da Torre de Babel, no Antigo Testamento:

“Em toda a Terra havia somente uma língua, e empregavam-se as mesmas palavras. Emigrando do oriente, os homens encontraram uma planície na terra de Sennar e nela se fixaram. Disseram uns para os outros : Vamos fazer tijolos, e cozamo-los ao fogo.” Utilizaram o tijolo em vez de pedra, e o betume serviu-lhes de argamassa. Depois disseram: “Vamos construir uma cidade e uma torre cuja extremidade atinja os céus. Assim, tornar-nos-emos famosos para evitar que nos dispersemos por toda face da Terra.” O Senhor, porém, desceu, a fim de ver a cidade e a torre que os filhos dos homens estavam a edificar. E o Senhor disse: “Eles constituem apenas um povo e falam uma única língua. Se principiaram desta maneira, coisa nenhuma os impedirá, de futuro, de realizarem todos os seus projetos. Vamos, pois, descer e confundir de tal modo a linguagem deles que não se compreendam uns aos outros.

E o senhor dispersou-os dali para toda a face da Terra, e suspenderam a construção da cidade. Por isso,

perfeita, idealizada, parece servir de pano de fundo para o trabalho fonoaudiológico. Nesse contexto, ao silêncio certamente não resta espaço.

Courtine & Marandin (1981: 24) propõem algo que abala a noção de linguagem como algo transparente. Os autores colocam a indagação “por que falamos a mesma língua e falamos diferente?”. Aqui a noção de silêncio como *real*, marcando o *impossível de se dizer tudo*, é um articulador importante para as reflexões fonoaudiológicas que propomos neste trabalho: embora falemos a mesma língua, não temos acesso pleno ao dizer do outro. Mobilizar a instância do silêncio⁹⁷ é, para nós, fundamental para demarcar uma escuta não-transparente na fonoaudiologia.

Encontra-se também no trabalho de Milner (1987) uma série de colocações que abalam a noção de transparência da língua. Milner (op. cit.:18) afirma, conforme já destacamos no capítulo 3, seção 3, que o fato da língua consiste em que na língua há o impossível: impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira. Segundo o autor, falar de língua, e de partição, é colocar que não se pode dizer tudo. Vale a pena abordar ainda a contribuição de M. Safuoan (apud Haroche, 1992: 172), no que se refere à relação entre sujeito e linguagem numa perspectiva de não todo. O autor afirma: “Os efeitos da linguagem sobre a estruturação da subjetividade se resumem no fato de que a linguagem introduz uma falta, que é uma falta de ser...”. A concepção de falta aqui é de grande valia para o propósito deste trabalho. Esta falta, que é constitutiva do sujeito e da linguagem, muitas vezes está representada na cena clínica fonoaudiológica por um silêncio. Se pensarmos que a tendência na fonoaudiologia é a de suprimir os silêncios a qualquer preço, podemos imaginar que se está

lhe foi dado o nome de Babel, visto ter sido lá que o Senhor confundiu a linguagem de todos os habitantes da Terra, e foi também dali que o Senhor os dispersou por toda a Terra.”

Vale a pena citar também a nota de rodapé apontada nesta passagem:

“Origem da diversidade de línguas: estes 11 primeiros capítulos do Gênesis, procuram explicar as origens: origem do mundo, origem do homem e da mulher, origem dos animais e das plantas, origem do mal, origem das dores do parto, origem das duas artes do tempo; agricultura e vida pastoril, origem do vinho, etc. Nessa narração procura-se uma explicação da origem da diversidade de línguas. O agiógrafo vê esta diversidade como um mal, pois coloca-lhe na base um pecado. Em Babel, os homens dividem-se falando muitas línguas; no Pentecostes, natal da igreja, o Espírito reúne os homens que falam línguas diferentes. Babel ou Babilônia, cidade da idolatria, do comércio e do poder, procurada por muitos mercadores, vindos de vários países, é uma confusão de línguas. Na igreja, na nova Jerusalém, cidade santa de Deus, os povos, vindos dos 4 pontos do globo, entendem-se falando todas as línguas.”

desconsiderando um elemento que pode justamente simbolizar a impossibilidade de um saber total sobre a linguagem.

A questão torna-se ainda mais interessante, ao darmos conta de que o fonoaudiólogo trabalha justamente neste enlace entre sujeito, linguagem e falta. O trabalho fonoaudiológico envolve um sujeito em sofrimento com seu sintoma de linguagem. Se nossa prática clínica conseguir articular as noções de sujeito descentrado, de linguagem não-transparente e de sintoma como alteração, estaremos nos direcionando para uma forma mais interessante de fazer fonoaudiologia. A fonoaudiologia, a partir do momento que puder lidar com as noções de sujeito e de linguagem referidas à instância da não-completude, tomando o silêncio como um elemento significativo, vislumbrará um fazer clínico mais próximo daquilo que Milner chama de *atividade linguageira* do sujeito (e, no caso da fonoaudiologia, atividade linguageira do paciente).

Courtine (1999) em muito nos auxilia com a noção de *repetição vertical*. Segundo o autor, a repetição é fortemente lacunar, portanto cheia de presenças e ausências. Isso nos faz lançar uma reflexão sobre a noção de heterogeneidade: um saber pode migrar lacunarmente (não migra por inteiro), por isso ele muda de sentido. Pensamos ser essa uma reflexão fundamental na questão do silêncio na clínica fonoaudiológica. A tomada da noção de *repetição vertical* como constituída de presenças e ausências provocaria na fonoaudiologia uma drástica mudança. A aplicação de testagens e instrumentais terapêuticos de forma padronizada para *todos* os pacientes gera um apagamento dos saberes que migram via *ausência* (ou seja, em silêncio) em detrimento dos que migram via *presença*. Conforme apontamos acima, para que a fonoaudiologia articule questões entre o sujeito e a linguagem é necessário repensar a questão do controle do sujeito sobre si mesmo e sobre os deslocamentos dos sentidos de seus enunciados. Esses deslocamentos só podem ser “escutados” se não houver um saber apriorístico (como o proposto por alguns testes ou técnicas reabilitadoras) acerca dos sentidos. E acreditamos que é justamente o não-saber total sobre a linguagem, que o silêncio constitutivo atualiza, o articulador dessa escuta.

É interessante observar que a tendência da fonoaudiologia vai no sentido de

⁹⁸ Aqui estamos falando do *silêncio fundador*, segundo Orlandi (1995a: 14).

ocupar espaços lingüísticos a qualquer preço, denegando as lacunas. O fonoaudiólogo titubeia entre o dizer e o não dizer, mas sua opção sempre se dá na direção do dizer tudo e dizer “claro”, parecendo esta reação um certo tipo de *fobia* ao “não dizer”. Nesta concepção, o silêncio fica como resto da linguagem. Orlandi (1995a) afirma que

“... há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer. Esta dimensão nos leva a apreciar a errância dos sentidos (a sua migração), a vontade do “um” (da unidade, do sentido fixo), o lugar do *non sense*, o equívoco, a incompletude (lugar dos muitos sentidos, do fugaz, do não-apreensível), não como meros acidentes da linguagem, mas como o cerne mesmo de seu funcionamento” (op. cit.: 12)

Um dos pontos levantados por Fierro (op. cit.: 54) é que grande parte de nosso pensamento é de natureza lingüística ou, mais genericamente, de natureza simbólica; é pensamento vinculado a palavras, símbolos e signos. Mas destaca o autor que não há isomorfismo entre pensamento e linguagem, não há correspondência biunívoca entre unidades sêmicas e mentais. A correspondência não se dá entre unidades, mas entre conjuntos de signos e de representações mentais.

Um dos efeitos desta não-correspondência entre pensamento e linguagem, segundo Fierro, leva-nos à impressão de que o pensamento é sempre irredutivelmente inexpressável pela palavra.

Rella⁹⁹ (1992: 170) chama a atenção para o fato de que se nos primórdios vivemos tempos de poucas palavras, agora convivemos com a hiperdenominação, um excesso de denominação, que é o último fundamento lingüístico de toda tristeza e (do ponto de vista das coisas) de todo emudecer. Desde um questionamento da filosofia, o autor percebe a tendência a hiperdenominar para hiperdeterminar.

Já Orlandi (1996c) destaca que o ato de nomear tem implicações ideológicas decisivas. Segundo a autora, a função silenciadora da fala “dirige” o interlocutor. Ainda de acordo com Orlandi (op.cit. : 275), a fala pode ser silenciadora quanto ao “que se diz”, pois em certas situações, se fala para não se dizer certas coisas, nesse

⁹⁹ Franco Rella, em seu livro “O silêncio e as palavras”, articula questões do pensamento filosófico e literário para refletir sobre a instância do silêncio na modernidade.

sentido ela é silenciadora enquanto domínio do mesmo.

Orlandi trabalha o mesmo tema no texto “*Silêncio e implícito*” (1989: 42), no qual fala no processo de denominação como um processo de produção do silêncio. Segundo a autora, toda denominação acarreta um silêncio que o próprio fato de nomear acarreta. Toda fala instala espaços de silêncio e para ela, o ato de nomear recorta esses espaços, definindo-os. Do ponto de vista da fonoaudiologia isto permite-nos pensar os excessos de determinação no âmbito clínico dirigido, que propõe que o paciente repita palavras “cuidadosamente escolhidas” pelo fonoaudiólogo (muitas vezes provocando um “silêncio de resistência”, conforme apontamos na seção 6 deste capítulo). Observamos aqui o silenciamento do paciente “provocado” pelo fonoaudiólogo através do “controle” antecipado dos signos que devem circular no espaço terapêutico.

Ao dizermos que as palavras “cuidadosamente escolhidas”, tal como aparece em algumas propostas de trabalho fonoaudiológico, afastam a possibilidade de se trabalhar com o discursivo, estamos apontando que elas desconsideram o espontâneo no âmbito da fonoaudiologia clínica. A este respeito, lembro-me de um paciente que iniciou a produção do fonema /r/ em posição de final de sílaba na iminência de poder enunciar o palavrão “merda”. Esse menino, criado em um ambiente familiar extremamente rígido e controlador, encontrou no espaço fonoaudiológico uma possibilidade de aceder a um dizer antes silenciado. Acreditamos que o “desvelamento” do tabu¹⁰⁰ frente ao palavrão permitiu ao paciente experimentar a produção de um som até então inibido em seu sistema fonológico.

Authier-Revuz nos coloca de frente com a inevitável resignação que a não-totalidade acerca dos efeitos de sentido da linguagem nos colocam, já que, segundo a autora, é impossível dar a cada singularidade seu próprio nome. Em alguns casos, no entanto, compõe o trabalho clínico fonoaudiológico lidar com neologismos como

¹⁰⁰ A questão referente ao “tabu” tem nos chamado atenção no que diz respeito à língua estrangeira. Em algumas casos de pacientes com alterações de fala, temos percebido que o uso de uma língua estrangeira de importante valor para a família do paciente (geralmente a ascendência), tem sido um significativo articulador clínico. A colocação em cena de alguns signos lingüísticos da referida língua no âmbito clínico tem possibilitado a muitos pacientes superarem a dificuldade de fala que justificou o atendimento fonoaudiológico. Esta questão de velamento/desvelamento de uma língua estrangeira na fala do sujeito é trabalhada por Payer (1999), como uma forma de silenciamento, na ordem do discurso, da língua de

estruturantes de determinados momentos evolutivos do paciente. Nos casos de afasia e de psicose e em alguns quadros de deficiência mental isso acontece com relativa freqüência. É necessário que o fonoaudiólogo possa compreender a importância desta criação idiossincrática do paciente como um momento clínico importante. Muitas vezes, ao silenciarmos os neologismos de nossos pacientes, estamos também limitando a possibilidade desse sujeito se conceber como um falante.

Rella (op. cit.: 199) também adverte que não se trata da tentativa de construir novas palavras, para que nelas o que está mudo possa falar. Segundo o autor, o que abre caminhos para esta questão é trabalhar um acesso possível pela via de uma escuta sempre original. É justamente desta escuta original que falávamos acima. Ao invés de silenciar, poder escutar certos dizeres “esquisitos”. Dessa forma, pensamos que enquanto em uma perspectiva *colcha de retalhos* ou *interdisciplinar* o fonoaudiólogo “ensurdece” para esses dizeres “esquisitos”, em uma perspectiva *entremeio* o trabalho se dá justamente com a valorização da escuta desses dizeres. Enfatizamos, portanto, que trabalhar com o silêncio no terreno fonoaudiológico não é sinônimo de silenciar sempre. Ao contrário, muitas vezes trata-se de pôr em circulação sentidos possíveis de um dizer com alterações.

Inspirado em Lacan, González (op. cit.: 43) demonstra uma posição que vai no mesmo sentido daquela proposta por Rella. De acordo com González, cada vez que queremos explicar com palavras o significado que dá sentido a um significante, o que fazemos é criar um novo significante - novas palavras - que automaticamente encerra um novo significado, que pode ser expressada por sua vez em novos termos, e assim indefinidamente. Isso mostra o desejo metonímico, segundo o qual o significado nunca se deixa apreender totalmente. O autor destaca ainda que o chamado cárcere da linguagem é “cárcere da comunicação” mas não do pensamento, pois entendemos e intuimos sempre muito mais do que dizemos. Algo sempre ficará em silêncio. González utiliza uma interessante metáfora na qual sugere que o que se é capaz de pensar sobre o cárcere já está mentalmente fora dele e que toda fuga do cárcere exige o uso dos próprios muros e dos próprios lençóis dele.

A este respeito, Orlandi também esclarece:

“... procurando entender a materialidade simbólica específica do silêncio, pudemos alargar a compreensão da nossa relação com as palavras. Esse laço, assim compreendido, nos indica que não estamos nas palavras para falar delas, ou de seus “conteúdos”, mas para falar *com elas*.” (1995a: 14-5)

Orlandi propõe que ao se trabalhar com o silêncio, destaque-se sua relação com a significação, para que assim se dê o descentramento da linguagem verbal. Nas palavras da autora, “o homem está irremediavelmente destinado a significar mas para tal ele não está necessariamente obrigado a falar” (1989:40).

A questão verbal/não-verbal também é trabalhada por Henry (op. cit.: 156): “Aparentemente, a fala não supõe necessariamente a linguagem na medida em que ela inclui o silêncio, /.../ na medida ainda em que a criança tem a palavra bem antes... de falar”. Segundo o autor, trata-se de uma “fala não-verbal”. O autor destaca ainda que a primazia da “fala verbal” já havia sido percebida por Freud, apontando que este “...pressentiu, rapidamente, que por mais verbal que ela seja, a fala verbal pode ser apenas fala ou ter primeiro que ser entendida como tal”(op. cit.: 156).

Calil (1998: 58), de certa forma, trabalha esta questão desde o viés da rasura no texto escrito. O autor fala da necessidade de se pensar a rasura como coisas que sobram, que transbordam, que não cabem no texto, no enunciado, mas que deixam uma espécie de indicação, de pista, de rastro. Segundo ele, “Isso não é demonstrável, mas mesmo ausente se faz presente através de seus efeitos” .

Ao depararmos-nos com a leitura acerca da rasura feita por Calil, encontramos aproximações com o que se passa na relação fala/silêncio, no âmbito fonoaudiológico:

“O sentido do termo *rasura* está fortemente ligado à escrita. Ao se falar em rasura tem-se a imagem de um texto com marcas, rabiscos, borrões, setas, asteriscos, chaves etc. Algo que foi escrito e rasurado, posto à margem, mas que apresenta uma certa resistência pois continua presente e produzindo efeitos, embora se mostre através do silenciamento, do apagamento, do deslocamento, da negação daquilo que estava lá ou que poderia estar” (op. cit.: 58-9).

Calil observa que a rasura é geralmente tomada como algo transparente,

evidente, natural. Propomos pensar o funcionamento da rasura tal como proposta por Calil, deslocando a noção para “rasura oral”¹⁰¹. Pensamos a rasura oral de forma semelhante, como uma forma de anulação do silêncio, uma tentativa de transformar a fala em algo transparente. Acreditamos que as reticências, as hesitações, as reformulações muitas vezes são tentativas de ressituar um silêncio que está sob efeito dos deslizamentos de sentido. O próprio autor chega a trabalhar esta questão ao falar das reformulações orais que o sujeito faz diante do texto. Calil propõe pensá-las como rasuras:

“Estas reformulações não teriam também modos de funcionamento que poderiam ser aproximados daqueles que as rasuras produzem, como as encontradas em manuscritos e *fac-símiles*? Será que os erros, lapsos e atos falhos marcados nessas reformulações, assim como nas rasuras enquanto marcas gráficas, não apontariam para uma tensão entre “saber” e não-saber” (Pêcheux, 1983)? (op.cit.: 61).

Acreditamos que estes espaços abertos à reformulação estão constantemente presentes no trabalho fonoaudiológico. Eles envolvem momentos de silêncio e resignificação, por isto sugerimos considerá-los como “rasuras orais”.

Neste momento, propomos uma parada para retomar a reflexão sobre o fazer do fonoaudiólogo. Fazemos nossas as perguntas propostas por Del Pino e as direcionamos à fonoaudiologia: O que queremos dizer com nosso silêncio (do terapeuta)? Como “usamos” nosso silêncio (do terapeuta e do paciente)? São perguntas necessárias, mas que justamente pelo caráter polissêmico das respostas seria um risco comprometer-se com apenas uma resposta conclusiva. Talvez a pergunta que deva retornar insistentemente ao fonoaudiólogo, sob forma de não acomodação seria: “o que quer dizer com seu silêncio aquele que se cala ante mim?” (Del Pino, 1992: 83).

Acreditamos que o silêncio aponta para um limite, que talvez seja difícil da fonoaudiologia suportar. Lembramos nesse momento as sábias palavras de Steiner:

¹⁰¹ A expressão “rasura oral” foi por nós sugerida após discussão com o autor sobre as analogias do trabalho do texto escrito com a instância da oralidade.

“A língua nos falha de maneira tão precisa.”(op. cit.: 59)

A constatação desta posição de alteridade do sujeito em relação à língua, faz-nos acompanhar Steiner em outra importante reflexão que aponta para a instância do silêncio:

“A linguagem só pode lidar, de modo significativo, com um segmento especial e restrito da realidade. O resto, e é provável que seja a maior parte, é silêncio.” (op. cit.: 40)

Percebemos que a tendência em fonoaudiologia, nas perspectivas “*Colcha de Retalhos*” e “Interdisciplinar”, é a de restituir esta sensação de não-todo provocada pelo silêncio com muita fala, tanto por parte do terapeuta, que preenche todos os espaços com fala, como ao evocar insistentemente a fala do paciente. O que ocorre aí é um aniquilamento de silêncios na interlocução terapeuta-paciente.

A questão do silêncio na relação terapeuta-paciente não traz questões apenas para a fonoaudiologia. Buscando os primórdios da história da psicanálise, encontramos o depoimento de Freud (1895) de que foi justamente sua paciente Emmy von N. quem lhe intima a “se calar” em tempos em que Freud ainda utilizava hipnose e sugestão. Segundo aponta a psicanalista Liliane Zolty (1989: 170), esta clássica paciente desvia Freud de sua demanda de saber. De acordo com Zolty, ao acolher e oferecer silêncio, Freud permitiu a emergência do saber inconsciente na análise.

Seguindo os passos dos primeiros psicanalistas pós-freudianos, encontramos Theodor Reik. Reik, em seu texto de 1926, intitulado “No início é o silêncio”, aponta que o silêncio do psicanalista pode ter diferentes sentidos. O autor destaca ainda que o analista não escuta somente o que está nas palavras, mas também o que as palavras não dizem. Segundo Reik (op.cit.: 20), na escuta psicanalítica, é importante detectar o que o discurso esconde e o que o silêncio revela.

Também refletindo sobre o silêncio na psicanálise, Marie-Claude Thomas (1989) destaca:

“O silêncio do “calar-se” é completamente diferente do silêncio da palavra que falta. Um vela, o

outro desvela, um pára, o outro recoloca em movimento, um é profundamente obscuro, o outro interpreta” (op. cit.: 77).

Assim, podemos perceber que a instância do silêncio na psicanálise também tem distintas possibilidades interpretativas. Portanto, lidar com o silêncio em psicanálise pode ter relação, de uma maneira geral, com uma posição de recolhimento, retraimento, refúgio ou resistência, conforme destaca Thomas (op. cit.: 73). É no trabalho analítico que o silêncio poderá operar como articulador de uma verdade inconsciente.

As importantes reflexões oriundas da psicanálise contribuem para nossa questão, no entanto devemos salientar a diferença de objeto em cena em cada uma das duas disciplinas. Na fonoaudiologia, propomos pensar o silêncio em sua função estruturante do dizer, em suas possibilidades discursivas e enquanto sintoma de um quadro de alteração de linguagem. Na prática terapêutica, não se trata de silenciar ao invés de preencher todos os espaços com fala. Trata-se de poder construir junto com o paciente uma possibilidade de dizer, tomando o silêncio como elemento constitutivo da linguagem.

Diferentemente, o analista silencia para não responder, para permitir que o próprio analisando busque seu saber inconsciente. Conforme destaca Lacan,

“Pois é justamente isso o que ele faz [o analista] pela fala do sujeito, mesmo simplesmente ao acolhê-la /.../ no silêncio do ouvinte. É que o silêncio comporta a fala, como vemos pela expressão guardar silêncio, que, para falar do silêncio do analista, não significa apenas que ele não faz barulho, mas que ele se cala *em vez de responder*” (1998: 353).

Na citação lacaniana é bem clara a diferença do lugar que ocupa o silêncio na psicanálise, em relação à fonoaudiologia. Ao fonoaudiólogo, muitas vezes cabe responder, preencher, porém sempre reavaliando que lugar toma seu dizer na cena terapêutica. É reconhecendo a importância de lidar com o silêncio como espaço para circulação de sentidos e não como puro vazio expressivo que o fonoaudiólogo poderá aprender a conviver com o silêncio.

É importante retomar neste momento a afirmação de Orlandi (1995a:33), que diz “... ao invés de pensar o silêncio como *falta*, podemos, ao contrário, pensar a

linguagem como *excesso*". Ao analisar o discurso fonoaudiológico, esta máxima parece ainda mais evidente. Embora a fonoaudiologia ainda não se dê conta, um sujeito em silêncio (como nos indica Orlandi, 1995a) não é um sujeito sem sentido. E a resposta do fonoaudiólogo frente a sujeitos em silêncio tende a ser a de preencher estes lugares tomados como vazio com muita verbalização.

E o que se torna questionável são justamente os excessos do fonoaudiólogo. Há uma extrema necessidade de preencher todo e qualquer espaço com palavras, como que saturando a significação. Parece que os fonoaudiólogos ainda não se deram conta da gritante diferença entre falar e significar, conforme aponta Orlandi¹⁰² (op. cit.: 36). Na política do "claro e distinto", reafirmam a tese da transparência da linguagem. Parece que, nessa perspectiva (a da grande maioria dos fonoaudiólogos), é que "um sujeito em silêncio é um sujeito sem sentido" (op. cit.: 37). Então costumam reagir a esta situação com muita fala. Preenchem todos os espaços com fala, o que cria a idéia de silêncio como falta. Com isso, perde-se a valiosa oportunidade de buscar no silêncio diferentes possibilidades de significação.

Se, em se tratando de palavras, sabemos que o sentido nunca está totalmente já lá, tanto mais quando se trata de silêncio.

É interessante visitarmos as palavras de Garcia-Roza, ao denunciar nossa reação frente à insegurança que a opacidade nos provoca:

"Procuramos sempre o que já sabemos (mas esquecemos). Desconhecimento não é ignorância. O desconhecimento mantém um compromisso com o conhecimento, diferentemente da ignorância, que nos remete para o vazio" (op. cit.: 62)

Da mesma forma, Nóbrega (op. cit.: 119) constatou na relação professor-aluno que os alunos não falam, sendo seu espaço preenchido pela fala da professora.

No entanto, o fonoaudiólogo parece não perceber um dos efeitos "indesejáveis" ocasionados por esse *excesso de fala*. Conforme Orlandi (1995a: 71), a busca da completude da linguagem, via ausência do silêncio, "...leva à falta de sentido pelo

¹⁰² Orlandi, em "As formas do silêncio" (1995a), aborda o comportamento social contemporâneo acerca do silêncio. As analogias com a questão fonoaudiológica são de nossa autoria.

muito-cheio, mesmo se, do ponto de vista estritamente sintático, há gramaticalidade.”

Orlandi (op. cit.: 37) destaca que há no social uma “ideologia da comunicação”, que se traduz pela urgência do dizer e pela necessidade de, dizendo muito, não deixar espaços vazios - como que uma garantia contra o risco (como se isso fosse possível) de que algo não fique claro (ideal de transparência). Pode-se dizer que a ideologia em que está situada a fonoaudiologia tem esta inscrição. Propomos aqui chamar esta reação verborrágica do fonoaudiólogo frente ao silêncio do paciente de “*furor loquendi*”¹⁰³.

E se, frente a uma linguagem com alterações, frente a uma fala desviante, nossa posição costuma ser *ortopédica* (ou ortofônica), preocupa-nos ainda mais nossa reação frente ao silêncio. E é a isso que vamos dedicar o próximo passo deste trabalho.

7.1 *Analisando o silêncio*

Analisar o silêncio é algo que desde o início deste trabalho causava-nos certa preocupação: como propor uma análise daquilo que não é tangível, daquilo que não aparece. A dificuldade de dar conta da “materialidade” da temática em questão foi então de certa forma apaziguada com o referencial teórico da Análise do Discurso. Se a AD propõe uma análise não literal, mas guiada por pistas, inscritas na historicidade do discurso, senti-me mais à vontade para iniciar um “mergulho” no discurso fonoaudiológico em busca de sua relação com a instância do silêncio.

Orlandi (1995a: 48) afirma que, quando se trabalha com o silêncio, não se tem marcas formais, mas pistas, traços. Como diz a autora, pensar o silêncio é problematizar as noções de linearidade, literalidade, completude. Esta questão é fundamental, pois tem efeito direto sobre o enfoque da análise que se desenvolve neste trabalho. Neste sentido, tomaremos a idéia de incompletude da linguagem como base da polissemia, pois como diz Orlandi,

“Compreender o silêncio não é, pois, atribuir-lhe um sentido metafórico em sua relação ao dizer (“traduzir” o silêncio em palavras), mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer seus modos de significar” (op. cit.: 49).

¹⁰³ “*Furor loquendi*” = furor ou fúria de falar. Agradeço à professora Lucia Sá Rebello, do departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS, pela contribuição.

O silêncio é, portanto, observado indiretamente.

Assim, para analisar o silêncio, conforme aponta Orlandi (op. cit.: 57), é preciso intervir com a teoria enquanto crítica. O método deverá ser histórico, ou seja, discursivo, e retomado pelo viés da interdiscursividade - nos entremeios, nos reflexos indiretos, nos efeitos. Pensando clinicamente, talvez um caminho seja a fonoaudiologia deixar de procurar marcas ditadas pelo imperativo de uma língua ideal e passar a “escutar” pistas diluídas no discurso do sujeito.

Orlandi (op.cit.: 57-8) propõe três formas para se estudar o silêncio:

- Trabalhar com a noção de completude/incompletude e, por esta via, por exemplo, desenvolver relação de elipse/incisa.
- Analisar as “figuras” produzidas como “sintomas” da marginalização do silêncio nos processos de significação.
- Pôr em relação múltiplos textos (intertextualidade), pela análise das paráfrases.

Neste trabalho, aprofundamos a segunda perspectiva, pois nossa hipótese principal destaca a marginalização do silêncio como processo de significação no discurso fonoaudiológico. Para isso, certamente passamos por questionamentos acerca da completude/incompletude (remetendo às noções de elipse e incisa) e pela inter-relação de muitos textos. No entanto, esses foram articuladores acessórios para o trabalho, visto que nossa intenção maior foi, desde o início, destacar o silêncio como “sintoma fóbico¹⁰³” no discurso fonoaudiológico.

Rella (op. cit.: 33), ao deparar-se com a questão da análise do silêncio, diz a partir de um ponto de vista filosófico, que o silêncio pode superar-se, descrevendo suas condições. Se não é possível falar, deve-se descrever esta impossibilidade que ao menos põe-nos frente a estas “coisas mudas”. Segundo o autor, do outro lado deste vazio podem produzir-se as novas palavras: o “deciframento” do que não se sabe, do impensado.

De uma forma muito próxima, propõe Orlandi:

“Seria necessário trabalhar as “figuras” como “sintomas” da marginalização do silêncio dos processos de significação.” (1995a: 58)

No entanto, a autora adverte para o risco de cairmos em uma análise calcada na dicotomia fala/silêncio:

“O silêncio não fala, ele significa. É pois inútil traduzir o silêncio em palavras; é possível, no entanto, compreender o sentido do silêncio por métodos de observação discursivos.” (Orlandi, op. cit.: 105)

Orlandi faz ainda uma bela distinção entre as perspectivas de miradas sobre o silêncio:

“...para o falante, o silêncio é lugar de elaboração de outros sentidos, do movimento de sua identidade; para o analista, é uma pista de um modo de funcionamento do discurso.” (op. cit.: 130)

Aquí nos colocamos frente a estas duas questões: 1^a) o fonoaudiólogo como falante e frente a pacientes falantes/pouco falantes/não falantes, circulando no(s) sentido(s) possível (eis), 2^a) o fonoaudiólogo como analista do discurso, refletindo sobre o funcionamento do seu próprio discurso frente ao silêncio. É nesta dupla empreitada que nos colocamos ao lançar as bases deste trabalho.

Damos agora passagem às nossas análises¹⁰⁵:

SI 1: “Tomar rapidamente nota das respostas do paciente *evitando silêncios e inibições*.” (Princípios científicos comportamentais..., 1987: 02)

SI 2: “Introdução de pausas arbitrárias: deve-se *habituar* o sujeito a *introduzir pausas* sem contrair-se no meio das palavras.” (Perelló, 1990: 231)

SI 3: “Graças a este exercício o paciente se torna apto para reintroduzir os *silêncios normais* em sua leitura.” (Perelló, 1990: 231)

SI 4: “Introdução de pausas corretas: /.../ introduzindo as *pausas* nos *lugares*

¹⁰⁴ Sintoma fóbico do próprio fonoaudiólogo.

¹⁰⁵ Em nossas análises, a sigla “SI” corresponde às seqüências discursivas, oriundas do discurso fonoaudiológico, relativas ao silêncio.

exigidos pelo bom sentido. Se se manifesta alguma vacilação no ataque que se segue a um silêncio, volta-se ao exercício precedente.” (Perelló, 1990: 231)

SI 5: “O sentimento interior de ritmo, de melodia e da duração dos silêncios existe então tão claramente que a palavra adquire um *equilíbrio que a protege* notavelmente contra a gagueira.” (Perelló, 1990: 232)

SI 6: “Parece paradoxal dizer que *é mais fácil ensinar um gago a falar do que a calar-se* e, portanto, esta é a verdade.” (Perelló, 1990: 232)

SI 7: “Um disfêmico educado *não deve ter medo* destes vazios expressivos...” (Perelló, 1990: 232)

SI 8: “Muitos casos podem ser resolvidos só com aconselhamento aos pais, explicando-se o que é a aquisição da linguagem e o papel que eles devem desempenhar na “modelagem” da linguagem de seus filhos, *bombardeando-os com estímulos corretos*, sem corrigi-los frontalmente.” (Issler, 1983: 166)

SI 9: “A criança deve repetir *instantaneamente* o que o terapeuta está dizendo, palavra por palavra, e em alta velocidade. Deve ser conseguida uma *imitação automática*, como na *ecolalia*. É necessário dar inflexões e pausas e pedir a *imitação automática*.” (Issler, 1983: 171)

De uma maneira geral, podemos dizer que o recorte acima apresentado traz à tona algo que de diferentes formas já antecipamos no decorrer deste trabalho. Ele nos remete às noções de sujeito, de sentido e a concepção de linguagem que está em jogo no ato clínico fonoaudiológico. Conseqüentemente, a forma de lidar com o silêncio que encontramos em nossas análises vem a corroborar a hipótese que tínhamos de que o silêncio é algo que provoca um incômodo para o fonoaudiólogo¹⁰⁶.

Essa percepção é deveras evidente em SI 1, onde percebemos a angústia do fonoaudiólogo frente a uma situação em que o silêncio se evidencia. Pode-se dizer que

¹⁰⁶ Gostaríamos de destacar que não ignoramos o incômodo que o silêncio provoca no paciente e em seus familiares. No entanto, lembramos que nosso foco neste trabalho são as repercussões do silêncio para o

há inclusive uma sugestão profilática (“*tome nota rapidamente*”) para se proteger do temeroso risco do silêncio entrar em cena. Neste caso, observamos a tentativa de o fonoaudiólogo, frente ao silêncio do paciente, prevenir-se contra o risco do não-sentido atingi-lo em seu suposto saber.

Encontramos uma peculiaridade relativa a um tipo de silêncio considerado pelo fonoaudiólogo como “necessário e previsível”. É o silêncio que aparece no trabalho com o paciente que, segundo o discurso fonoaudiológico, não domina o ritmo de sua fala. Este silêncio localizado e controlável é chamado de **pausa**. Baseado na ideologia do *bem dizer*, o fonoaudiólogo sente-se apto a *ensinar* o paciente a *introduzir* ou *reintroduzir* esses silêncios nos lugares *corretos*. Conforme observamos em SI 2, SI 3, SI 4, SI 5, SI 6 e SI 7, essas pausas têm um lugar previsível, que o paciente desconhece ou não sabe mobilizar adequadamente. A solução, então, é *habituar* – segundo verificamos em SI 2 – o paciente a (...). “Habitando-se a ...” o paciente estará utilizando o silêncio corretamente, conforme encontramos em SI 3. Podemos dizer que há aí uma tentativa de “domesticação” do silêncio. Através desses argumentos, percebemos que o fonoaudiólogo constata a presença e a necessidade do silêncio na fala de seu paciente, porém apenas o suficiente para lidar com estes silêncios da mesma forma com que lida com as palavras: controlando o sentido através da forma do dizer (conforme destacamos em SI 4: *pausas nos lugares exigidos pelo bom sentido*). Tal posição é confirmada em SI 5: há garantias, através do controle de *como* se fala, acerca *daquilo que* se fala. Mais uma vez, confirma-se a percepção de uma relação hierárquica entre terapeuta e paciente (o fonoaudiólogo é aquele que sabe e o paciente é o que não sabe), em que o primeiro detém um controle inquestionável sobre a forma e o sentido que circulam na cena terapêutica.

O que também torna-se interessante de destacar em SI 5 é a garantia de que a palavra tem um “equilíbrio que a protege”. Protege contra o quê?, protege como?, poderíamos perguntar. Provavelmente a pretensão é proteger contra um deslizamento de sentido que leve a outras interpretações imprevisíveis. Tal proteção parece advir de dentro das regras de bom funcionamento da língua. Não há espaço para a idiosincrasia, para o diferente, para aquilo que foge ao “esperado” (justamente aquilo que se

evidência na linguagem dos pacientes que buscam um tratamento fonoaudiológico). O sentido – e também a forma – já estão lá, determinados *a priori*, no saber do fonoaudiólogo.

Já o que encontramos em Sl 6 é *sui generis*. Proporemos, então, algumas reflexões. Primeiramente, surge um enunciado que circula no interdiscurso: “é mais fácil um camelo passar no buraco da agulha do que um rico entrar no reino dos céus”. A inevitável relação entre Sl 6 e o enunciado proveniente do campo discursivo religioso nos leva a uma delicada conclusão: somente através de um extremo sacrifício ou de um milagre é que é possível um gago (ou um disfêmico) conseguir lidar com seus silêncios.

Outra questão que também evidenciamos em Sl 6 é um referencial dicotômico norteando a relação fala/silêncio. Nesse referencial percebemos uma relação em que a fala é tomada como positiva e o silêncio como indesejado. Essa perspectiva vem confirmar nossas hipóteses de que o fonoaudiólogo absorve o sintoma social contemporâneo de repúdio (ou até mesmo fobia) ao silêncio.

Nesse mesmo sentido, acreditamos que Sl 6 nos leva a pensar que, nas perspectivas “*Colcha de Retalhos*” e “*Interdisciplinar*”, para o fonoaudiólogo, *falar é fácil, calar é que é difícil*. Parece-nos que este enunciado traz à tona algo do ideal de cura da fonoaudiologia (“falar é fácil: procure um fonoaudiólogo!”). Também podemos dizer que isto aponta para uma face do objeto da fonoaudiologia: para que o paciente comunique-se *bem* é necessário que ele controle bem quando falar e quando calar – eis a garantia do sentido correto!

Em Sl 7 encontramos uma pista que aponta para a questão da fobia ao silêncio: *ele não precisa ter medo do silêncio*. Poderíamos aqui perguntar: quem supõe que a sensação que o silêncio evoca em todos os pacientes é de “medo”? Acreditamos que esta é, ao mesmo tempo, uma “generalização” da sintomatologia em fonoaudiologia e uma defesa, apontando para o paciente o lugar daquele que teme o *vazio expressivo*. E, em relação ao sujeito em questão, quem será esse “ele” que grifamos? Parece ser importante para o fonoaudiólogo delegar a situação insuportável de silêncio a ele – o paciente. Será que esse medo é mesmo do paciente? Temos observado, através das análises e do depoimento de colegas, que há um certo mal-estar frente a situações de

silêncio no âmbito clínico. Parece-nos que o “vazio” a que o silêncio remete produz um efeito no fonoaudiólogo de não-garantias sobre o quê e o como se deve falar no âmbito clínico. A tendência é o apego à materialidade lingüística, como se ela fosse apreensível: a materialidade daquilo que é dito dá a ilusão de garantia sobre o sentido. A questão torna-se ainda mais delicada ao tangenciarmos a instância do silêncio. Se no terreno das palavras já há o risco do não domínio, mais imprevisíveis são as significações do silêncio.

Em SI 8 percebemos uma forma aparentemente mais diluída da perspectiva com que o fonoaudiólogo lida com a questão do dizer/não dizer em relação à aquisição de linguagem. Destacamos a forma utilizada – *bombardeio* – e propomos uma reflexão sobre a noção de aquisição de linguagem a que remete uma posição como essa. A produção correta da linguagem expressiva de uma criança está na dependência quantitativa dos estímulos produzidos pelos adultos que a cercam. Uma concepção como esta não leva em consideração a relação do dizer com o não dizer. Lidar com a hipótese do silêncio como elemento estruturante do dizer de um sujeito é, conseqüentemente, negligenciada. Nossa preocupação é que uma perspectiva fonoaudiológica que aborde o paciente como alguém a ser bombardeado¹⁰⁷, não reserve espaço algum para aquele que não admita se submeter ao bombardeio (um “*bunker*”?). Talvez um dos efeitos iatrogênicos¹⁰⁸ de um trabalho terapêutico com esse enfoque seja o silenciamento secundário do sujeito. Ou seja, o paciente, submetendo-se ao tratamento “tipo bombardeio”, estabelece o padrão correto de fala (aquele “esperado” por seu terapeuta), mas acaba por desenvolver uma espécie de silenciamento o qual propomos chamar de silêncio de resistência¹⁰⁹. Coudry (1996:96) nos fala de sua experiência de trabalho com um paciente afásico que teve uma experiência pregressa com esse tipo de abordagem terapêutica. A autora relata os efeitos iatrogênicos presentes no paciente sob forma de inibição, silenciamento. O paciente somente respondia e assumia seu turno no diálogo quando estimulado a manifestar-se.

¹⁰⁷ Bombardeio auditivo é uma estratégia utilizada no tratamento de crianças com desvios fonológicos. Trata-se de estimular a criança com uma série repetida de palavras, previamente selecionadas, que contém o som-alvo (do processo a ser superado).

¹⁰⁸ Efeitos iatrogênicos são efeitos indesejados, danosos, conseqüentes de determinada intervenção terapêutica. Conforme o dicionário Aurélio, iatrogenia consiste em uma “alteração patológica provocada no paciente por tratamento de qualquer tipo”.

¹⁰⁹ Conforme apontamos na seção 6 (“Silêncio e silenciamento”), deste capítulo, o “silêncio de

Acreditamos que abordagens dessa perspectiva são ainda muito freqüentes na clínica fonoaudiológica e seus efeitos, embora resolvam o problema do fonoaudiólogo (uma aparente cura no nível de fala), seguem gerando silenciamento nos pacientes.

E, portanto, o que encontramos em SI 9 é uma amostra de como o fonoaudiólogo lida com seu *furor loquendi* em relação ao que discutimos acima. Urge que o paciente fale, pois o fonoaudiólogo necessita de provas imediatas da eficácia de seu trabalho clínico. É necessária uma repetição automática, pois há riscos (risco do não controle dos sentidos, de deslizamentos imprevisíveis, do não reconhecimento de uma cura outorgada ao fonoaudiólogo, etc), se assim não ocorrer. Essa urgência é tão explícita que se chega a evocar a ecolalia¹¹⁰ como modelo a ser implantado no processo terapêutico. Isto soa algo como “cola no meu dizer que te dou garantias de cura”. Conforme apontamos no parágrafo acima, esta posição, ao mesmo tempo que faz o paciente falar (*a boa forma do dizer*), joga-o em um silenciamento (*silencia o quê dizer*). No entanto, não se pode dizer que se trata apenas de um enfoque diferente na terapêutica. Preocupam-nos os riscos iatrogênicos de uma intervenção baseada na repetição, onde o paciente torna-se sujeito passivo desse processo. Em casos de pacientes que tenham uma fragilidade psíquica, transtornos cognitivos ou neurológicos, uma intervenção que convide à colagem do dizer do fonoaudiólogo pode ter conseqüências danosas que acentuem as dificuldades daquele sujeito. De fato, na contramão daquilo que o fonoaudiólogo imagina estar fazendo (“a cura da fala de seu paciente”), podemos nos deparar com efeitos contraditórios: o efeito de silenciamento de um sujeito.

8. OS SENTIDOS DO SILÊNCIO

“O silêncio é a possibilidade do dizer vir a ser outro.”

E.Orlandi, *As formas do silêncio*, 1995a, p. 162

Começamos recordando, juntamente com Steiner (op. cit.: 39), que Wittgenstein

resistência”, aparece como resposta à interlocução com vozes que “exijam” que o sujeito fale.

¹¹⁰ Ecolalia é um sintoma definido como repetição literal do enunciado do outro. Trata-se de um fenômeno de delicada interpretação, visto que é encontrado em casos de pacientes severamente comprometidos, como nos quadros de sujeitos afásicos, sujeitos com transtornos cognitivos ou psíquicos.

também iniciou pela pergunta sobre a existência de alguma relação verificável entre a palavra e o fato. Isso nos leva a remeter a Saussure que aborda a questão sob forma de “arbitrário” do signo, em suas indagações sobre o que havia de natural nas escolhas dos significantes da língua. Essa retomada se faz necessária para pensarmos a relação do silêncio com a multiplicidade de sentidos.

A variedade de significados possíveis do silêncio explica a diversidade de leituras possíveis já nos manuais do século XIX. Burke destaca que, enquanto um afirmava que “o silêncio /.../ atua como parte fundamental em uma conversação”, outro condenava-o como “suposição mal-educada de superioridade” (op. cit.: 163).

Para Burke, o significado do silêncio varia, assim como o de outras formas de comunicação: de acordo com a ocasião em que o silêncio ocorre, de acordo com a pessoa que está em silêncio e de acordo com o interlocutor em questão.

Segundo Orlandi, a relação silêncio/falta deve ser seriamente abalada. Conforme já abordamos anteriormente, para esta autora o silêncio não é o vazio. Ela propõe tomá-lo como indício de uma significação:

“O silêncio não é o vazio, o sem sentido; ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa. Isto nos leva à compreensão do “vazio” da linguagem como um *horizonte* e não como uma *falta*.” (Orlandi, 1995a: 70)

González aborda a questão da multiplicidade dos sentidos do silêncio pela via de uma abordagem semiótica. Ao comparar o silêncio com a fala, ele aponta que *se a fala é polissêmica, o silêncio é metonímia pura, um camaleão de sentidos* (op. cit.: 31).

Também para Del Pino, o silêncio deve ser tomado como signo em sua polissemia: se com o silêncio dizemos pouco ou muito, deixamos ao nosso interlocutor a tarefa de outorgar-lhe a significação, o que indica que quanto ao silêncio – assim como quanto às palavras – não pode haver univocidade semântica. Segundo o autor,

“De la *singular* significación del silencio sólo sabe el que calla; pero aquel ante el qual se silencia, esto es, el

interlocutor del silente, que no la conoce y la puede conocer, se obliga a barajar una *pluralidad* de significaciones” (op. cit.: 82-3).

Orlandi tem uma forma muito interessante de abordar a questão da polissemia do silêncio:

“O incompleto é também o possível. A polissemia é função da incompletude e, tal como o estamos tratando, o silêncio é um dos modos de se compreender a incompletude.” (1995a: 163)

Ainda segundo Orlandi, podemos dizer que o silêncio não é simples complemento da linguagem (op. cit.: 23). Ele tem significância própria, desde que tomado em um *status* de significante. Sendo assim, ele aponta para o movimento dos sentidos - também porque se diz a partir do silêncio.

Isso nos faz compreender, juntamente com Orlandi (op. cit.: 24), que estar no sentido com palavras e estar no sentido com silêncio são modos completamente diferentes de significar. Remetendo à cena clínica, quando o fonoaudiólogo está em uma situação com pais ou com o paciente, e o silêncio entra em cena, ele poderá significar, em diferentes momentos, coisas completamente diferentes.

Finalmente, pode-se dizer que a incompletude do sujeito e do sentido em muito estão marcadas pelo efeito do silêncio, pois como coloca Le Bot (apud Orlandi, 1995a: 73) “... se os sentidos e as palavras não estivessem limitados pelo silêncio, o sentido das palavras já há muito teria dito tudo o que se pode dizer”.

A maioria dos autores concorda que o excesso de palavras não contribui à significação, à comunicação e ao bom entendimento entre as pessoas. Como já advertia Wittgenstein (1958), “a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (apud Fierro, p. 50). E, segundo Fierro, é insustentável pretender que os significantes lingüísticos não remetam a nada fora deles mesmos.

Por essa via, propomos pensar o silêncio, em fonoaudiologia, como elemento constitutivo da linguagem, não só em seu caráter estruturante, como em seu aspecto enunciativo, como elemento que aponta para uma rede de significações que só serão interpretáveis, de acordo com suas relações na cadeia do discurso. Garcia-Roza muito

bem nos aponta:

“Escutamos mais quando não ouvimos tanto, quando não nos colocamos como pura exterioridade em relação ao que queremos escutar.”/.../ “A verdadeira escuta é seletiva: se ela deixa de ouvir algo, é para ouvir melhor outra coisa, ou para poder ouvir até o silêncio” (op. cit.: 45).

Frente ao silêncio resta-nos a interpretação. E a interpretação que se faz de um silêncio é uma hipótese. Pode-se dizer que o significado do silêncio não é fixo. Eis o porquê do silêncio com frequência se tornar inquietante, angustiante. Trata-se da angústia do não saber, da imprecisão, do equívoco. Como bem coloca Del Pino (op. cit.: 84) “cuanto más silencio, mayor sospecha, mayor entropía, mayor desinformación”.

Encontramos também em Naves uma reflexão acerca de como interpretar “aquilo que não é apreensível”. Segundo a autora, muitas vezes, a falta de um elemento nos esquemas gramaticais abre possibilidades de interpretações variadas. Cria-se a partir daí a possibilidade de diferentes leituras, não unívocas.

“No es solamente una determinada palabra ausente, es un silencio que, a partir de la lectura de un receptor, se llena de una forma o de outra”. (op. cit.: 119)

Orlandi (1989: 39) propõe pensarmos que o silêncio não é transparente. Segundo a autora, ele tem sua espessura e instaura processos significativos complexos. No texto de 1983 (1996c: 263), ela, ao reiterar tal posição, expõe que o silêncio, tanto quanto a palavra, tem suas condições de produção. Por isso, dada a diversidade dessas (condições de produção), o sentido do silêncio varia, ou seja, é tão ambíguo quanto as palavras. É, no entanto, somente no trabalho de 1995a que a autora faz a distinção mais detalhada entre silêncio e silenciamento (conforme abordamos na seção 6 deste capítulo) e aborda com mais precisão a análise do silêncio e apresenta o tema como realmente polissêmico.

Também apontamos como interessante a abordagem de Tfouni (op. cit.: 90) que propõe que se pense o silêncio como uma forma diferente de significar. A partir desta colocação, poderíamos deslizar para seus efeitos na fonoaudiologia.

Podemos pensar do ponto de vista clínico, uma série de questões. A primeira delas seria: o que resta à fonoaudiologia se o excesso de fala é subtraído? O que resta ao fonoaudiólogo senão fazer seu paciente falar a qualquer preço?

A uma pergunta como esta se pode iniciar a responder pensando na relação do próprio fonoaudiólogo com a linguagem. A partir do momento que o fonoaudiólogo se der conta que não só o paciente, mas também ele – sujeito dotado de um saber pretensamente total sobre a linguagem – está remetido à incompletude, ao não-todo da linguagem, talvez tenhamos um início de mudança no enfoque clínico fonoaudiológico.

Esse momento, que implica também ele sofrer os efeitos do golpe narcísico de não ser o pretenso dono de seu dizer, necessariamente passaria por ser remetido a uma posição de alteridade frente à linguagem. E esse parece justamente o passo mais difícil para esse profissional que, assim como tantos outros, em nome das certezas da materialidade da língua, coloca-se no lugar do sujeito suposto saber.

Trata-se de um suposto saber sobre a linguagem e sobre o silêncio. Cria-se a tendência de remendar o silêncio a través de muita fala. Há um imperativo: que os pacientes falem, que falem correto, que falem logo!

Pensando a especificidade do silêncio na clínica fonoaudiológica, Baralo pergunta:

“Qué lugar tiene para un niño el silencio como espacio desde donde produce significación, como lugar privilegiado en la producción de sentidos? Y no hablamos del estar callados. Y no hablamos del no hablar. Hablamos del silencio que se da en el encuentro de dos en un campo lingüístico”. (1995: 41)

Conforme podemos ver em Baralo, há um início de trajetória de reflexões no campo fonoaudiológico sobre a questão da significação do silêncio. Concordamos com o autor, ao apontar as diferentes instâncias do silêncio na fonoaudiologia. Acreditamos que faz-se necessário que a fonoaudiologia discuta as questões acerca do silêncio em um contexto lingüístico. Tanto em seu aspecto estruturante (conforme apontamos na seção 3, deste capítulo), como em seu aspecto significativo – a

possibilidade de significação do silêncio – há muito que refletir nessa relação do silêncio com a fonoaudiologia.

Ainda seguindo as reflexões de Baralo, destacamos:

“El silencio del que intento hablar escapa a los tests, a las cuantificaciones. No está disponible para observarlo, su materialidad no admite descripciones estándar. Pasa entre las palabras, se lo sospecha y vislumbra, es efímero, perecedero, habita en la trama de los enunciados, en su revés va haciendo *surf* por el habla” (op. cit.: 41).

Outra importante questão seria: e na clínica, como isso se materializa? Como lidar com a instância do silêncio?

Convidamos o leitor a visitar uma importante passagem do trabalho de M.C. Coudry¹¹¹, em Diário de Narciso, onde relata seu interessante trabalho com sujeitos afásicos:

“Além das condições dialógicas e das expressões produzidas nessas situações, tem-se que conhecer e interpretar o silêncio e as hesitações dos sujeitos afásicos. Essas pausas e hesitações (tanto quanto manifestações intercaladas de irritação e frustração como “puta-que-pariu”, “saco viu”, “ah! meu deus”, etc.) diferem de sujeito para sujeito, mas são sempre um índice importantíssimo para o investigador do momento em que se dá uma ruptura no prosseguimento da instância discursiva pela interferência de uma dificuldade específica que pode então ser identificada e compreendida. Nesses casos, o investigador precisa conhecer com precisão o peso do silêncio, das hesitações, das manifestações de desagrado, para decidir-se entre deixar o sujeito estar com sua dificuldade e elaborá-la epilingüísticamente¹¹², ou fornecer-lhe um prompting¹¹³ de apoio ao prosseguimento

¹¹¹ Cabe ressaltar que Coudry não é fonoaudióloga, mas lingüista. Isto, no entanto, não invalida os efeitos clínicos de seu trabalho junto a sujeitos afásicos. Ao contrário.

¹¹² Segundo Coudry (op. cit.: 15), chama-se epilingüística a atividade do sujeito que opera sobre a linguagem: quando o sujeito explora recursos de sua linguagem e reutiliza elementos na construção de novos objetos lingüísticos até para produzir certos efeitos (rimas, trocadilhos, humor, novas formas de construção); quando o sujeito, a partir dos fatos lingüísticos a que foi exposto ou que produz, elabora hipóteses sobre a estruturação da linguagem ou sobre formas específicas de uso. Segundo a autora, ela distingue-se da metalingüagem porque se vincula ao sujeito e todas as suas relações com a própria linguagem, com o outro e com a situação em que opera.

¹¹³ De acordo com Coudry (op. cit.: 110), o termo “prompting” refere-se à estratégia oral pela qual se

da fala, ou refazer a questão ou modificá-la para estabelecer o equilíbrio das condições dialógicas, ou até completar a fala para reduzir as tensões dessas situações.” (op. cit.: 78-9)

Nas contribuições de Coudry podemos ter uma idéia de quanto os sentidos de um silêncio no trabalho com os pacientes com alterações na linguagem podem ser múltiplos. Mais uma vez destacamos que lidar com o silêncio na terapêutica fonoaudiológica não implica passar a interpretar os silêncios emergentes na situação clínica apressada e antecipadamente: trata-se de poder inclusive suportar um não-saber; trata-se de lidar com um saber como hipótese; trata-se de apresentar uma interpretação possível para cada silêncio. No entanto, muitas vezes, a situação de silêncio é extremamente angustiante para o paciente, e cabe ao fonoaudiólogo auxiliar o sujeito a encontrar possibilidades de poder dizer. Trata-se de oferecer alternativas de dizer, e não determinar o que *deve ser dito*. Fazemos esta ressalva para, mais uma vez, alertar que não se trata de tomar o silêncio como panacéia do trabalho fonoaudiológico¹¹⁴, mas como elemento constitutivo de suas reflexões teóricas e seu fazer clínico.

Buscamos nas palavras de Lier-De Vitto (1998a: 32) uma reflexão sobre essa questão, tomando outra possibilidade de interpretação do silêncio. A autora, ao trabalhar a questão dos monólogos da criança, pergunta-se sobre o significado do silêncio e da repetição de palavras dos outros presentes no discurso da criança do período egocêntrico. Segundo a autora, as palavras dos outros, que se inscrevem nos monólogos da criança, parecem ser a contraface de seu silêncio. São presenças no falar da criança. E, conforme destaca Lier-De Vitto, presença/ausência da linguagem do outro são ambos efeitos do diálogo – fatalidade do sujeito nunca encontrar unidade. Segundo a autora,

“*Nos monólogos a criança fica com a palavra. Por outro lado, o silêncio de uma das vozes implicadas no diálogo – daquela que responde pelas ilusões de coerência*

fornece uma ou mais sílabas iniciais (ou mesmo o movimento articulatório inicial) da palavra cuja produção pelo afásico lhe é difícil.

¹¹⁴ Algo como: “o fonoaudiólogo deve *sempre* ficar em silêncio”.

e coesão das produções da criança – tem consequências. Por que não dizer que as disfluências acentuadas e a obscuridade marcante sejam efeitos da “falta” da linguagem do outro, da função estruturante de seu dizer?” (op. cit.: 32-3)

A partir das contribuições de Lier-De Vitto, refletimos sobre seus efeitos na fonoaudiologia. Se pensarmos no trabalho do fonoaudiólogo junto a pacientes com atraso muito severo na aquisição da linguagem, ou mesmo em um acompanhamento de uma criança nos inícios de sua aquisição, os efeitos da falta (ou do silêncio exarcebado) marca uma lacuna no próprio processo de construção da linguagem dessa criança. Nesse caso, poderíamos dizer que o “peso” (ou a significação) do silêncio é outro. Trata-se justamente de poder oferecer o dizer do adulto – no caso, o do fonoaudiólogo – como alicerce para estruturação da linguagem dessa criança (o que, por algum motivo, não pode ocorrer na relação com as figuras parentais).

Podemos observar, portanto, que não se trata de “ter uma receita” de como lidar com o silêncio. Trata-se, em primeiro lugar, de reconhecer a instância do silêncio como constitutiva da linguagem. Trata-se também de poder interpretar *aquela* silêncio, *daquele* paciente, *naquele* momento. Poder *escutar* as possibilidades de significação do silêncio: trata-se de uma angústia, de uma impossibilidade, de uma resistência ou de uma necessidade? Passar a respeitar a possibilidade do paciente ficar em silêncio parece-nos outra consideração clínica importante. Enfim, há ainda muito a ser pensado e estudado acerca do silêncio na fonoaudiologia. No entanto, uma das contribuições que este trabalho acredita estar realizando é trazer à cena algo que estava marginalizado no campo dos estudos fonoaudiológicos.

Finalmente, ficamos com as palavras de Orlandi (1995a: 173), parafraseando Milner: *não há língua sem poesia e (sentido) sem silêncio*. Se a fonoaudiologia, em uma perspectiva de “*Entre meio*”, puder tomar a língua – uma das matrizes do objeto com o qual trabalha – com suas possibilidades de deslizamento dos sentidos e o silêncio como elemento constitutivo dos sentidos que circulam na cena clínica, acreditamos que ela certamente estará dando um grande passo no sentido de auxiliar o paciente a construir os rumos de sua atividade linguageira, e tecendo para a própria disciplina uma trajetória mais interessante.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo discutir a questão do sujeito, do sentido e do silêncio no discurso fonoaudiológico. Para tal, sentimos a necessidade de inicialmente analisar a pluralidade de vozes que ecoam no discurso fonoaudiológico. O que era uma impressão, foi confirmado: há uma heterogeneidade de discursos compondo o discurso fonoaudiológico. “Ouvimos vozes” que passam pelo discurso pedagógico, pelo discurso médico, pelo discurso lingüístico, pelo discurso da psicologia cognitivista, pelo discurso técnico/mecanicista e pelo discurso científico. Essa gama de diferentes dizeres constitutivos do discurso fonoaudiológico apontam para uma dificuldade de se delinear qual é o objeto da fonoaudiologia. Acreditamos que a natureza desse objeto está vinculada à predominância de uma ou mais dessas vozes que ecoam no dizer (e/ou fazer) de cada fonoaudiólogo. Encontramos três perspectivas da fonoaudiologia que apontam para três posições-sujeito distintas: a primeira, que mostrou-se como uma colagem de discursos provenientes de diferentes campos discursivos, chamamos de *Colcha de Retalhos*; a segunda, com um forte compromisso com a cientificização da área, chamamos de *Interdisciplinar*; e a terceira que, mesmo preocupada em delinear um objeto próprio, reconhece como fundamental as trocas com outras disciplinas, chamamos de disciplina de *Entremeio*.

Como consequência dessa primeira questão, passamos a refletir acerca das noções de sujeito e de sentido, tanto no campo dos estudos da linguagem, como na fonoaudiologia. Questionamos a ilusória transparência da linguagem, conceito que acreditamos predominar no meio fonoaudiológico. Enfatizamos os riscos de se trabalhar com esta ilusão em um campo de conhecimento que justamente lida com o diferente, o que foge à regra, o idiossincrático.

Percebemos que, conforme diferentes perspectivas, encontraremos fonoaudiologias/fonoaudiólogos articulando conceitos de sujeito e sentido diferentes, o que acaba por gerar práticas clínicas distintas. Em uma perspectiva *Colcha de Retalhos*, encontramos uma fonoaudiologia “curativa”. Nela, o paciente figura como um indivíduo passivo e o fazer fonoaudiológico reflete uma aplicação repetitiva. Percebemos que a concepção de sentido nessa perspectiva é fixa, rígida e a concepção de língua fica reduzida ao conceito de código. Em uma perspectiva *Interdisciplinar*,

percebemos uma fonoaudiologia que se considera a ciência da comunicação oral. O paciente é tido como um indivíduo ativo, mas sua fala é previsível. O fazer fonoaudiológico, nessa concepção, é respaldado cientificamente em teorias provenientes de outras áreas com as quais mantém relação. O sentido geralmente é considerado *a priori* e a língua é considerada como um sistema. Divergindo dessas duas primeiras perspectivas, propusemos, então, pensar uma fonoaudiologia não-transparente, em que as noções de sujeito descentrado e de sentido não apreensível em sua totalidade passem a ser consideradas. É o que percebemos na terceira perspectiva, que denominamos “*entremeio*”. Nela, a fonoaudiologia aparece como uma disciplina que estuda a linguagem com alteração. O paciente é um interlocutor marcado pelo idiossincrático em seu dizer. O fazer fonoaudiológico, nessa concepção, é uma construção tecida pelo terapeuta e pelo paciente nas teias da linguagem. O sentido, por esta via, é construído na interlocução, na atividade *lingueira* dos dois sujeitos em questão. Por fim, a língua passa a ser tomada como uma sistematicidade marcada pelo não-todo, pelo impossível de se dizer tudo.

Finalmente, apresentamos os efeitos dessas reflexões – da composição do discurso fonoaudiológico e da ilusória transparência da linguagem – sobre a questão do silêncio na fonoaudiologia. A instância do silêncio foi considerada inicialmente em sua dimensão social e contemporânea, em que percebemos a tendência da cultura atual em não suportar o silêncio. Passamos por reflexões sobre a caracterização do silêncio no contexto lingüístico e suas possíveis tipologias. Propusemos uma categorização do silêncio para a fonoaudiologia, que considera o *silêncio funcional*, como aquele ocasionado por uma etiologia orgânica ou funcional, o *silêncio ligado a uma posição subjetiva*, ocasionado pela dificuldade do sujeito dar conta de sua inscrição simbólica, o *silêncio de resistência*, como aquele que aparece como resposta à exigência de que o sujeito fale e, finalmente, o *silêncio como inibição*, que aparece como dificuldade ou impossibilidade do sujeito dizer algo para o outro, causado por um silenciamento antecipatório do sujeito (filho) no discurso do outro (dos pais). Destacamos a importância de se considerar o “silêncio de resistência”, visto que parece ser uma resposta do paciente a um imperativo do fonoaudiólogo (e da família) de que o sujeito fale e o “silêncio como inibição”, que pode aparecer como resposta a uma antecipação discursiva acerca do lugar enunciativo do sujeito. Analisamos

recortes do discurso fonoaudiológico, nos quais encontramos pistas sobre a forma tensa com que este profissional lida com o silêncio. Observamos que sua resposta costuma ser a de não suportar a sensação de “falta” que o silêncio provoca e que sua tendência costuma ser de recobrir esta falta com muita fala, tanto por parte do fonoaudiólogo, como suscitando a evocação por parte do paciente. Propusemos chamar esta reação verborrágica do fonoaudiólogo de *furor loquendi*.

Finalizamos o trabalho, propondo uma reflexão sobre as diferentes possibilidades de significação do silêncio no campo fonoaudiológico. Destacamos o risco de o silêncio ser tomado como a panacéia dos problemas da significação nos estudos fonoaudiológicos. Apontamos diferentes situações clínicas, em que o silêncio remete a significações distintas. A partir daí concluímos que a posição do fonoaudiólogo frente ao silêncio não pode ser única: devem ser levadas em consideração variáveis do paciente, de sua história familiar, do quadro clínico que ele apresenta, do momento interacional da díade terapeuta/paciente.

Acreditamos ter abordado o tema de forma abrangente, visto que sentíamos a necessidade de revisitar uma série de pressupostos teóricos que nos permitissem chegar à reflexão da problemática do sujeito, do sentido e do silêncio na fonoaudiologia.

Pensamos ter colaborado para atualizar um tema tão polêmico e que há muito tempo permeia nossos questionamentos teóricos e nossas reflexões clínicas. Esperamos que a fonoaudiologia possa incluir em suas bases teóricas e em seu fazer clínico os pressupostos de não-transparência da língua, do sujeito e do sentido. Passar a considerar o silêncio não como uma ameaça, mas como um elemento constitutivo de seu trabalho clínico será apenas uma consequência, uma bela consequência.

BIBLIOGRAFIA:

1. Bibliografia das seqüências analisadas:

- AMORIM, A. *Fonoaudiologia Geral*. Rio de Janeiro, Enelivros, 1982.
- CUPELLO, R. Estimulação Precoce: Conceituação e Atuação. In: *1000 perguntas em Fonoaudiologia*. São Paulo, Revinter, p. 183-92, 1994.
- ISSLER, S. *Articulação e Linguagem*. Rio de Janeiro, Antares, 1983.
- LIMONGI, S. Reflexão sobre o papel do fonoaudiólogo. In: *Distúrbios da comunicação*, São Paulo, 3(2): 157-163, Janeiro, 1990.
- LINS, L. & ANDRADE, C. O Campo de Atuação do Fonoaudiólogo. KUDO, A. M. (org.). *Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional em Pediatria*. São Paulo, Sarvier, 1990.
- PERELLÓ, J. *Transtornos del Habla*. Espanha, Ed. Masson, 1990.
- ZORZI, J. *Aquisição da Linguagem Infantil*. São Paulo, Pancast, 1993.
- Revista Opções, Itajaí, Univali/Pró-Reitoria de Ensino, p. 31-32, 1997 (xerox)
- Revista Sala de Espera, Porto Alegre, Corpore, n. 5, p. 24-5, 1997.
- Jornal do Fonoaudiólogo, "A conquista de um nome", Porto Alegre, Asfa, março de 1988 (xerox)
- Princípios e Leis da Fonoaudiologia (xerox)
- Princípios científicos comportamentais na ação do fonoaudiólogo na observação, no planejamento, na execução, na prevenção, na reabilitação, na orientação dos pais, na equipe multidisciplinar e em outras situações, 1987 (xerox)

2. Bibliografia citada:

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa, Editorial Presença, 1980.
- ARANTES, L. O Fonoaudiólogo. Este Aprendiz de Feiticeiro. In: LIER-DE VITTO (org.), *Fonoaudiologia: no Sentido da Linguagem*, São Paulo, Cortez, 1994.
- ARRIVÉ, M. *Linguística e Psicanálise*. São Paulo, Edusp, 1994.
- AUDOUARD, X. O silêncio: um "mais-de-palavra". In: NASIO, J-D. (org.) *O silêncio em psicanálise*. Campinas, Papyrus, 1989.
- AUTHIER, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez., 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, E. (org.), *Gestos de Leitura Leitura - da história no discurso*, Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- _____. *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

- BARALO, F. Algunos silencios. In: *Escritos de la Infancia*, n. 5, p. 39-44, Buenos Aires, Ediciones FEPI, 1995.
- BARALO, F. & GIULIANI, N. Reflexiones sobre la adquisición del lenguaje – Camino hacia los pronombres personales. In: *Escritos de la Infancia*, n. 1, p. 71-7, Buenos Aires, Ediciones FEPI, 1993.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, Pontes, 1991.
- _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989.
- BERBERIAN, A. P. *Fonoaudiologia e Educação: um encontro histórico*. São Paulo, Plexus, 1995.
- BRANDÃO, H. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.
- BRÈAL, M. (1897) *Ensaio de Semântica*. Campinas, Pontes, 1992.
- BUCKINGHAM, H. Where do neologisms come from? In: BROWN, J., *Jargonaphasia*. New York, Academic Press, 1981.
- BURKE, P. *A Arte da conversação*. São Paulo, Editora Unesp, 1995.
- CALIL, E. *Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas*. Maceió, EDUFAL, 1998.
- CAPPELLETTI, I. *A Fonoaudiologia no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1985.
- CASANOVA, J.P. *Manual de Fonoaudiologia*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.
- CHEMAMA, R. *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.
- CLAVREUL, J. *A ordem médica – Poder e impotência do discurso médico*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- COUDRY, M.I. *Diário de Narciso – Discurso e Afasia*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- COURTINE, J.J. Analyse du discours politique. *Langages*, Paris, Larousse, v. 62, p. 0-128, 1981.
- _____. *Définition d orientations théoriques et méthodes en analyse de discours*. Philosophiques, v. 9, n.2, p. 239-64, oct., 1982. (xerox)
- _____. (1983) O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F. & FERREIRA, M.C. (org), *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, 1999.
- COURTINE, J.J. & MARANDIN, J.M. Quel objet pour l'analyse du discours? In: *Matérialités discursives*. Colloque à l'Université Paris X-Nanterre (1980). Lille, Presses Universitaires de Lille, 1981.
- CUNHA, M.C. *Fonoaudiologia e Psicanálise: a fronteira como território*. São Paulo, Plexus, 1997.
- DEL PINO, C.C. *El Silencio*. Madrid, Alianza Editorial, 1992.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas Dire: principes de sémantique linguistique*. Paris, Herman, 1972.
- _____. *Esboço para um teoria polifônica da enunciação*. In: O dizer e o dito. Campinas, Pontes, 1987.
- FARIA, N. A letra sob as palavras da letra. In: *Leitura – A criança e o texto*, Maceió, Imprensa Universitária/UFAL, n. 20, p. 41-56, jul./dez. 1997.
- FEBRINON-PIGUET, J-C. O silêncio como figura do excesso. In: NASIO, J-D. (org.) *O silêncio em psicanálise*. Campinas, Papyrus, 1989.
- FIERRO, A. La Conducta del silencio. In: DEL PINO, C.C. (org.). *El Silencio*, Madrid, Alianza Editorial, 1992.

- FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.
- _____. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1998.
- FREIRE, R. *A Linguagem como Processo Terapêutico*. São Paulo, Plexus, 1994.
- _____. (org.) *Fonoaudiologia – Seminário de Debates: volume 3 (série interfaces)*. São Paulo, Roca, 2000.
- FREUD, S. (1895) La histeria – historiales clínicos. In: *Obras Completas* (trad. Lopez-Ballesteros). Espanha, Ed. Biblioteca Nueva, 1981.
- GADET, F. & HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- GARCIA-ROZA, L.A.(1990) *Palavra e Verdade – na filosofia antiga e na psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- GONZÁLEZ, J. El significado del silencio y el silencio del significado. In: DEL PINO, C.C. (org.). *El Silencio*, Madrid, Alianza Editorial, 1992.
- GRANTHAM, M. *O discurso fabular e sua repetição através dos tempos – na reiteração do mesmo, a presença do diferente*. Porto Alegre, IL/UFRGS, 1996. Dissertação de Mestrado.
- GROISMAN, M. & JERUSALINSKY, A. Terapêutica da Linguagem: entre a voz e o significante. In: JERUSALINSKY, A., *Psicanálise e Desenvolvimento Infantil*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- GUIMARÃES, E. *Os Limites do Sentido*. Campinas, Pontes, 1995.
- HAROCHE, C. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. São Paulo, Hucitec, 1992.
- HENRY, P. *A Ferramenta Imperfeita*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- INDURSKY, F. Relatório Pinotti: O Jogo Polifônico das Representações no Ato de Argumentar. In: GUIMARÃES, E. (org.). *História e Sentido na Linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.
- _____. *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.
- _____. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. In: GRAGOATÁ, Niterói, Ed. Da Univ. Fed. Fluminense, n. 5, p. 111-20, 2º semestre/1998.
- _____. A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso. In: INDURSKY, F. & CAMPOS, M.C. (org.). *Discurso, Memória e Identidade*. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, no prelo.
- JAKOBSON, R. (1969) *Comunicação e Lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1975.
- JERUSALINSKY, A. Quantos terapeutas para cada criança? In: *Escritos da Criança*, n. 5, p. 30-47, Porto Alegre, CLC/POA, 1998.
- JULIEN, P. *O retorno a Freud de Jacques Lacan – a aplicação do espelho*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.
- LACAN, J. *O Seminário – Livro 1 (Escritos Técnicos de Freud)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1979.
- _____. *O Seminário – Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- _____. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- LEANDRO FERREIRA, M.C. *Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do dentro/fora da língua*. Campinas, ANPOLL, 1998 a.
- _____. Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: ORLANDI, E. (org.), *A Leitura e os Leitores*, Campinas, Pontes, 1998b. LEITE, N. *Psicanálise e Análise do Discurso – O acontecimento*

- na *Estrutura*. Rio de Janeiro, Ed. Campo Matêmico, 1994.
- LEMOS, C. A sintaxe no espelho. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, Unicamp, n. 10, p. 5-15, 1986a.
- _____. Interacionismo e aquisição da linguagem. *Delta*, São Paulo, v.2, n.2, p. 231-48, 1986b.
- _____. Os processos metafóricos e metonímicos como mecanismos de mudança. In: *Substratum: mecanismos de mudanças lingüísticas e cognitivas*, v. 1, n. 3, Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.
- LIER-DE VITTO, M.F. (org.). *Fonoaudiologia: no Sentido da Linguagem*. São Paulo, Cortez, 1994.
- _____. Novas Contribuições da Lingüística para a Fonoaudiologia. In: *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, 7(2): 163-171, Dezembro, 1995.
- _____. *Os Monólogos da Criança: Delírios da Língua*. São Paulo, Educ, 1998a.
- _____. Os Monólogos e a Questão da Interpretação. In: FABBRINI, R. & OLIVEIRA, S. *Interpretação (Série Linguagem)*, São Paulo, Lovise, n. 3, p. 73-83, 1998b.
- LIER-DE VITTO, M.F. & ARANTES L. Sobre os efeitos da fala da criança: da heterogeneidade desses efeitos. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, Ed. PUC/RS, v. 33, n. 2, p. 65-71, jun., 1998.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, Pontes, 1989.
- MARIANI, B. Ideologia e Inconsciente na Constituição do Sujeito. In: GRAGOATÁ, Niterói, Ed. Da Univ. Fed. Fluminense, n. 5, p. 111-20, 2º semestre/1998.
- MEIRA, I. História da fonoaudiologia no Brasil. *Revista Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, 8(1): 87-92, junho, 1996.
- MILNER, J.-C.(1978) *O Amor da Língua*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1987.
- MOTA, H. B. *Uma abordagem terapêutica baseada nos processos fonológicos no tratamento de crianças com desvios fonológicos*. Porto Alegre, ILEA/PUC-RS, 1990. Dissertação de Mestrado.
- NAVES, C. El Silencio enunciado la Literatura. In: DEL PINO, C.C. (org.). *El Silencio*, Madrid, Alianza Editorial, 1992.
- NASIO, J-D. *O Silêncio em Psicanálise*. Campinas, Papyrus, 1989.
- NÓBREGA, M. *Professor e alunos: falas de poder*. São Paulo, PUC/SP, 1993. Dissertação de Mestrado.
- NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S., PARLATO, E. & RABELLO, S. (Org.). *O Falar da Linguagem*. São Paulo, Lovise, n. 1, 127-152, 1996.
- NOVAES, M. *Os Dizeres nas Esquizofrenias – Uma cartola sem fundo*, São Paulo, Escuta, 1996.
- ORLANDI, E. A Análise do Discurso: algumas observações. *Delta*, EDUC-PUC/SP, v. 2, n. 1, p. 105-26, 1986.
- _____. *Discurso e Leitura*. São Paulo, Cortez, Ed. Unicamp, 1988.
- _____. Silêncio e Implícito (Produzindo a Monofonia). In: GUIMARÃES, E. (org.). *História e Sentido na Linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.
- _____. *Terra à vista; discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo, Cortez, Editora da Unicamp, 1990.
- _____. (org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da*

- identidade nacional*. Campinas, Pontes, 1993.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1995a.
- _____. Texto e Discurso. *Organon*, Porto Alegre, Instituto de Letras/UFRGS, v. 9, n. 23, p. 109-16, 1995b.
- _____. (1983) *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas, Pontes, 1996a.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996b.
- _____. A fala de muitos gumes. In: ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas, Pontes, 1996c.
- ORLANDI, E. & GUIMARÃES, E. Unidade e Dispersão: uma questão do texto e do sujeito. *Série Cadernos PUC/SP*, São Paulo, (31):17-36, 1988.
- PALLADINO, R. O discurso em fonoaudiologia: a construção de uma subjetividade. *Revista Distúrbios da Comunicação*, 4(2): 137-46, 1992.
- _____. Encontros e desencontros da fonoaudiologia. In: PASSOS, M.C. (org.) *Fonoaudiologia: recriando seus sentidos*. São Paulo, Plexus, 1996.
- PAYER, M. O. *Memória da língua – imigração e nacionalidade*. Campinas, IEL/UNICAMP, 1999. Tese de Doutorado.
- PÊCHEUX, M. (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- _____. Sur la (dé)construction desenvolvimento theories linguistiques. *DRLAV*. (27):1-24, 1982.
- _____. Análise automática do discurso: três épocas. In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- _____. Ler o Arquivo hoje. In: *Gestos de Leitura*. ORLANDI, E. (org.), Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- _____. (1975) *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1995.
- _____. (1983) *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas, Pontes, 1997.
- _____. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. *Mots*, (9): 9-17, Paris, 1984.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C.(1975). A propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- PÊCHEUX, M. & GADET, F. (1981). *La Lengua de Nunca Acabar*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1984.
- REIK, T. (1926). No início é o silêncio. In: NASIO, J-D. (org.) *O silêncio em psicanálise*. Campinas, Papyrus, 1989.
- RELLA, F. *El Silencio y las Palabras*. Barcelona, Paidós, 1992.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix, 1974.
- SCHNEIDER, M. Pelo Amor das Palavras. In: *Ladrões de Palavras*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.
- SEVERINO, A.J. A fonoaudiologia como ciência: perspectivas epistemológicas. In: PASSOS, M.C. (org.) *Fonoaudiologia: recriando seus sentidos*. São Paulo, Plexus, 1996.
- STEINER, G. *Linguagem e Silêncio – Ensaio sobre a Crise da Palavra*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1988.

- SURREAUX, L.M. Fale mal, mas não fale de mim. In: *Sintoma na Infância*, Porto Alegre, Artes e Ofícios/APPOA, n. 13, p. 51-9, 1997.
- SURREAUX, L. M.& BARBOSA, L. *A Roupa Nova do Rei*. Trabalho apresentado no II Congresso Nacional da Abralín, realizado na UFSC, Florianópolis, 1999 e publicado no jornal *Acheronta*, Canoas/RS, n.7, ano VI, p.1- , agosto/2000.
- TEIXEIRA, T.M. *A Presença do Outro no Um – um exercício de análise em canções de Chico Buarque*. Porto Alegre, ILEA/PUC-RS, 1998. Tese de Doutorado.
- TFOUNI, F. *O Interdito como Fundador do Discurso*. Campinas, IEL/UNICAMP, 1998. Dissertação de Mestrado.
- THOMAS, M. As formas do silêncio no esquecimento de Signorelli. In: NASIO, J-D. (org.) *O silêncio em psicanálise*. Campinas, Papirus, 1989.
- TUBERO, A.L. A história do alfaiate: processo terapêutico de um afásico. In: PASSOS, M.C. (org.) *Fonoaudiologia: recriando seus sentidos*. São Paulo, Plexus, 1996.
- ZOLTY, L. O psicanalista à escuta do silêncio. In: NASIO, J-D. (org.) *O silêncio em psicanálise*. Campinas, Papirus, 1989.

3.Outras fontes citadas:

Jornal Folha de São Paulo – Caderno de Cultura de 19/09/1999

Bíblia Sagrada

Convite de Formatura da III Turma do Curso de Fonoaudiologia (1995/1) do IMEC

4.Dicionários:

CUNHA, Antonio Geraldo. *Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

PRADO E SILVA, Adalberto (org.). *Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1977.